



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH  
MESTRADO EM HISTÓRIA

*MILITARES NEGROS E PARDOS: CONFLITOS ÉTNICO-SOCIAIS*  
NA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO (1800-1831)

Clécia Maria da Silva

Campina Grande  
2010



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH  
MESTRADO EM HISTÓRIA

*MILITARES NEGROS E PARDOS: CONFLITOS ÉTNICO-  
SOCIAIS NA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO (1800-1831)*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Mestrado em História, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito à obtenção do grau de mestre em História, sob orientação do Prof. Dr. José Otávio Aguiar.

Campina Grande  
2010

**DIGITALIZAÇÃO:**  
**SISTEMOTECA - UFCG**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG**

S586m Silva, Clécia Maria da.  
Militares negros e pardos: conflitos étnico-sociais na província de Pernambuco (1800-1831) /Clécia Maria da Silva. — Campina Grande, 2010. 141f.: il. col.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.

Orientadora: Prof. Dr. José Otávio Aguiar.

Referências.

1. Militares. 2. Populares. 3. Sociabilidade. I. Título.

CDU 355.48 (043)

CLÉCIA MARIA DA SILVA

MILITARES NEGROS E PARDOS: CONFLITOS ÉTNICO-SOCIAIS NA PROVÍNCIA  
DE PERNAMBUCO (1800-1831)

REALIZADA EM 14/10/2010

BANCA EXAMINADORA

---

Orientador: Prof. Dr. José Otávio Aguiar (PPGH/UFCG)

---

Examinador externo: Prof. Dr. Josemir Camilo de Melo (UEPB)

---

Examinador interno: Prof. Dr<sup>a</sup> Juciene Ricarte Apolinário (PPGH/UFCG)

Campina Grande – PB

2010

DEDICO ESTE TRABALHO À MARIA JOSÉ.

## *AGRADECIMENTOS*

Primeiramente quero agradecer a Deus, um amigo sempre presente, que me deu força e paciência nos momentos de fraqueza e, principalmente, sabedoria e discernimento nesta grande lição que é a vida. Em seguida, a minha santa de devoção e padroeira do exército brasileiro, Nossa Senhora dos Prazeres.

À Maria José da Silva, minha amiga, minha companheira, meu consolo, meu refúgio, MINHA MÃE. Por todo incentivo, seja ele: psicológico, financeiro e afetivo. A pessoa que sempre acreditou em mim até mesmo quando eu não acreditava. Amor maior que não existe igual. Ao meu padrasto, José Emídio, que sempre me acompanhou e me incentivou. Por fim, a minha amada avó Maria da Luz que todos os dias ora por minha vida.

Aos professores que sempre tive admiração e respeito e, hoje, tenho como referência de profissionalismo e competência: Kalina Vanderlei Silva, Maciel Carneiro e Marlene Souza. Acrescenta-se ainda Ivan, funcionário do Laboratório de Pesquisa em História da Universidade Federal de Pernambuco, no acesso às documentações existentes nesta instituição. Ao Grupo de Estudos em História Sócio-Cultural da América Latina – GEHSCAL, fundado e coordenado por Kalina, o qual me ensinou a pesquisar e a ler importantes obras da literatura latino-americana.

Aos meus amigos de turma Luciana (Dasdores), Andréia Carla (Déia), José Valmir e Fábio, por proporcionarem momentos de ferrenhos e alegres debates acerca da História e das “estórias” da vida. Pessoas que me ajudaram a ver a vida de uma forma simples e divertida. Em especial, Ismara e Ana Paula, anjos que me acolheram tanto em seu lar como em seus corações.

Muito obrigada a todos e a todas.

*“Ao fiel cidadão prospera a sorte.  
Sejam iguais aos seus os Feitos  
vossos: Imitais vossos Pais até na  
morte.”*

*Natividade Saldanha, 1817.*

## **RESUMO**

O estudo realizado nesta dissertação tem como objeto de análise a participação dos militares das Tropas de Linha e das Milícias de negros e pardos em parceria com os populares nos movimentos ocorridos nas três primeiras décadas do século XIX na Província de Pernambuco. Analisaremos as interações sociais dos oficiais com os soldados e destes com os seus meios sociais de origem, enfatizando o papel dos militares na liderança popular urbana e as relações de poder estabelecidas pelo Estado para controlar a população negra e mestiça, como também a recepção deste domínio por militares e civis.

**Palavras-chave:** militares - populares - sociabilidade.



## **ABSTRACT**

The study this dissertation has as its object of analysis the participation of military troops and militia line of blacks and Browns in partnership with the popular movements in the first three decades of the 19th century in the province of Pernambuco. We will look at the social interactions with soldiers and officers of these with their social media source, emphasizing the role of the military in urban popular leadership and power relations established by the State to control the black population and mestizo as well as the reception of this domain by military and civilian.

**Keyword:** military - popular - sociability.

## LISTA DE ABREVIATURAS

ABN	Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
AHEX	Arquivo Histórico do Exército Brasileiro
APEJE	Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano
DH	Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
IAHGPE	Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco
RIAHGPE	Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco

## Sumário

<b>Agradecimentos</b>	<b>4</b>
<b>Resumo</b>	<b>6</b>
<b>Abstract</b>	<b>7</b>
<b>Lista de abreviaturas</b>	<b>8</b>
<b>Introdução</b>	<b>10</b>
<b>Capítulo 1 - Pernambuco sob o olhar dos viajantes e</b>	<b>16</b>
<b>1.1 A natureza: o clima, a fauna, e a flora</b>	<b>21</b>
<b>1.2 O social: as pessoas, os lugares, os ofícios e a</b>	<b>37</b>
<b>Capítulo 2 - A força militar na América Portuguesa</b>	<b>52</b>
<b>2.1 As instituições militares em Pernambuco (1800 –</b>	<b>67</b>
<b>2.2 As amarguras vivenciadas pelas tropas</b>	<b>74</b>
<b>2.3 Conflitos étnicos e sociais</b>	<b>82</b>
<b>2.4 Disciplina e punições</b>	<b>87</b>
<b>Capítulo 3 – Associações, resistências e confrontos</b>	<b>94</b>
<b>da tropa em parceria com o povo</b>	
<b>3.1 A vila do Recife</b>	<b>95</b>
<b>3.2 As Resistências</b>	<b>101</b>
<b>3.2.1 Pedrosada</b>	<b>103</b>
<b>3.2.1.1 Pedro da Silva Pedrozo – O Roberspierre</b>	<b>103</b>
<b>3.2.1.2 O contexto político das juntas: de Gervásio</b>	<b>106</b>
<b>3.2.1.3 A pedrosada: o conflito armado</b>	<b>111</b>
<b>3.2.2 Levantamento geral dos homens negros e pardos</b>	<b>116</b>
<b>3.2.2 Setembrizada</b>	<b>118</b>
<b>3.2.3 Novembrada</b>	<b>120</b>
<b>Considerações finais</b>	<b>122</b>
<b>Fontes e bibliografia</b>	<b>124</b>
<b>Anexos</b>	<b>129</b>

## INTRODUÇÃO

O estudo realizado nesta dissertação tem como objetivo analisar a participação dos militares das Tropas de Linha e das Milícias de negros e pardos, em parceria com os populares nos movimentos ocorridos nas três primeiras décadas do século XIX na Província de Pernambuco, dos quais se destacam: o movimento de 1817, as agitações em torno das Juntas Governativas, a Confederação do Equador em 1824, como também os episódios conhecidos como Setembrizada e Novembrada, ocorridos em 1831. Procuraremos analisar as interações sociais dos oficiais com os soldados e destes com os seus meios sociais de origem, enfatizando o papel dos militares na liderança popular urbana e as relações de poder estabelecidas pelo Estado para controlar a população negra e mestiça, como também a recepção deste domínio por militares e civis.

Tomamos como corte cronológico o período compreendido entre 1800-1831 porque se insere num contexto de insubordinação e mudanças políticas, sociais e econômicas influenciadas pelas idéias de liberdade e independência advindas da Europa e das Américas inglesa, francesa e espanhola. Mas, principalmente, por envolver os últimos anos de manutenção da estrutura militar fundada no período colonial, alicerçada no tripé: Tropa de Linha, Milícias e Ordenanças.

É importante e necessário explicitarmos a adoção neste estudo da denominação Província em detrimento da designação Capitania para Pernambuco no princípio do século XIX. A qualificação de capitania foi utilizada até 16 de dezembro de 1816 quando uma Carta de Lei elevou o Brasil da condição de Colônia para Reino Unido a Portugal e Algarves, provocando conseqüentemente a alteração da nomenclatura da divisão interna da América portuguesa de capitanias para província. O uso deste último foi predominante aqui porque os movimentos pesquisados ocorreram após a publicação daquela carta e neles era freqüente o uso da designação província.

A nossa abordagem deve orientar-se por, pelo menos, dois rumos teóricos: a História Social e a História Cultural do Político. O primeiro direcionamento adotado será a História Social, por meio da "História vista de baixo", uma perspectiva histórica que vem sendo explorada desde as duas últimas décadas do século XX, e pela qual compreendemos como

sendo “a história das pessoas comuns”<sup>1</sup>, que busca segundo Edward Thompson: “resgatar o pobre descalço, o agricultor ultrapassado, o tecelão do tear manual ‘obsoleto’, o artesão utopista e até os seguidores enganados de Joanna Southcott, da enorme condescendência da posteridade”<sup>2</sup>.

Uma História que busca tanto reconstruir as experiências sociais, como também compreendê-las no passado, ou seja, uma apreensão delimitada no contexto histórico no qual existiram de 1800 à 1831 e no lugar que habitaram o Pernambuco em princípios dos oitocentos. Por experiência social entendemos como “uma sabedoria comum da coletividade”<sup>3</sup>, de um grupo de pessoas “comuns”<sup>4</sup> que têm suas vidas em “constante mudanças [mas que] ainda não atingiram o ponto que [possa se admitir] que cada geração sucessiva terá um horizonte diferente”<sup>5</sup>.

Assim, buscaremos recuperar a vivência dos militares negros, pardos e mestiços das Tropas de Linha e das Milícias no começo do século XIX a partir de uma breve retrospectiva da instalação destas instituições na América portuguesa. Em seguida, contemplaremos a rotina militar com os exercícios e funções desempenhadas pelos mesmos, procuraremos estabelecer as possíveis redes de sociabilidade que permitiram a politização, como também a convergência, destes grupos sociais na tentativa de minimizar ou mesmo acabar com a desigualdade étnica e social.

Por politização compreendemos como sendo “a tomada de consciência do processo histórico vivido”<sup>6</sup>, a desagregação dos laços coloniais e a possibilidade de participação do contexto político-social que começava a ser delineado. Identificaremos as estratégias de sobrevivência e luta além do ingresso dos militares nas decisões políticas imprimindo assim uma tendência mais radical nestes movimentos. Nesta arquitetura, somos levados a compartilhar com Edward Thompson de que este grupo social é simultaneamente tradicional e rebelde, mas também, introduzindo aí outra característica, o de ser revolucionário.

Os militares são tradicionais porque muitas vezes recorrem às regras de uma sociedade paternalista de uso costumeiro para resguardarem seus direitos, privilégios e isenções, como

<sup>1</sup>SHARPEE, Jim. A História vista de baixo. IN BURKE, Peter. **A Escrita da História: nova perspectiva**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 45.

<sup>2</sup>Idem, p. 3/4.

<sup>3</sup>THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das letras, 1998, p. 17/18.

<sup>4</sup>A massa ou “o povo que compunham um grupo muito variado, dividido por estratificações econômicas, culturas profissionais e sexo”. SHARPEE, Jim. A História vista de baixo. IN BURKE, Peter. **A Escrita da História: nova perspectiva**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 43.

<sup>5</sup>Idem, p. 17/18.

<sup>6</sup>MOTA, Carlos Guilherme. **Idéia de Revolução no Brasil 1789 -1801**. Petrópoles: Vozes, 1979, p. 17.

as constantes solicitações de patentes a fim de ascender à hierarquia social e militar, a busca da proteção de pessoas ricas e influentes para poderem ficar isentas do recrutamento. É rebelde uma vez que resiste às inovações impostas pelo governo, a qual se processa cotidianamente fazendo motins contra o toque de recolher nos quartéis, os castigos físicos, as fugas contra as formas arbitrárias de aliciamento de soldados entre outros. Por fim, consideramos revolucionário porque “buscou metas que não tinham [correspondência] com a área metropolitana e que na maioria das vezes se opunha a esta”<sup>7</sup>, e para executar seus objetivos pegaram em armas e “assenhorearam-se” das ruas do Recife, em 1823, na Pedrosada e, em 1831, nos movimentos denominados de Setembrizada e Novembrada e procuraram impor suas aspirações.

Ainda dialogando com as idéias e interpretações de Edward Thompson, poderemos afirmar que estes populares civis e militares são um grupo pícaro, no sentido de que são espertos, ou seja, eles se aproveitam das oportunidades surgidas, com escassa ou nenhuma reflexão sobre as conseqüências, uma vez que os azares e os imprevistos não podem ser evitados, para impor seu domínio nos momentos de insurreição direta, a qual por não ter tido um planejamento prévio tem pouca durabilidade. Fato similar aconteceu na Setembrizada quando um grupo de soldados acompanhados por populares negros e mestiços ocuparam as ruas do Recife, espalharam-se sem o comando de uma oficialidade, assaltando lojas, espancando os opositores e depois se embriagaram na zona de baixo meretrício do bairro portuário da província.

Por meio da História Cultural do Político, entendida como “um sistema de representações que comandam a maneira pela qual um época, um país ou um grupo social conduz sua ação e ver seu futuro”<sup>8</sup>, procuraremos os militares, que em conjunto com os grupos populares através de seus “gestos de protesto (sejam protestos espontâneos, sejam os movimentos organizados, [...]) ou de violência coletiva”<sup>9</sup>, tornaram-se visíveis, formaram suas lideranças e identidades. Neste caminho, buscaremos perceber a dinâmica e o lugar dos militares numa sociedade em transformação, como os símbolos e os gestos são utilizados para demonstrarem suas insatisfações e anseios, além de perceber como os militares e seus contemporâneos percebiam o limite entre o ser militar e o ser civil e como isto contribuiu para liderar a população urbana.

<sup>7</sup>MOTA, Carlos Guilherme. Op. Cit, p. 23.

<sup>8</sup>ROSAVALON, Pierre. Por uma história conceitual do político. *Revista Brasileira de História*. N15, Vol. 30, 1995, p. 16.

<sup>9</sup>BARROS, José D'Assunção. *O campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 122.

Todo este arcabouço para compreender a constituição das identidades, estas entendidas como “uma construção simbólica de sentido, que organiza um sistema compreensivo a partir da idéia de pertencimento, ou seja, uma construção imaginária que produz coesão social, permitindo a identificação da parte com o todo, do indivíduo com a coletividade, e estabelece a diferença.”<sup>10</sup>, um princípio de definição na qual pessoas com interesses e vivências em comum se articulam e se organizam contra os outros cujos interesses diferem e geralmente se opõem aos seus. Todavia, é importante destacar identidades no plural, pois como são múltiplas variadas abrangendo desde o “eu, pessoal construtor da personalidade, aos múltiplos recortes do social”<sup>11</sup>.

Deste norte teórico, queremos então identificar as identidades de negros, pardos e mestiços livres e libertos, que unidos organizaram motins, sedições e revoltas com forte teor étnico<sup>12</sup>, ou seja, movimentos políticos que apresentavam “características culturais - língua, religião, costume, tradições, sentimentos de lugar - que são partilhados por um povo”<sup>13</sup>, ou melhor, “categorias atributivas e identificadoras empregadas pelos próprios atores; [com o intuito de] organizar as interações entre as pessoas”<sup>14</sup>. Este fator unificador foi, segundo a documentação, bastante utilizado por líderes como Pedro da Silva Pedroso e Benício da Silva Munducurú para arregimentar pessoas em torno de diversos fins, sejam eles pessoais ou de grupo, condição que os laços e as redes de solidariedade e socialização foram de significativa importância. Paralelamente, procuraremos identificar os mecanismos de poder, entendido como “uma prática social constituída historicamente”<sup>15</sup> utilizados pelo Estado para controlar e tentar evitar os movimentos populares liderados pelos militares como também a reação destes as práticas de repressão imprimidas pelos primeiros.

Pretende-se analisar a participação de militares e populares nos movimentos ocorridos no princípio do oitocentos a partir da reconstrução de uma prática de governo que é marcada por duas configurações institucionais, ou seja, “uma combinação de uma administração

<sup>10</sup>PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 89/90.

<sup>11</sup>Idem. *Ibidem*.

<sup>12</sup>Aqui adotado em detrimento do de raça, que segundo Stuart Hall constitui uma categoria discursiva, organizadora das formas de falar, daqueles, sistemas de representação e práticas sociais que utilizam um conjunto frouxo, freqüentemente pouco específicos de diferenças em termos de características físicas – cor da pele, textura do cabelo, características físicas e corporais etc. HALL, Stuart. *A identidade cultural na Pós-modernidade*. 11ªEd. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p. 63.

<sup>13</sup>HALL, Stuart. *A identidade cultural na Pós-modernidade*. 11ªEd. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p. 62.

<sup>14</sup>BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador: e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000, p. 27.

<sup>15</sup>MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. IN FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 10.

honorária com ordens de privilégios<sup>16</sup>, na qual a defesa e a manutenção da ordem estavam sob o comando de uma oficialidade lusitana e os postos subalternos reservados para os nascidos no Brasil. Contrastando este modelo com a reforma implantada, no século XVIII, pelo Conde de Lippe<sup>17</sup>, na tentativa de formar um exército burocrático (regular, permanente e pago) e mostrar como em tempos de mudança política - Transferência da Corte, Formação do Reino Unido e a Independência do Brasil - militares e populares com ação direta, revoltas e motins, tentaram e impuseram seus projetos políticos com um forte teor étnico e social.

Assim, no primeiro capítulo procuraremos fazer uma abordagem geral da província de Pernambuco no princípio do século XIX a partir das descrições deixadas por viajantes europeus e por contemporâneos, mostrando o clima de tensão e conflito que abrangia todos os segmentos sociais provocados por questões étnicas e sociais. Para isto, faremos uso de fontes impressas, destacadamente os relatos dos viajantes como Henry Koster, Maria Graham, Louis-François de Tellenare, do pernambucano Francisco Muniz Tavares e o governador da capitania Caetano Pinto de Miranda Montenegro, somados a uma bibliografia que vem sendo produzida desde o século XIX.

No segundo capítulo, trabalharemos a estrutura e função das forças armadas na América portuguesa desde os primeiros anos de colonização até a tentativa de reforma implantada no século XVIII. Ao adentrarmos no século XIX, pretendemos mostrar como as tropas de linha e as milícias estavam organizadas, as aplicações das disciplinas e punições bem como a vivência nos quartéis, os conflitos sociais e étnicos existentes no interior das forças armadas. Na construção deste capítulo, faremos uso de fontes manuscritas: correspondências dos capitães-generais, como também dos governadores com as cortes do Rio de Janeiro e de Lisboa, como também com o diretor do Arsenal de Guerra, além das fontes impressas, as já mencionadas descrições de cronistas e contemporâneos.

No terceiro e último capítulo, enfocaremos os conflitos bélicos conhecidos como Pedrosada, em 1823, o motim liderado por Benício Mundurucu, a Setembrizada e Novembrada, de 1831, para analisar como os laços de sociabilidade e politização. Acrescenta-se ainda, a busca em demonstrar por meio dos confrontos armados, os projetos e anseios dos militares em parceria com os populares, a tentativa do Estado em reprimir tais combates. Para

---

<sup>16</sup>MENDES, Fábio Faria. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 112.

<sup>17</sup>Wilhem Graf Von Schaumburg-Lippe. In MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro Paz e Terra, 1996, p. 126.



a construção utilizaremos como fontes os periódicos, as descrições deixadas pelos cronistas e as devassas realizadas dos acontecimentos.

## CAPÍTULO 1 - PERNAMBUCO SOB O OLHAR DOS VIAJANTES E CONTEMPORÂNEOS

Na manhã de 13, apenas o sol nascente iluminara a costa interessante que ia nos acolher, já os nossos olhos ávidos descobriam as suas particularidades.  
**Louis-François Tollenare, 1817**

Tomando as palavras de Louis-François de Tollenare, iniciaremos a construção de Pernambuco no princípio do século XIX, precisamente as três primeiras décadas (1800-1831), este trabalho partirá dos olhares ardentes, insaturáveis de viajantes como Henry Koster, Louis-François de Tollenare, Maria Graham, Charles Darwin e dos contemporâneos o pernambucano Francisco Muniz Tavares e o português Caetano Pinto de Miranda Montenegro. A escolha destes cronistas deve-se ao fato de: terem feito suas viagens à Pernambuco após a decretação da Abertura dos Portos em 1808, com a qual tiveram uma maior permanência nas terras brasileiras, a exceção de Charles Darwin; uma exploração mais minuciosa do interior; e a vivência nos momentos de convulsão política acarretando assim na elaboração de uma narrativa rica em detalhes.

O primeiro a desembarcar no porto do Recife foi Henry Koster, em 07 de dezembro de 1809, este era filho de ingleses, mas nascido em Portugal. Sua vinda foi diferenciada dos demais viajantes que aportaram a costa brasileira neste princípio de século, porque estes teriam vindo em busca do pitoresco, da natureza enquanto que aquele teria viajado para tentar sobreviver ou morrer lentamente de tuberculose, passou dois anos voltando para a Inglaterra em 1811 e retornando para Pernambuco em outubro do mesmo ano.

Apesar de escrever sobre a paisagem, os animais, o solo e as plantas sua descrição prioriza os costumes, as falas, as vestimentas, as relações sociais, ou melhor, os traços culturais da região denominada de províncias do norte: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. De acordo com Luís da Câmara Cascudo, ele foi o primeiro cronologicamente

a relatar sobre a psicologia e a etnografia desta população, no seu próprio contexto, de uma forma “tão integralmente adaptado ao mundo que escolhera para viver”.<sup>18</sup>

Henry Koster residiu em lugares como: Monteiro, Poço da Panela e Cruz das Almas, considerados e vivenciados pela sociedade da época como recintos de veraneios, empreendeu viagens ao sertão em períodos de seca, relacionou-se com os mais diversificados elementos e costumes da população do nordeste brasileiro no início do oitocentos. A experiência possibilitou-o elaborar, sem criticar ou ironizar, entre meados de 1815 e 1816, a obra “Viagens ao Nordeste do Brasil”<sup>19</sup>, além disto, vivenciou e teve vínculos de amizade com pessoas que tiveram envolvimento direto com a Revolução de 1817.

O francês Louis-François de Tollenare<sup>20</sup>, nascido em Nantes, chegou à Pernambuco em fins da década de 1810 com o objetivo de comercializar algodão, no entanto, sua estada permitiu-o ir mais além de suas pretensões, chegou a adquirir um carregamento de pau-brasil com o governo revolucionário de 1817. Esta transação comercial o levou a realizar uma viagem à província da Bahia para liberar a carga que havia sido confiscada pelo bloqueio português instalado no porto do Recife, acontecimento motivado pelo fato deste carregamento ser um monopólio régio.

Além do comércio Tollenare interessava-se pelas ciências naturais destacadamente a botânica, ato facilmente perceptível em sua obra “Notas Dominicais”<sup>21</sup> pelos diversos comentários sobre os animais, as frutas e as plantas. Posicionando-se entre os relatos dos naturalistas como Alexander Von Humboldt e a “etnografia” do inglês Henry Koster, Tollenare escreve sobre a população escrava em suas atividades bem como sua condição de ser escravo além de um rico detalhamento sobre o movimento de 6 de março de 1817, que aos olhos de José Antônio Gonçalves de Mello parece ter uma ligação bem maior com este movimento republicano do que deixou transparecer em seu relato.

A inglesa Maria Graham em viagem na fragata escola, Doris, aportou na província pernambucana no ano de 1821, a excursão desta tinha como objetivo principal a formação de oficiais com habilidades tanto no mar como na terra. Para isto as atividades neste barco-escola

---

<sup>18</sup>CASCUDO, Luis da Câmara. Prefácio do tradutor: Henry Koster que sonhei. In KOSTER, Henry. *Viagem ao Nordeste do Brasil*. 12ª ed. Rio de Janeiro - São Paulo - Fortaleza: ABC Editora, 2003, p. 25.

<sup>19</sup>KOSTER, Henry. *Viagem ao Nordeste do Brasil*. 12ª ed. Rio de Janeiro - São Paulo - Fortaleza: ABC Editora, 2003.

<sup>20</sup>Ver anexo 01.

<sup>21</sup>TOLLENARE, Louis- François de. *Notas dominicais*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Cultura, 1978.

variavam entre: “o trabalho regular do navio, a escola, as observações astronômicas, o estudo da história, das línguas modernas, e a atenção em observar tudo o que se passa”<sup>22</sup>.

Como a própria Maria Graham afirmou, ela chegou num momento singular onde a cidade do Recife estava em Estado de Sítio, apesar deste estado de ameaça, de confronto armado entre as tropas do último governador português Luís do Rêgo e as dos constitucionalistas de Goiana, conseguiu caminhar entre o bairro do Recife, Santo Antônio, Boa Vista, Olinda e Beberibe. Procurando agir com imparcialidade, sem tomar partido seja de realistas ou de revolucionários, pôde assim descrever em seu “Diário de uma viagem ao Brasil”<sup>23</sup> o Recife, os rios, as plantas, as casas, o mercado de escravo e o quartel general das tropas rebeldes, neste último detalha as vestimentas, a alimentação e a forma como se organizavam.

Por meio de uma forma simples, densa e indireta temos o relato da estadia de Charles Darwin através do estudo de Marcus J. M. de Carvalho, *Liberdade rotinas e rupturas do escravismo no Recife*. Segundo este autor, Charles Darwin circulou apenas no núcleo urbano do Recife, em 1836, apesar de suas observações terem como foco a natureza, destacadamente os arrecifes, ele teceu comentários sobre a cidade e as pessoas.

As impressões registradas junto deste último não foram as mais agradáveis deixando um sentimento amargo de sua estada em um território escravista, sua lástima era proveniente da impossibilidade de socorrer um escravo no momento em que estava sendo castigado. A vivência desta realidade recifense tão presente de outras cidades do Brasil como Rio de Janeiro e Salvador fez com que Darwin registrasse em seu diário o desejo de nunca mais visitar um país escravista, “no dia 19 de agosto, finalmente deixamos a costa do Brasil. Eu agradeço a Deus, nunca mais ter que visitar um país escravista”<sup>24</sup>.

Ao nos debruçar-nos sobre os registros deixados por estes viajantes perceberemos que o Novo Mundo apesar de ser novo aos olhos, não o era de todo desconhecido porque na Europa, ele era divulgado por meio de cartas, diários, memórias, mapas tanto para fins políticos quanto para científicos:

---

<sup>22</sup>GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990, p. 118.

<sup>23</sup>Idem. *Ibidem*.

<sup>24</sup>CARVALHO, Marcus J. M. de. O encontro da “soldadesca desenfreada” com os “cidadãos de cor mais levianos” no Recife em 1831. In *CLIO*, Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. N 18. Recife: UFPE, 1999, p. 07.

“Entretanto, experimento a sensação de um espetáculo todo novo; (...) Com auxílio da bela carta manuscrita que copiei em Lisboa, posso facilmente orientar-me aqui”<sup>25</sup>.

“Tudo isso sabia eu antes de desembarcar e pensava estar bem preparada para ver Pernambuco. Mas não há preparação que evite o encantamento de que se é tomado ao entrar neste porto extraordinário”<sup>26</sup>.

Assim entre o encantamento e a descoberta, as crônicas nos permitiram desbravar Pernambuco no início do século XIX e delinear uma idéia razoável do mesmo.

Aos relatos dos europeus, acrescentaremos a apreciação do pernambucano Francisco Muniz Tavares<sup>27</sup> (1793-1876), o qual foi testemunha, personagem e autor de um livro sobre a revolução de 1817, como também o governador da província entre 1802 e 1817, Caetano Pinto de Miranda Montenegro<sup>28</sup>. Aquele primeiro, Francisco Muniz Tavares, desempenhou diversas funções: foi professor de Latim, doutor em Teologia em Paris, deputado pernambucano nas cortes de Lisboa e do Rio de Janeiro; o segundo, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, foi doutor de leis pela universidade de Coimbra, capitão general da capitania do Mato Grosso e Pernambuco, ministro de D. Pedro I da Fazenda e depois da Justiça, presidente do Tribunal do Desembargo do Paço, visconde e Marquês da Vila Real da Praia Grande.

Na obra “História da Revolução de Pernambuco em 1817”<sup>29</sup>, Tavares procurou escrever sobre o que viu e ouviu dos seus contemporâneos, tendo assim sua atenção centrada tanto no contexto quanto nas ações políticas do movimento. Narra com detalhes a tomada do poder destacando as ações dos militares, dentre eles Pedro da Silva Pedroso, a ditadura de Domingos Theotônio Jorge, como também a repressão imposta aos mesmos.

Nas correspondências deixadas por aquele governador observam-se suas impressões sobre a população, a justiça e a sua administração. Gerenciou Pernambuco inserindo-a completamente no sistema administrativo da coroa portuguesa buscando sempre por amplos rendimentos com um mínimo de despesas possíveis, por ser doutor e não militar como a

<sup>25</sup>TOLLENARE, Louis- François de. **Notas dominicais**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Cultura, 1978, p. 20.

<sup>26</sup>GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990, p. 129.

<sup>27</sup>Ver anexo 02.

<sup>28</sup>Ver anexo 03.

<sup>29</sup>TAVARES, Francisco Muniz. **História da revolução de Pernambuco de 1817**. 3ªEd. comemorativa do 1º centenário. Recife: Imprensa Industrial, 1917.

maioria dos governadores e capitães demonstrou sempre respeito pela lei e pela justiça enquanto que pela população procurou diferenciá-la bem como hierarquizá-la segundo a tonalidade da cor da pele.

As narrações feitas por aqueles oitocentistas nos permitirão ver Pernambuco a partir de diversos âmbitos, ou seja, a partir do clima, da geografia, da fauna, da flora, do som, das disposições e dos traçados das ruas, das comidas, do cheiro, das pessoas, dos ofícios, das relações e insatisfações sociais e políticas. As escolhas desses domínios nos revelam o referencial cultural que caracterizaram os escritos sobre a América portuguesa em fins do século XVIII e princípio do XIX, que de acordo com José Carlos Barreiros, eles são marcados por uma “racionalidade que leva às últimas conseqüências a dominação cega do homem sobre a natureza e sobre os outros homens”<sup>30</sup>, ou como “se convencionou chamar de modernidade”<sup>31</sup>.

Essa modernidade colocava a Europa como paradigma de civilidade enquanto que a América era tida como “semi-civilizada”, “suja”, “barulhenta”, um verdadeiro “caos” e que precisaria ser ajustada num processo de sistematização denominado por Mary Louise Pratt de consciência planetária. Por esta última, “compreendemos como sendo uma prática europeia da segunda metade do século XVIII que procurava extrair uma a uma as formas de vida do planeta e reagrupá-las conforme os padrões europeus de unidade global e ordem”<sup>32</sup>.

A partir daquela visão de desordem e a tentativa de padronização da América procuraremos adentrar no Pernambuco oitocentista e assim perceber os conflitos étnico-sociais que permeavam esta sociedade destacadamente no meio militar e paralelamente no meio social de origem deste, procurando-o enquadrar no modelo de disciplina social importado da Europa com o intuito de evitar a emancipação política do Brasil e, quando esta aconteceu, impedir uma radicalização da mesma à semelhança de São Domingos.

Assim, procuraremos evidenciar essas tensões como motivadoras do estado de efervescência no qual se encontrava Pernambuco. Entendendo-se por efervescência um acúmulo de problemas, tensões que foram se aglomerando com o tempo e que não se

---

<sup>30</sup>BARREIRO, José Carlos. *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência*. São Paulo: Editora ENESP, 2002 p. 10.

<sup>31</sup>Idem. *Ibidem*.

<sup>32</sup>PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império relatos de viagem e transculturação*. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p. 66.

restringia a um grupo social, lugar, cor ou sexo, mas que atingia todos os setores da sociedade.

Os tumultos tornaram-se tão visíveis e nocivos que borbulhavam de diversos pontos em direção ao governo local, uma vez que os via como fonte da opressão e da arbitrariedade, mas também no sentido do governo central, o qual conforme o tempo se dirigiu a corte de Lisboa e/ou do Rio de Janeiro. As borbulhas que demonstravam o clima de efervescência continham tamanho e intensidade variáveis, pois podiam partir de contendas mais profundas como: as ocupações de terras no interior, da ereção de novas vilas e comarcas, do crescimento populacional, do dinamismo econômico e das disputas políticas, como também das mais superficiais como: aglomerações de gente de cor nas fontes de água e tabernas, canções e poesias que criticavam ou satirizavam as pessoas e os eventos políticos e, por fim, o fechamento do teatro popular.

### **1.1. A NATUREZA: O CLIMA, A FAUNA E A FLORA**

No interior da diversidade temática descrita pelos cronistas, a natureza ganha destaque e se apresenta de forma bastante variável, ora exuberante e encantadora, ora temerosa. Estas narrativas eram recebidas por um vasto público leitor - intelectuais, burocratas e leigos - que as significavam e valorizavam conforme seus respectivos interesses – sistematização de conhecimentos científicos, possibilidade de expansão de capital, tecnologia e mercadorias além dos prazeres das aventuras expedicionárias.

A América descrita pelos viajantes do fim do século XVIII e início do XIX priorizou a natureza porque segundo Maria Graham aquela seria algo superior aos humanos e que estes deveriam observar e procurar inserir a história natural na experiência humana, tal inclusão decorre muitas vezes da associação da população americana a animais. Com este pensamento, os europeus passaram a ler com mais afinco as experiências no ultramar às histórias do Velho Continente:

“[...] acontece que as mais corriqueiras minúcias dos primeiros navegadores, o nascer e o pôr do sol, as rações diárias de comida e de água, são lidas com mais profundo interesse que a mais viva viagem por países civilizados e cidades populosas. A passagem de Byron pelo Chiloe continua a excitar a

mais profunda simpatia, enquanto as agudas opiniões de Moore sobre a sociedade e os costumes da França ou da Itália são hoje raramente ou frouxamente lidas”<sup>33</sup>.

Os relatos de viagem apresentavam assim narrações pitorescas sobre a natureza, as quais se tornaram molas propulsoras para a política de expansão e reforma da administração lusa no ultramar, como também em símbolo identitário para uma sociedade em construção, ou melhor, representações que criam sentimento partilhado de pertencimento a um determinado grupo e para ser conhecido de uma forma distinta pelos outros povos.

Neste processo de criação e recriação, abordaremos os elementos do mundo natural que apareceram de forma extraordinária para o viajante e foram utilizados pelas gentes das terras pernambucanas como símbolos ou meio de resistência a um governo despótico e escravista. O sol é o primeiro a ser trabalhado, em seguida virão os rios, as matas, a cana de açúcar, o algodão e a mandioca.

As narrativas oitocentistas principiavam com a descrição do ambiente, destacadamente a temperatura e o clima, este quente-úmido é um dos primeiros a serem abordados, uma vez que é logo mencionado por meio da intensidade do brilho do sol tropical e da temperatura, como afirma Henry Koster: “Ainda não era meio-dia. O mar estava calmo. O sol brilhava com todo o seu esplendor e tudo que nos cercava tinha um aspecto agradável”<sup>34</sup>. Ainda sobre as questões climáticas Maria Graham afirma:

“Fiquei surpreendida por verificar quanto era possível sair de casa sem sofrer os malefícios do calor estando tão próxima ao equador, mas a constante brisa marítima que aqui se faz sentir diariamente às dez horas, mantém uma temperatura sob a qual é sempre possível fazer exercícios”<sup>35</sup>.

Koster, Graham e L.F. Tollenare, apesar de terem vindo em anos distintos, chegaram numa estação comumente chamada de verão, a qual é caracterizada pela intensidade da luz solar, da escassez de chuva e que abrange o período de setembro a fevereiro.

Mesmo num período marcado pelo verão, o clima sentido e comentado pelos viajantes não era tão “opressivo”<sup>36</sup> devido a existência de uma brisa marítima que se fazia circular

<sup>33</sup>GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990, p. 118/119.

<sup>34</sup>KOSTER, Henry. *Viagem ao Nordeste do Brasil*. 12ª ed. Rio de Janeiro - São Paulo - Fortaleza: ABC Editora, 2003, p. 34.

<sup>35</sup>GRAHAM, Maria. *Idem*. Op. Cit. p. 133.

<sup>36</sup>KOSTER, Henry. Op. Cit. p.47.



durante todo o dia, ou melhor, “das nove horas da manhã e continua até meia-noite”<sup>37</sup>. Apesar do ambiente “cálido”<sup>38</sup> e a temperatura variar entre 22° e 36° segundo Tollenare, havia uma variedade de maneiras de se refrescar seja com água fria armazenada em vasos porosos ou com banhos nos rios que cortavam, e ainda cortam, Pernambuco.

O sol constitui um dos símbolos da bandeira da Revolução de 1817<sup>39</sup>, ele significava que os pernambucanos teriam a qualidade de serem filhos do sol e viverem sob o mesmo, ou seja, a representação de um componente da natureza que é constante em Pernambuco e que simboliza a condição de igualdade das pessoas que viviam nesta parte da América portuguesa. O estandarte foi confeccionado por um alfaiate e capitão das milícias José do Ó Barbosa e seu irmão, o capitão Francisco Dornelas, e significava a concretização dos anseios de nacionalidade nascente.

Os rios<sup>40</sup> que cortam Pernambuco são numerosos e chamam logo a atenção dos cronistas, dos quais se destacam: o Capibaribe e o rio Goiana. O primeiro corta o núcleo urbano do Recife, enquanto o segundo localiza-se na Zona da Mata Norte, ambos apresentam funções diversificadas: servem para o transporte, lazer, para agricultura e a defesa de guerra.

Os rios são navegados para a condução de: pessoas entre os bairros do Recife, Santo Antônio e Boa Vista, e entre a vila de Goiana e aqueles primeiros; e de mercadorias como o açúcar, o algodão e água. Na estação do calor são freqüentemente utilizados para os banhos, neles encontrando-se pessoas de variadas faixas etárias, cor e sexo:

“Mas, é nas margens do Capibaribe que cumpre ver famílias inteiras mergulhando no rio e nele passando parte do dia, (...). As senhoras das classes mais elevadas banham-se nuas, assim como as mulheres de cor e os homens. (...) É raro encontrar margens mais risonhas do que as do Capibaribe, quando se o sobe em canoa até o povoado do Poço da Panela”<sup>41</sup>.

As margens do rio Capibaribe são guarnecidas por casas de campo ornamentadas por pomares e jardins, as quais no período do ano mencionado anteriormente, ficavam

---

<sup>37</sup> Idem. Ibidem.

<sup>38</sup> TOLLENARE, Louis- François de. *Notas dominicais*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Cultura, 1978, p. 24.

<sup>39</sup> Ver anexo 04.

<sup>40</sup> Ver anexo 05.

<sup>41</sup> TOLLENARE, Louis- François de. Op. Cit. p. 101,102.

completamente cheias, como assim diz Koster “o lugar ficou inteiramente cheio, sem ter mais casas para alugar”<sup>42</sup>.

Além dos divertimentos, os rios proporcionam tristezas e temeridade, pois durante os meses chuvosos as águas transbordavam inundando as margens e arrastando tudo à sua volta principalmente as moradias das pessoas mais pobres:

“O rio transborda para suas margens na estação das chuvas e, às vezes, com grande violência. As terras, através das quais ele passa, são extremamente baixas nessa região, e a inundação é muito temida por estender-se longe e largamente. As choupanas de palha, situadas nas bordas, são sempre carregadas e todos os arredores ficam debaixo d’água”<sup>43</sup>.

Os rios podiam ainda ser utilizados como tática de defesa numa guerra, pois de acordo com Maria Graham, “a melhor defesa é o pântano na boca do Capibaribe, que se inunda na preamar, e que se estende até quase o Beberibe”<sup>44</sup>, ou locais de refúgio desesperado de um patriota após um crime de lesa-majestade, ou seja, após um atentado contra a vida do último governador português em Pernambuco, Luís do Rêgo Barreto, no ano de 1821.

O cadáver de João Souto Maior apareceu boiando dois dias depois do delito nas águas do rio Capibaribe. De acordo com Pereira da Costa, após a tentativa frustrada de assassinato, João Souto Maior vendo-se perseguido por uma comitiva lança-se nas águas, contudo, segundo os Autos, chegou a perecer por afogamento. A motivação da morte teria sido ocasionada pelo fato dele não conseguir nadar, seja por não saber ou por ter chocado a cabeça contra uma pedra, tendo sido encontrado por José Rodrigues e Antônio José do Carmo na proximidade do Porto da Ponte Velha:

“Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e vinte um, aos vinte e três dias do mês de julho do dito ano, nesta Vila do Recife e cais do fundo da Rua Nova, aonde veio o Desembargador Ouvidor-Geral, Antero José da Maia e Silva, comigo Escrivão para o efeito de proceder a exame e vistoria em um cadáver para ali conduzido por José Rodrigues e Antônio José do Carmo, moradores no Pôrto da Ponte Velha, que fica fronteiro, por si dizer ser o assassino, que na noite de vinte e um do mesmo mês se tinha lançado à água, sendo perseguido, depois de ter disparado um bacamarte sobre o Excelentíssimo Governador Capitão-General Luís do Rêgo Barreto, aí mesmo ministro mandou comparecer os dois cirurgiões aprovados Manoel Pereira Teixeira e Matias Carneiro Leão, aos quais encarregou, debaixo do juramento, de sua arte, declarassem se o referido

<sup>42</sup> KOSTER, Henry. Op. Cit. p. 50.

<sup>43</sup> Idem. p. 49.

<sup>44</sup> GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990, p. 145.

cadáver tinha ferimentos, ou inculcaria morte violenta, ou sinais de afogado. E tendo examinado o dito cadáver, nela não encontraram ferimentos ou contusão que lhe pudesse ter causado a morte, antes pelos sinais se conheceu ser afogado”<sup>45</sup>.

As matas descritas pelos viajantes são os resquícios de Mata Atlântica existentes entre os engenhos de cana-de-açúcar, os rios, os riachos e as pequenas lavouras de subsistência, Tollenare descreveu as que visitou na Zona da Mata Sul nas proximidades do engenho Salgado enquanto que Koster escreveu sobre as que passou no caminho em direção à Zona da Mata Norte. O primeiro falou sobre os animais, principalmente as aves e os répteis, mas destacou sobremaneira a diversidade de plantas, já o segundo enfocou a geografia, a característica da vegetação da mata bem como as populações e plantações.

As incursões de Luis-François de Tollenare às matas brasileiras aconteciam sempre de forma precavida, ou melhor, “sem imprudência”<sup>46</sup>, pois andava nas proximidades dos trabalhadores do engenho e estava acompanhado de Gonçalo, um homem negro conhecedor destes meios e que estava a sua disposição. A emoção demonstrada por este francês é de surpresa com a diversidade e tamanho das árvores, as quais eram descritas na Europa de forma tão verdadeira e, por conta disso, fazia uma crítica aos ditos padrões civilizados, os quais adotam uma forma de vida que cada vez mais se afastava da natureza.

O sentimento mencionado anteriormente se mescla com a decepção porque retornava cotidianamente de seus passeios “carregado de amostras de vegetais; mas não dispondo de livros de botânica, não logrei aproveitá-las para um trabalho mais regular”<sup>47</sup>, contudo, faz anotações apenas com a nomenclatura dada pelas gentes das terras brasileiras. Aponta que a vegetação mais baixas chegava a ter um tamanho de cerca de 18 a 20 pés de altura e compõem-se de mimosas e várias espécies de loureiros, as mais altas de 60 a 80 pés, qualificadas de “majestosas”<sup>48</sup>, são formadas por: sucupira, utilizada na fabricação de carros e navios por ter uma madeira dura; mamajuba; acicapugá, fornece material para fabricação de caixa de açúcar; visgueiro, de lenho tenro; sopocerana, irribica e camassari, usados para construir eixos de moendas e engrenagens dos engenhos.

<sup>45</sup>COSTA, F. A. Pereira da. *Anais Pernambucanos v. VIII: 1818 – 1823*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1958, p. 153/154.

<sup>46</sup>TOLLENARE, Louis- François de. *Notas dominicais*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Cultura, 1978, p. 49.

<sup>47</sup>Idem, p. 50.

<sup>48</sup>Idem, p. 80.

As plantas mais perto do solo, também conhecidas como moitas, adquirem uma grande variedade. Nas beiras dos riachos, Tollenare encontrou a potentila ansorina, orquídeas e o erigium. Os animais relatados foram os pássaros, os sagüins e as cobras, descritos de forma minuciosa, exuberante, maravilhada, mas também de forma temerosa:

“Os pássaros mais comuns são as galinholas de várias espécies ornadas de brilhante plumagem. Distinguirei sobretudo a que denominam ‘galinha de mangue’; tem 4 a 5 polegadas de comprimento; o bico é mole, furado na base e coberto de uma cartilagem, de uma linda cor violeta que o reveste até a frente do crânio; a cabeça e o pescoço são negros; o resto da plumagem é de um vermelho vibrante, salvo as pontas das asas que são amareladas; tem na extremidade anterior do antebraço um esporão”<sup>49</sup>.

Além daqueles atributos, outros são ainda acrescentados, entretanto, de forma menos deslumbrada devido a sua fácil domesticação bem como a sua forma de agir desprevenidamente:

“Estes pequenos sagüins são menos precavidos do que os verdadeiros macacos que fugiam de longe. Depois de algumas voltas regressam sempre para da árvore donde se lhe fez fogo, de sorte que basta esperá-los ali. Traem a sua presença por um gritinho, e deixam-se amansar facilmente; tornam-se os prediletos das senhoras”<sup>50</sup>.

Contudo, os mais temidos e receosos pelos naturais das terras pernambucanas e estrangeiros eram os répteis, destacadamente as cobras: “(...) no fundo dos vales úmidos; mas, só me aproximava deles raramente e com precaução, pois são os refúgios de grandes cobras e do terrível *crotalus horridus* ou cascavel. Os negros, que quase desdenham as outras, tremem só com o nome desta e da surucucu”<sup>51</sup>.

Com outro olhar, Koster nos apresenta as matas localizadas entre os núcleos urbanos do Recife e Olinda e a Vila de Goiana, ela encontra-se sobre um terreno irregular, íngreme, com precipícios e algumas chãs, estes solos estavam cobertos com grandes árvores e continham matagais crescendo por baixo delas. Ele afirma que a vegetação é bastante densa e espessa, tendo muitas vezes a necessidade de caminhar no interior dela com um auxílio de um facão e, à semelhança de Tollenares, Koster relata a sua admiração com a vegetação existente no interior da mata, principalmente os cipós, acrescentando a sua utilidade na sociedade:

<sup>49</sup>Idem, p.51.

<sup>50</sup>TOLLENARE, Louis- François de. **Notas dominicais**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Cultura, 1978, p. 50.

<sup>51</sup>Idem. Ibidem.

“[...] consistindo em vergôntes longas e flexíveis que se entrelaçam ao redor das árvores, e um os ramos que não haja fixado, fica balançando-se, para lá e para cá, ao sabor do vento, prendendo-se sobre outra planta. A operação continua por muitos anos seguidos e termina, formando uma rede, de forma irregular, que impedem a passagem através do emaranhado. Essa planta tem várias espécies, uma delas tem o nome de ‘Cipó-Cururu’, de alta estima pelo tamanho, resistência e grande flexibilidade. Várias espécies desses cipós são empregadas em cordas para paliçadas e muitos outros fins”<sup>52</sup>.

Diferentemente do francês, Koster relatou alguns lugarejos e povoados existente como: Beberibe, Mirureira, Paratibe entre outros, ressaltando as residências e pequenas lavouras de mandioca, fumo e milho. Ele menciona também que no interior da mata situada na Zona da Mata Norte passava uma estrada que era a ligação da população do litoral com o sertão, bem como de suas mercadorias como: algodão, couro, carne, peixe etc.

Para os revolucionários de 6 de março de 1817, as florestas, bem como suas montanhas, tinham uma finalidade tática, ou seja, serviam como um mecanismo de guerra na denominada Guerra de Guerrilhas. De acordo com Eduardo Perez O. , a guerrilha pode ser definida como:

“[...] uma partida de paisanos armados, por lo común poco numerosos que al mando de um jefe com poca ou ninguna dependencia de las del ejército [regular] acosa e molesta al enemigo, [a qual] aprovechando lo accidentado del terreno atacan inesperadamente por sitios diversos al enemigo”<sup>53</sup>.

Pernambuco, assim, apresentava uma característica propícia a este tipo de guerra, pois variava seu terreno, ora plano, ora montanhoso, repleto de matas, mangues, condição que permitiria uma grande vantagem aos revoltosos, se não fosse utilizada apenas em caso de emergência, em relação às forças repressoras devido ao conhecimento do mesmo.

As matas não foram apenas um mecanismo de oposição utilizado pela população livre contra a monarquia absolutista lusitana, mas foi, primordialmente, utilizada pelos escravos contra o sistema escravista para conseguir viver em liberdade. Na região descrita por Koster,

<sup>52</sup>KOSTER, Henry. *Viagem ao Nordeste do Brasil*. 12ª ed. Rio de Janeiro - São Paulo - Fortaleza: ABC Editora, 2003, p. 87.

<sup>53</sup>O. , Eduardo Perez. *Guerra irregular em La América Meridional S.S. XVIII – XIX: ensayo de Historia Social Comparada com España y La Nueva Granada*. Tunja: Academia Boyacense de Historia Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia, 1994.

anteriormente, foi o local onde, em princípio do século XIX, existiu o Quilombo de Catucá<sup>54</sup>, núcleo de escravos com um auto complexo de informação e resistência, que teve seu auge na década de 1820, momento no qual a população livre estava envolvida nas disputas políticas e o Estado não tinha forças para reprimir.

O Quilombo do Catucá apresentou-se como uma ameaça constante ao núcleo urbano de Recife e Olinda devido a sua localização, a sua articulação, bem como sua forma de luta e existência. Situava-se num lugar onde ficavam resquícios de mata Atlântica, o quilombo começava nos matagais e morros daquelas vilas indo para o interior na altura do Açude de Apipucos e Dois Irmãos, passando pelo rio Morno até a beira do Rio Beberibe, daí seguiam continente adentro passando pelos povoados de Macacos, Cova da Onça e Paratibe até chegar em Goiana.

Os mecanismos de comunicação abrangiam a população tanto de dentro quanto de fora de Pernambuco, pois, segundo a documentação, havia um plano de ataque ao Recife para o ano de 1827, inspirada em uma rebelião que tinha ocorrido em Salvador. Internamente suas relações eram com os escravos dos engenhos, com outros quilombolas e, principalmente, com a população livre e marginalizada da região, pois era com esta última que recebia informações sobre as ações das tropas senhoriais e do governo, compravam pólvora e recebiam abrigo, assim como alimentação.

A forma de vida no Catucá era móvel, ou seja, encontrava-se dividida em diversos grupos no interior da mata, sobrevivendo por meio da caça, da agricultura de subsistência, dos roubos nos engenhos e assaltos nas estradas, e, ainda, o comércio e o contrabando. Essa instabilidade favorecia a resistência às constantes incursões das tropas, pois, tendo conhecimento das ações por antecipação, escondiam-se na mata fechada, nas grotas e mangues próximos, além das ilhotas dos rios, e, em alguns casos, chegavam até a sair do matagal temporariamente.

A existência de um quilombo nas proximidades da região mais urbanizada de Pernambuco, que era o centro do poder político e econômico, somada a um complexo de informação e articulação com a população livre, pobre, negra e mestiça que habitava a região causaram medo na elite governante, seja ela rebelde ou realista, a qual teve muitas vezes que dividir seu aparato militar em duas frentes de batalha. Contudo, percebemos que o meio

---

<sup>54</sup>Ver anexo 06.

natural não apenas era sinônimo de admiração, mas de acordo com olhos estrangeiros tinha que ser controlados e para isso o Estado promoveu abertura de estradas e o mapeamento da área para a elaboração de projetos hídricos para o Recife com o intuito de evitar aglomerações de pessoas negras, pardas e mestiças, bem como suas lutas.

A cana-de-açúcar e o algodão cultivados em Pernambuco corresponderam à base da economia luso-brasileira, pelo menos até meados do oitocentos. Contudo, sobre os mesmos recaíam as maiores cargas tributárias. Henry Koster dedicou uma atenção especial a estas culturas escrevendo desde a escolha do terreno, do maquinário utilizado, até a venda do produto final, entretanto, realizava sempre comparações com a maneira com que estas plantas eram cultivadas nos territórios ingleses.

Tollenare também dedicou atenção a produção do açúcar, mas procurou detalhar a forma como os escravos estavam divididos, o ritmo e a maneira pela qual executavam estes trabalhos. Acrescenta-se aí também uma breve análise do lucro e do investimento necessário para o empreendimento desta empresa, fato que a localização do engenho contribuiria significativamente para os resultados daqueles.

Em ambos os viajantes, percebemos que ao descreverem a produção do açúcar abordam-na de forma sistemática, com divisões de tarefas e um ritmo quase que ininterrupto, ou seja, um compasso de trabalho que nos leva a interpretar como uma forma de tentar ordenar e controlar as ações dos escravos à semelhança de como indústrias inglesa e francesa oitocentista faziam com os operários: “O espetáculo do engenho é bem diferente. Aqui, nada de apatia; tudo é trabalho, atividade; nenhum movimento é inútil, não se perde uma só gota de suor”<sup>55</sup>. No entanto, as relações sociais vividas por eles e sua relação com o trabalho não se enquadravam no padrão ideário de trabalho do europeu liberal, havendo assim resistências praticadas de forma rotineira, as quais, num primeiro olhar, aparecem como displicência ou relapso, mas, que percebidas com mais detalhe, demonstram suas insatisfações com a forma e o sistema de trabalho imposto.

O trabalho nos engenhos de cana de açúcar era praticado, segundo Koster, da mesma forma que os antepassados dos senhores de engenho contemporâneos seus, pois eles freqüentemente utilizavam a coivara como ação para limpar e nutrir o terreno, a reposição da mão-de-obra era feita com a compra de escravos, os quais eram adquiridos por meio de

---

<sup>55</sup>TOLLENARE, Louis- François de. *Notas dominicais*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Cultura, 1978, p.44.

empréstimos tomados com o governo ou com os comerciantes lusitanos e que eram pagos em longo prazo e com parte da produção. No entanto, aquele cronista ressalta as contribuições que poderiam ser conseguidas por estes produtores após a Abertura dos Portos brasileiros às nações amigas, uma vez que eles procuravam se reunir a fim de obter informações das plantações inglesas e francesas e ler os poucos livros que estavam disponíveis na praça.

No período de estada de Koster e Tollenare, segundo suas narrações, os engenhos funcionavam prioritariamente com base na exploração da natureza humana, vegetal e animal. Para percebermos o ritmo dos conflitos existentes em torno da produção do açúcar, seguiremos os passos do inglês compartimentando o estudo em: a terra, o canavial, o engenho, as caldeiras, a destilaria e os edifícios. Primeiramente, abordaremos a terra, que de acordo com Koster, não necessita de capital “vultoso”, como nas Antilhas para poder começar o empreendimento. No período, encontravam-se divididas em: morgados<sup>56</sup>, capelados<sup>57</sup> e a propriedade do produtor de canas<sup>58</sup>, as quais podiam encontrar-se nos topos dos morros e montanhas ou nas terras baixas denominadas de várzeas.

Nas primeiras localidades, morros e montanhas, o cultivo poderia ser feito no mesmo terreno até por cerca de seis anos seguidos, contudo, a continuação desta ação, bem como a dependência das águas das chuvas provocava irregularidades e baixo rendimento. As várzeas são os terrenos mais férteis porque se localizavam nas proximidades dos rios, os quais permitem ficar constantemente úmido e propício ao cultivo, o solo das terras baixas que podiam variar em: massapé, barro branco, terra vermelha e terras negras.

Após a escolha da área cultivada, seguia a derrubada e a queima das plantas existentes no terreno, muitas vezes matas com árvores de pequeno, médio e até mesmo grande porte, as quais contribuíam para adubar o solo e fornecer madeira para o maquinário, além de lenha para as fornalhas dos engenhos. Os trabalhos nas plantações de cana começavam logo com o raiar do dia, os escravos se colocavam em fila carregando uma enxada para poderem abrir, ou melhor, cavar uma trincheira de cinco ou seis polegadas de profundidade onde colocavam os pés de cana na posição transversal e cobriam com a porção de terra deixada na margem.

---

<sup>56</sup>Terras herdadas pelos primogênitos ou filhos únicos das famílias descendentes dos primeiros proprietários de terra em Pernambuco.

<sup>57</sup>Terras que não podem ser vendidas porque seus proprietários legaram para a Igreja uma parte da propriedade ou da renda com o fim de ter missas para a sua alma ou outras obras.

<sup>58</sup>São as terras reservadas para o trabalho agrícola.



Após cerca de doze ou quatorze dias, a cana começava a surgir fora da terra, havendo, assim, necessidade de limpar o terreno, retirar ervas e arbustos, pelo menos umas três vezes. Os meses apropriados para o plantio dependiam da localização da propriedade, pois, se fossem cultivados nos terrenos altos, estes deviam ser feitos entre os meses de julho e meados de setembro, enquanto que nas terras baixas eram feitos a partir deste último até novembro.

Nas colheitas, os trabalhos consistiam em cortar as canas, serviço realizado por oito homens fortes, após o corte cerca de cinco mulheres amarravam e colocavam as canas nos carros puxados pelos bois que ficavam no vai e vem entre o canavial e o engenho. Como o próprio Tollenare diz, “Tudo é movimento”<sup>59</sup>, as exceções eram apenas as mulheres que tinham dado à luz, pois a estas ficavam reservadas alguns dias longe do labor, mas o francês percebeu que as que já tinham passado o período de resguardo e tinha retornado ao trabalho, demoravam-se mais para sair para os canaviais porque iam amamentar os filhos. Tal fato poder ser visto, além da necessidade física da criança, como uma forma de compensar ou tentar diminuir a distância materna, uma vez que elas passariam todo o dia no canavial.

O processo de produção segue com a moagem da cana, praticada a partir de outubro geralmente depois do plantio, no engenho propriamente dito<sup>60</sup>, o qual, segundo Koster, consiste num misto de fábrica e fazenda. É a partir desta compartimentação que o maquinário passa a se tornar mais rebuscado, consistindo assim a da moenda<sup>61</sup> em “três cilindros verticais, feitos de sólida madeira, inteiramente orlados ou revestidos de ferro, sendo os arcos passados na madeira quando esta está recém-cortada”<sup>62</sup>. Contudo, diferenciava-se do cilindro na Jamaica porque ainda não tinha sido introduzida o melhoramento na peça circular do vigamento denominado de “dumb-reurner”<sup>63</sup>.

Na moagem da cana eram utilizados cerca de quatro a seis escravos distribuídos em homens e mulheres e colocados em cada lado do cilindro, pelo qual passam a cana, cerca de cinco ou seis vezes, até retirar todo o sumo. Aos olhos de Koster, o processo encontrava-se defeituoso porque nas colônias britânicas todo o caldo é retirado já na segunda compressão.

Era no processo de moer da cana que havia muitos acidentes com os escravos, os quais, ao colocarem a cana no rolo compressor, metiam também as mãos nos cilindros, estas

<sup>59</sup> TOLLENARE, Louis- François de. Op. Cit. p.44.

<sup>60</sup> Ver anexo 07.

<sup>61</sup> Ver anexo 08.

<sup>62</sup> KOSTER, Henry. *Viagem ao Nordeste do Brasil*. 12ª ed. Rio de Janeiro - São Paulo - Fortaleza: ABC Editora, 2003, p.430.

<sup>63</sup> Idem. Ibidem.

ficavam esmagadas e, caso não tivesse socorro imediato, outras partes do corpo ficavam em semelhante condição. Tollenare compara o ardor deste serviço ao desempenhado pelas jovens dedicadas à fiação dos algodões nas tecelagens européias. Em relação a esses acidentes, Koster apresenta uma posição dúbia, pois afirmava que o excesso de trabalho que tomava todo o dia e parte da noite deixava-os tão “fatigados”, “pesados”<sup>64</sup> que acabavam dormindo em qualquer lugar que encostassem a cabeça, já em outro momento, aponta que os acidentes aconteciam por descuido ou preguiça dos escravos.

A peça jamaicana referida anteriormente contribuiria, segundo Koster, para defender os escravos dos acidentes, se por acaso fosse utilizada no Brasil. No entanto, afirma que viu muitos senhores de engenho para evitar tais acidentes fazer uso de bois para movimentar a moenda, uma vez que estes ao ouvirem os gritos dos escravos paravam seus movimentos. Assim, de acordo com os cronistas as moendas podiam ser movimentadas por pessoas, pelos bois e pela água, sendo esta última mais dispendiosa porque faziam-se necessários que a propriedade estivesse localizada nas proximidades dos rios, a construção de represa e adaptação os demais maquinários, requisitos que tornavam os engenhos mais caros.

As caldeiras eram os locais reservados para o cozimento e clarificação do caldo, os equipamentos utilizados eram os caldeirões feitos de cobre ou ferro e um outro de madeira, além de uma fornalha onde eram queimadas as lenhas. O processo seguia os seguintes passos: o caldo retirado na moenda seguia por uma calha de madeira até uma cisterna localizada na casa das caldeiras; daí, caíam nos caldeirões metálicos onde eram cozinhados; neste estágio, passam para a escumação, trabalho realizado, segundo Koster, por pessoas livres por ser um serviço que demanda destreza e esforço, qualidades que, tanto o cronista quanto os contemporâneos, afirmavam que o escravo não tinha. Contudo, Tollenare, na sua crônica, afirma que no engenho Salgado este trabalho era feito por um cativo e que este tinha sempre em companhia seu filho. Após esta fase do trabalho, os caldos eram retirados para um caldeirão de madeira para serem clarificados; e, por último, recolhidos em fôrmas para serem enxugados pelo calor do sol.

Os trabalhos nas caldeiras provocavam o esgotamento físico do escravo de forma rápida uma vez que o clima ao qual estavam submetidos, o calor despreendido dos fornos somados a temperatura do ambiente, que eram em torno de 27° e 28°, levava-os a esta condição. Em relação a este serviço, o viajante inglês afirma que nas Antilhas o processo é realizado com

---

<sup>64</sup>Idem. Ibidem.

menos violência, mas não diz como é feito, ele ainda aponta o preconceito da população local com o uso de cal para embranquecer o açúcar sob a justificativa de que ficavam menos saudáveis.

O último compartimento dos engenhos de cana-de-açúcar eram as destilarias, locais destinados para a fabricação de cachaça, que sucintamente consistia em: cozinhar o sumo da cana em jarros de barro, depois levar o melaço para outro suporte do mesmo material para novamente ser submetido ao fogo e, por fim, armazenado dentro de um grande jarro de barro contendo água fria. Assim como nos demais departamentos, Koster critica a forma como é administrada, pois, de acordo com este, a forma de armazenamento não era adequada, uma vez que eram colocadas em jarras de barro e com gargalos estreitos, sendo ideal realizá-lo em alambiques de madeira.

Os produtos provenientes das destilarias eram geralmente postos à venda ou consumidos pelo agricultor. Contudo, Koster nos aponta que a cachaça consistia numa importante mercadoria fabricada e consumida pelas classes sociais mais baixas, mas ressalta que, com a abertura dos portos brasileiros, a bebida adquiriu consumidores na América do Norte e ampliou o fornecimento para Lisboa.

Ao fim do dia de serviço, que durava cerca de 18 horas, os escravos se reuniam no alpendre para receber sua porção de farinha e seu pedaço de carne. O momento também era utilizado para a contagem dos escravos e, depois, seguiam para a senzala. Tollenare afirma que em todos os lugares os cativos eram vigiados e falava-se com eles de maneira ríspida, contudo, as punições, geralmente os açoites físicos, só eram aplicados aos mais jovens, tidos como “estouvados”<sup>65</sup>, e com os mais fracos, uma vez que todos os demais estavam sempre armados com foices, facas, enxadas, que poderiam se transformar em armas em caso de uma rebelião.

O algodão foi um produto, na época, de importância econômica próxima ao açúcar, segundo Koster, devido aos grandes pedidos das províncias vizinhas quanto do mercado britânico. Ambos os viajantes, o francês e o inglês, ressaltam que este produto não era cultivado nas cercanias do litoral porque, apesar de produzir uma “vegetação demasiado luxuriante”<sup>66</sup>, sua produção era esgotada rapidamente e as constantes mudanças climáticas prejudicava a qualidade do mesmo.

---

<sup>65</sup>TOLLENARE, Louis- François de. *Notas dominicais*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Cultura, 1978, p.46.

<sup>66</sup>Idem, p.89.

Eles apontam que o algodão era cultivado no interior, região denominada de agreste e sertão, porque era uma área mais regularmente marcada pelas estações de inverno e verão, fator que fazia com que “a qualidade do algodão que é produzido na América do Sul, seja ao norte ou ao sul de Pernambuco, [fosse] inferior ao desta província”<sup>67</sup>. Mesmo havendo probabilidade de estiagem, a produção não era totalmente perdida devido à extensão territorial que abarcava, chegando a produzir uma média de 40.000 sacos nas primeiras décadas do século XIX.

Henry Koster propõe outra explicação para o cultivo do algodão, fazer-se nas terras interioranas. Segundo ele, o aumento da população do litoral, como também da necessidade de produzir gêneros alimentícios empurraram os algodoads para o lado ocidental de Pernambuco, concentrando-se, principalmente, em Limoeiro e Bom Jardim. A distância da costa podia favorecer a qualidade do produto, no entanto, prejudicava consideravelmente os plantadores porque o transporte da mercadoria só poderia ser realizado nas costas dos animais, o que demandava tempo e custo, uma vez que podia levar até cerca de seis semanas pra chegar ao porto do Recife<sup>68</sup>.

O trabalho dedicado ao plantio e colheita do algodão em comparação ao açúcar eram feitos de forma mais simples, todavia, tinham alguns pontos em comum, como a preparação da terra, que consistia em cortar e queimar as árvores do terreno, e a sementeira, na qual bastava cavar um buraco quadrado e colocar seis sementes. Koster afirma que nas colônias inglesas se colocavam de oito a dez sementes de algodão e que de uma mesma planta eram obtidas três ou quatro colheitas, sendo que a segunda geralmente era a melhor.

Para descascar o algodão, bastavam apenas dois pequenos cilindros pequenos onde eram colocadas as sementes, os quais eram movimentados em sentidos contrários por meio da ação de dois homens. O maquinário utilizado em Pernambuco, segundo Koster, era rudimentar, pois os que havia nos territórios ingleses eram maiores e movidos com os pés de uma só pessoa. Em se tratando da variedade de sementes, podiam ser encontrados aqui o algodão amarelo nanquim, o kidney-cotton e uma abundância de algodões selvagens dos quais o viajante não teve amostras.

---

<sup>67</sup>KOSTER, Henry. *Viagem ao Nordeste do Brasil*. 12ª ed. Rio de Janeiro - São Paulo - Fortaleza: ABC Editora, 2003, p. 453.

<sup>68</sup>Ver anexo 09.

Em relação ao tratamento com os escravos Tollenare afirma que os plantadores de algodão não davam carne para estes se alimentarem, mas, contrariamente aos senhores de engenho, permitiam aos cativos cultivarem a mandioca para se alimentarem. Por fim, o algodão, ao chegar ao Recife, era submetido à casa de Inspeção do Algodão que tinha a finalidade de determinar a qualidade, assim como evitar fraudes. Contudo, com o desenvolvimento deste negócio, esta repartição relaxou com seus serviços realizando apenas a verificação do pagamento do dízimo.

O açúcar e o algodão foram duas importantes culturas para a economia agroexportadora de Pernambuco no oitocentos, apesar do segundo mostrar-se mais rendoso, o primeiro conservava para o proprietário status e prestígio social. Seguindo um caminho distinto dos produtos anteriores, as plantações de mandioca destinavam-se ao mercado interno, servia como alimento base de toda a população e como moeda para o pagamento dos soldados, todavia não tinha o cuidado e o prestígio dedicados aos anteriores.

A mandioca consistia em uma raiz nativa das terras brasileiras, cultivada pelos diversos grupos indígenas, pelos negros e mestiços. Por causa da sua diversidade o plantio podia ser feito tanto em terras altas quanto nas baixas, no entanto, a exigência que tal planta determinava era que o terreno fosse bom porque o roçado dela só possibilitava, no máximo, duas safras. Este serviço era comumente praticado no mês de janeiro, após as primeiras chuvas do ano, no caso destas últimas não acontecerem, a colheita era prejudicada.

A raiz brasileira era composta de várias partes, as quais recebiam especificamente uma denominação: a raiz é chamada de mandioca, o talo de maniva, as folhas de maniçoba e o sumo de manipueira. Devido à variedade e à forma como vai ser consumida, a mandioca pode ser preparada de duas maneiras: para ser comida em forma de farinha ou de massa. A primeira forma consiste em descascar a raiz com faca, pedra cortante ou concha, depois tritura-la em um maquinário composto de uma roda com um eixo e uma manivela a qual é movimentada por dois homens; em seguida, prensa-la para extrair todo o sumo; por fim, colocá-la num forno para assar até ficar uma farinha fofa, retiram-na e deixam-na esfriar, ficando assim pronta para ser consumida.

A segunda maneira de aprontar a mandioca é mais simples, pois a colocam em um cesto onde mergulham água deixando passar alguns dias até a raiz ficar mole, a massa assim preparada destinava-se a fazer bolos e comedorias. Henry Koster nos afirma que, em seu engenho em Jaguaribe, tentou implantar esta segunda na alimentação dos escravos por

considerar mais delicada, contudo, ele percebeu que os cativos não gostavam dela preferindo a primeira, em forma de farinha, porque, segundo o inglês, a mandioca para poder ficar branda, tinha que se encontrar numa condição próxima da putrefação, uma situação que exigia “um princípio pouco sadio”<sup>69</sup>, como também pelo odor proveniente deste estado que era “extremamente desagradável”<sup>70</sup>.

As três culturas – a cana, o algodão e a mandioca - plantadas em Pernambuco foram utilizadas como símbolos de uma nacionalidade nascente e de uma identidade própria dos pernambucanos em oposição aos dos portugueses. O ramo de algodão e o da cana estiveram presentes na bandeira da Confederação do Equador<sup>71</sup>, tendo um significado peculiar, pois demonstrava uma divisão política, econômica e espacial de Pernambuco na década de 1820 em: Zona da Mata Sul, predominava a plantação de cana-de-açúcar atrelada ao monopólio comercial português e reduto da reação aos movimentos revolucionário; Zona da Mata Norte, produtora de algodão ligada à Revolução Industrial, com mercado crescente desde o século XVIII e de onde partiam os movimentos favoráveis ao constitucionalismo, ao federalismo e a independência do Brasil.

A aguardente, proveniente da cana, e a farinha, vinda da mandioca, estiveram presentes nas reuniões de premeditação do movimento de 1817, ou como eram conhecidos, “os ajuntamentos noturnos”<sup>72</sup>, nestes eram banqueteados e brindados tanto por soldados como também por populares, demonstrando assim que estavam mais próximas das camadas populares seguidos de “viva os brasileiros e morram todos os marinheiros”<sup>73</sup>. Os jantares reveladores de tais desígnios foram comuns na residência do comerciante Domingos José Martins e do militar Domingos Theotônio Jorge Martins, pois lá se reuniam cerca de 40 a 50 pessoas.

Além dos momentos predecessores, a aguardente e a farinha estiveram presentes no momento de triunfo e foram usados para brindar à liberdade do Brasil como assim descreve Tollenare:

“[...] recusei o brinde e limitei-me a beber a sua saúde, desculpando-me com o caráter de neutralidade que me era imposto em semelhante conjuntura.

<sup>69</sup>KOSTER, Henry. *Viagem ao Nordeste do Brasil*. 12ª ed. Rio de Janeiro - São Paulo - Fortaleza: ABC Editora, 2003, p. 459.

<sup>70</sup>Idem. *Ibidem*.

<sup>71</sup>Ver anexo 10.

<sup>72</sup>MONTENEGRO, Caetano P. Offício. In TAVARES, Francisco Muniz. *História da Revolução de Pernambuco de 1817*. 3ªEd. comemorativa do 1º centenário. Recife: Imprensa Industrial, 1917p. 61.

<sup>73</sup>Idem. *Ibidem*.

Esta recusa o arrefeceu um pouco, e nós nos separamos em termos da mais simples civilidade. Esta foi a situação mais crítica em que me achei. Fiz retirar o vinho do Porto, que estava sobre a mesa, e servir o vinho de França. Ele pediu aguardente<sup>74</sup>.

Assim, por meio dos elementos naturais existente em Pernambuco: o sol, os rios, as matas, a cana, o algodão e a mandioca, bem como os produtos provenientes da mesma, como a aguardente e a farinha, constituíram-se em trincheira de resistência e sobrevivência aos princípios e subsídios das instituições de dominação, a monarquia absolutista de Lisboa e do Rio de Janeiro, bem como o sistema escravocrata.

## 1.2 - O SOCIAL: AS PESSOAS, OS LUGARES, OS OFÍCIOS E A POLÍTICA

A sociedade pernambucana do princípio do século XIX mostrava-se de forma culturalmente complexa, fortemente hierarquizada e repleta de conflitos. Viajantes e cronistas procuraram retratar essa gente na sua diversidade, contudo, eles criaram imagens restritas, imbuídas de inferioridade e desordem, qualidades que iriam sendo amenizadas a partir do maior contato com povos considerados civilizados, ou seja, os europeus. Entretanto, a luxúria e a ociosidade eram atribuições permanentes e que continuaram a serem destacadas desde o período colonial:

“Não que o povo imitasse os hábitos europeus embora esses tivessem influência, mas à proporção que a prosperidade aumenta, maior luxo é exigido; quando a educação se aperfeiçoa, os divertimentos são mais polidos e altos, e alargando-se o espírito, pelas leituras, muitos costumes tomam forma diversa<sup>75</sup>.”

Os estereótipos comumente criados a cerca da população eram de que: os portugueses eram em geral ciumentos, avaros e cruéis em relação aos escravos, tementes e subservientes às autoridades; os brasileiros pertencentes às elites eram pouco dados as atividades industriais, muito dedicados aos prazeres da carne, enquanto a grande quantidade de gente negra e

---

<sup>74</sup>TOLLENARE, Louis- François de. *Notas dominicais*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Cultura, 1978, p. 159.

<sup>75</sup>KOSTER, Henry. *Viagem ao Nordeste do Brasil*. 12ª ed. Rio de Janeiro - São Paulo - Fortaleza: ABC Editora, 2003, p. 61.

mestiça vivia na obscuridade andando seminus, sem respeito às autoridades e sem desempenhar ofício regular, vivendo assim na vadiagem.

Com base nestes relatos, uma das primeiras observações que faremos é em relação ao seu quantitativo, pois, de acordo com os levantamentos feitos pelas autoridades da época, apontam para um índice de cerca de 410.277 pessoas. Estimativa populacional que colocava Pernambuco entre as províncias mais populosa do oitocentos. Informar o quantitativo populacional com exatidão é praticamente impossível e até mesmo uma estimativa aproximada deve ser dada com cuidado, como nos alerta Marcus Carvalho, porque os censos realizados por padres, juízes de paz e subdelegados foram realizados em meio a inúmeros problemas, dentre os quais: instabilidade, dispersão populacional, constante entrada e saída de escravos, variação dos tamanhos das freguesias entre os anos de 1828 e 1856, além de outros.

Mesmo assim, a mercê da imprecisão dos números, tomamos como referência o quantitativo mencionado anteriormente devido à proximidade de dados fornecidos por Henry Koster e Caetano Pinto de Miranda Monte Negro. Contudo, o que está em fácil percepção e é mais preciso de mencionar, é que a população pernambucana estava em crescimento, como mostra a tabela a baixo:

#### **Crescimento da população de Pernambuco e sua relação com a população brasileira 1782-1823**

Datas	BRASIL	Pernambuco e Alagoas	
	Total	Total	% em relação ao Brasil
1782	1.312.381(a)	229.712	17,70
1808	2.432.327	410.277	16,86
1819	3.596.132	480.438	13,35
1823	3.960.866	610.000	15,40

**Fonte:** LEITE, Glacyra Lazzari. Pernambuco 1817: estrutura e comportamentos sociais. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1988 p.36.

A tabela anterior nos revela dados a cerca da população de Pernambuco e Alagoas, pois, até 1817, esta última ainda pertencia aos territórios daquela primeira. A situação só foi alterada após a revolução de 6 de março de 1817. A modificação decorreu como punição à



Pernambuco na participação daquele movimento, o qual teve parte do seu território desmembrado.

A população pernambucana encontrava-se distribuída, de acordo com a descrição de Caetano Pinto de Miranda em:

“[...] quatro espécies de habitante, brancos, índios, negros e mestiços. Os índios pelo seu pequeno número não entram no objeto destas castas, e por isso falarei somente das outras três espécies. Estas não sei a proporção em que estão uma para com as outras, porque não achei mapa da população, [...] Pode-se contudo dizer-se em geral, que os mestiços excedam já, ou hão de vir a exceder a cada uma das outras espécies, porque todas as primitivas concorrem para o seu aumento, além da sua própria multiplicação; e aumentando-se os pardos aos pretos virão a fazer o duplo, o triplo ou o quádruplo dos brancos”<sup>76</sup>.

A descrição do governador revela a forma de distribuição da população bem como a sua estratificação e qualificação com base na cor da pele, ou seja, uma sociedade segundo Mota, estamental, estruturada no senhor de terra branco, ou descendente deste, e no trabalhador livre e cativo, composto em sua maioria de negro.

Porém, de acordo com aquele mesmo estudioso e no comentário de Montenegro, essa sociedade estamental passava em fins do século XVIII e princípio do XIX por uma acentuação da diversificação da sua base social, sobretudo, nos núcleos urbanos, uma área territorial que possibilitava o afrouxamento das relações de dependência como também mobilidade e ascensão na estrutura hierárquica da sociedade. Para os viajantes Henry Koster e Louis-François de Tollenare, aquela população encontra-se dividida segundo a sua condição político-social entre livres e cativas.

Os arquétipos de classificação da população, bem como sua descrição fornecida anteriormente serão utilizados para o levantamento de alguns pontos, os quais nos inquietam e nos levam a ressaltá-los por serem temas bastante elucidativos da efervescência na qual se encontravam. Apesar de abordarmos a população livre branca e a escrava para demonstrar que não estavam isentas, nem tão pouco à margem das discussões e agitações do período, iremos nos apegar com mais afinco aos escritos relativos à população livre, seja ela negra, parda ou mestiça.

<sup>76</sup>COSTA, Francisco Augusto pereira da. *Anais Pernambucanos v. VII (1795-1817)*. Recife: Arquivo Público Estadual de Pernambuco, 1958, v. VII p. 197.

O primeiro grupo populacional trabalhado será o indígena devido à referência de seu diminuto número na província, situação possivelmente decorrente das duas guerras de conquista, uma desenrolada no litoral, ainda no século XVI, e uma segunda no sertão, no segundo período português ou segunda metade do XVII e princípio do XVIII, assim como a implantação do sistema escravista de mão-de-obra indígena e, posteriormente, o sistema de aculturação. Contudo, apesar de terem sido motivos significativos para a redução deste grupo, não o explicam por completo porque há menções deles nas documentações e nos estudos históricos sobre o século XIX que fornecem referências de um número expressivos de indígenas, os quais viviam em aldeamentos espalhados pelo território pernambucano, dentre os mais importantes havia o de Escada, Barreiros, Brejo dos Padres, Cabrobó, Assunção, Santa Maria e Cimbres.

As aldeias de Escada e Barreiros eram as mais citadas e, constantemente, solicitadas para fornecerem pessoas tanto para povoar a ilha de Fernando de Noronha, quanto para formar tropas para reprimir os movimentos políticos na capital da província. Fato em parte explicado pela sua localização geográfica, pois ficava mais próxima do litoral, uma vez que se situavam na zona da mata sul em detrimento das demais disseminadas pelo agreste e sertão. No entanto, a população indígena só veio a ganhar um maior destaque na política, quanto na imprensa pernambucana, na segunda metade do oitocentos, quando passaram a lutar por suas terras que estavam sendo desapropriadas e invadidas pelo Estado e posseiros para a expansão dos canaviais.

O segundo grupo de pessoas abarca os livres brancos, aos quais estavam reservados as riquezas e o poder, entretanto, entre eles havia uma segregação a qual determinava que ao branco nascido em Portugal estavam prenotados os principais postos do governo militar e civil, bem como a atividade comercial, e os que chegavam aventurando conseguiam prosperidade com o trabalho ou mesmo com casamentos arranjados, enquanto que para os brancos nascidos na América destinava-se a propriedade das terras:

“Os europeus não sendo empregados públicos ou militares são geralmente, aventureiros que chegaram ao país com pouco ou nenhum capital. [...] Olham os brasileiros desprezivamente, ou se consideram superiores a eles, [...]. O brasileiro, homem branco, grande proprietário, descendente dos primitivos Donatários do país, ou de família que gozando distinções, mantém uma alta idéia de sua própria importância, [...]. Cercado por numerosos parentes e dependentes imediatos, vivendo em um vasto e

semicivilizado país, ele habituou a ter muita independência de linguagem e de atitude[...]<sup>77</sup>.

A separação já apontava dois conflitos existentes na província no início do século XIX, as animosidades entre brasileiros e portugueses atingia todas as camadas sociais, não ficando restrita a uma elite fundiária e administrativa, e gerou os denominados mata-marinheiros<sup>78</sup>, como também o preconceito racial, buscando segregar brancos de negros ou mestiços e pardos por diversos meios dentre os quais se destacam: as irmandades e as tropas militares composta respectivamente dos grupos étnicos, e, uma das formas mais comuns, os casamentos com a finalidade de manter ou conseguir uma descendência branca.

Seus modos de vida não eram muito distintos, pois residiam no campo ou nos núcleos urbanos como Recife, Santo Antônio, Boa Vista e Olinda, centros que correspondiam respectivamente: ao bairro portuário, núcleo do comércio mercantilista; o reduto do poder político-religioso; e os dois últimos centros, predominantemente, residenciais, contudo, não significavam que eram os habitantes predominantes. As casas geralmente térreas ou com um ou dois andares, onde o térreo era reservado para o comércio, o primeiro andar servia de escritório e o último de moradia, adornada com pouco luxo, pois continham apenas peças das baixelas, garfos e pratos de prata, mosquiteiros, colchões rijos, travesseiros redondos e lençóis.

As refeições eram feitas com uma diversidade de alimentos que, de acordo com os padrões de civilidade europeus, não tinham a menor preocupação com a simetria ou regularidade do serviço. Segundo Tollenare, consistiam em:

“[...] o primeiro prato é de carne cozida pouco succulenta, cuja insipidez procuravam atenuar por meio de toucinho, sempre um pouco rançoso, e de farinha de mandioca, de que cada um se serve com os dedos; como segundo prato apresentam um guisado de galinha e arroz com pimenta. (...). Os negros ou as mulatas, pois vi muitas vezes estas servindo à mesa, enchem de vinho os copos à medida que se esvaziam, mas, não se insta a beber; com a sobremesa não se oferecem licores. Este pospasto é composto de doces, ou de mel misturado com farinha de mandioca”<sup>79</sup>.

<sup>77</sup>KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. 2ª ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura Governo do Estado de Pernambuco Departamento de Cultura, 1978, p. 375/376/377.

<sup>78</sup>Uma perseguição aos estrangeiros, destacadamente os lusitanos marinheiros, no início do século XIX que provocou até mortes.

<sup>79</sup>TOLLENARE, Louis- François de. *Notas dominicais*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Cultura, 1978, p. 69.

Entretanto, um costume não passava despercebido e causava desconforto ao viajante, pois muitos senhores, querendo agradar os convivas, retiravam pedaços de carne dos próprios pratos e colocavam-nos nos pratos daqueles.

Os divertimentos sociais, segundo os viajantes, eram minguidos, porque variavam entre o jogo de gamão e cartas, as danças ao som dos pianos e as festas cívicas e religiosas, estas últimas eram sempre acompanhadas de músicas, novenas e encenações teatrais com inspirações bíblicas. É interessante mencionar a observação feita à falta de interesse da população pelas atividades culturais como óperas e peças, pois, de acordo com Koster, no Recife havia apenas um teatro, o qual apresentava farsas portuguesas sob uma direção desastrada.

O terceiro numeroso e expressivo grupo era formado pela crescente população mestiça composta de: negros, pardos e mulatos que viviam de forma livre. Compunha cerca de 42% do quantitativo mencionado anteriormente. Eles eram, em sua maioria, pobres retirando seu sustento do próprio trabalho. Sua condição social foi retratada através das descrições de suas habitações, alimentação e vestimenta.

De acordo com Tollenare, esta população morava em cabanas de taipa ou de folhagem, geralmente nas beiras dos rios, mobiliadas com uma rede, algumas esteiras e alguns poucos vasos de barro. A alimentação era composta de caranguejo, farinha de mandioca, banana e carne de boi salgada. A vestimenta variava segundo o lugar, se fosse na rua, costumavam usar calças no joelho, casacas pretas e velhas e meias de algodão nacional; enquanto, em casa, usavam camisas dobradas até os ombros e calças tão curtas que deixavam as pernas nuas e nos pés calçavam tamancas.

Eles habitavam as regiões marginais dos núcleos urbanos do Recife e Olinda, precisamente nos bairros populares de São José, Afogados, Boa Viagem e Beberibe, desempenhando atividades ligadas ao artesanato, às artes e ofícios diversos como: canoeiros, marceneiros, tanoeiros, alfaiates, vendeiras e doceiras. Além destes núcleos, ocupavam também os arredores dos engenhos de cana-de-açúcar, onde eram classificados, segundo Tollenare, como lavradores e moradores.

Os lavradores, geralmente de origem branca ou mulatos claros, são “rendeiros sem escrituras”<sup>80</sup> e dedicavam-se ao cultivo da cana. Por não fazerem contratos, ficavam, de acordo com o viajante francês, susceptíveis às vontades dos donos dos engenhos e desprotegidos pela legislação que os expulsavam das terras sem nenhuma indenização. As canas dos lavradores eram levadas para os engenhos, onde eram moídas e transformadas em açúcar, mel e cachaça, no entanto, metade da produção do ouro branco era apropriada pelos arrendatários.

Tollenare afirma que os lavradores constituíam uma “classe digna de interesse”<sup>81</sup>, porque ela tanto possuía capital quanto trabalhava, ou seja, duas características que se enquadravam no padrão ideário liberal burguês. Este grupo não desfrutava de luxo porque moravam em “miseráveis cabanas”<sup>82</sup> e nem investiam nas terras que trabalhavam devido a sua condição instável, entretanto, empregavam seus capitais em escravos e gado, bens móveis que podiam ser levados, caso fossem despejados.

A altivez foi outra característica ressaltada pelo francês, uma vez que se colocavam sempre “de igual para igual”<sup>83</sup> com os estrangeiros que os vinham visitar. Eles não deixavam as mulheres de suas casas reclusas quando recebiam visitas, ao contrário das senhoras dos proprietários dos engenhos, elas participavam da recepção oferecendo doces, ou seja, uma separação baseada na função desempenhada especificamente pelas mulheres.

Os moradores constituíam um grupo de pessoas que viviam na condição de colonos dos engenhos, ou seja, levantavam cabanas no meio do mato e tinham a permissão de cultivar uma porção de terra. Eles são procedentes da mistura de índios e negros, compunham o que Tollenare diz ser “o verdadeiro povo (plebe) brasileiro”<sup>84</sup>, contrariamente aos lavradores, os moradores viviam numa situação de extrema pobreza devido ao trabalho que realizavam.

Os afazeres dos moradores giravam em torno da plantação de mandioca e fabricação de rendas, aos olhos dos viajantes, incidia em viver na ociosidade um núcleo de onde se poderia “sair um número de trabalhadores assalariados”<sup>85</sup>. Em relação a esta interpretação José Carlos Barreiros propõe que eles viviam baseados no costume e tradição e precisariam ter seus

<sup>80</sup>TOLLENARE, Louis- François de. *Notas dominicais*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Cultura, 1978, p. 73.

<sup>81</sup>Idem. *Ibidem*.

<sup>82</sup>Idem. *Ibidem*.

<sup>83</sup>Idem, p. 74.

<sup>84</sup>TOLLENARE, Louis- François de. *Notas dominicais*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Cultura, 1978, p. 75.

<sup>85</sup>Idem, p. 75.

modos como também seus costumes modificados para poderem se encaixar no modelo de trabalhador europeu.

Como moravam em locais distantes e isolados, desconheciam ou ficavam à margem das autoridades religiosa e civil, submetendo-se apenas ao poder militar desempenhado geralmente pelos senhores de engenho que concediam suas permanências nas terras onde residiam. Tollenare, ao descrever os poderes administrativos ignorados pelos “colonos”, retrata alguns abusos aos quais estavam sujeitos como: violência sexual, vingança, expulsão além dos que podiam cometer como, por exemplo, o roubo e o assassinato.

Seus divertimentos eram as danças e as músicas. As primeiras realizadas aos pares e aos trios, movimentando os músculos do corpo, principalmente o quadril e as coxas, reproduzindo os amores de animais e dos seres humanos. Aqui, mais uma vez, percebe-se a similaridade atribuída pelo viajante às pessoas que residiam na América para com os animais. As músicas, segundo Tollenare, tinham um tom monótono com versos compostos de três palavras sempre parecidas, dando assim uma rústica harmonia.

Pelo seu quantitativo, mobilidade e articulação social foi o alvo das tentativas de controle e subordinação impostas pelas autoridades luso-brasileiras em princípio do século XIX, e isto se deu de diversas maneiras: recrutamento para o serviço militar e as obras públicas, castigos, repressões, toques de recolher, lei seca entre outros. Os temores das elites político-econômicas eram provenientes das frases de ameaça de tomada do poder com expulsão desta, à semelhança de São Domingos, pois estavam cansados de obedecer: “Ido-vos embora, também queremos possuir; já basta de obedecer; também queremos mandar”<sup>86</sup>.

Em relação à população mestiça, Koster realça a origem negra como uma mácula que consistia em ser ocultada, bem como a condição de pobreza em quem a maioria se encontrava, dois estigmas sociais que pesavam sob este grupo e que resultava em degradação e inferioridade social. Entretanto, a posse de riquezas podia, naquele momento, causar o embranquecimento da população mestiça reduzindo assim com a marca social:

“Não obstante as ligações dos mulatos, por um lado, com a raça negra eles se consideram superiores aos mamelucos. Sua inclinação é para os brancos, e como os Indígenas estão ocultos, orgulham-se de nada ter de comum com eles. Os mulatos, porém, lembram-se de sua filiação com os homens que

---

<sup>86</sup>COSTA, F. A. Pereira da. *Anais Pernambucanos v. VII: 1795-1817*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1958 p.197/198.

continuam em estado de escravidão e muitas pessoas de sua própria cor jazem sobre essa degradante circunstância, daí provindo o sentimento de inferioridade na companhia dos brancos, se esses são ricos e poderosos. [...]De mais, essa inferioridade que o mulato sente é mais produzida pela pobreza do que pela sua pele<sup>87</sup>.

Mediante a postura que tomavam, passaram a serem denominados de libertinos, indispostos e vadios, e qualificados como: idealizados, quando eram obedientes e controlados pelo Estado; bárbaros, quando reivindicavam igualdade de direitos com os brancos; e, por fim, desenfreados ou degradados, quando retomavam os “heróis” da restauração para exigir prestígio e participação política. Contudo, devido a estas duas últimas classificações, eram tomados com maior freqüência como inimigo interno, um oponente que vivia em constante estado potencial de conflito e tinha de ser controlado, constantemente vigiado, sob castigos físicos e encarceramentos.

Neste intuito, foram criados inúmeros mecanismos, o mais comum foi a introdução deles nas forças armadas, experiência que permitiu aos homens negros, pardos e mestiços a liderança nos movimentos populares no contexto da independência, como também o receio por parte das elites de suas ações extremadas. A situação já indicava a politização e as pretensões visíveis de participar, ou mesmo assumir, os postos governamentais, postura pouco trabalhada pela historiografia e que as interpretava como grupo de apoio e disputa das elites políticas.

Os escravos formavam o último grupo e, assim como os mestiços, compunham uma grande parcela da população que estavam distribuídos por todo território pernambucano no campo e na cidade desempenhando os mais diversificados serviços. A escravidão, do mesmo modo que a natureza, despertou a atenção e fez parte dos escritos dos cronistas que começam a descrevê-los no bairro do Recife (o bairro portuário de destaque para a chegada de notícias de fora da província), local onde predominavam principalmente os do sexo masculino: “Há um movimento contínuo de negros que vão e vêm, carregando fardos e se animando mutuamente por meio de um canto simples e monótono<sup>88</sup>”, pois era o lugar onde havia,

---

<sup>87</sup>KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. 2ª ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura Governo do Estado de Pernambuco Departamento de Cultura, 1978, p.377.

<sup>88</sup>TOLLENARE, Louis- François de. *Notas dominicais*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Cultura, 1978, p. 20.

segundo Marcus Carvalho, “um conjunto de atividades ali desempenhadas que, culturalmente, eram atribuídas ao gênero masculino”<sup>89</sup>.

Dentre as atividades, destacavam-se o trabalho na estiva, no carregamento e descarregamento de navios e balsas com produtos como açúcar, aguardente e algodão, somam-se ainda os serviços de carpintaria, funilaria, entre outros. Além do serviço no cais, os escravos podiam trabalhar para seus senhores, tanto em serviços domésticos, quanto na rua como escravos de ganho ou de aluguel.

Uma cena que não era bem vista pelos viajantes que chegaram a Pernambuco no início do século XIX e que causava perturbação e pena era a exposição em armazéns de homens, mulheres e crianças recém-chegados da África para serem vendidos no comércio escravista. Tollenare e Maria Graham tiveram a oportunidade de ver um mercado de escravos no bairro do Recife em situações distintas: um num tempo de paz, quando muitas pessoas nesta condição encontravam-se expostas, e a outra no momento de estado de sítio, no qual o mercado estava pobrementemente abastecido. Contudo, apresentaram um ponto semelhante, o destaque para as moléstias encontradas nos corpos dos africanos.

O francês descrevia o mercado a partir das roupas, do físico, das fisionomias de agressividade e passividade como também do cheiro emitidos pelos negros africanos:

“Grupos de negros de todas as idades e de todos os sexos, vestidos de uma simples tanga, acham-se expostos à venda diante dos armazéns. Grandes números deles padecem de pústulas repugnantes. (...) Entre eles vê-se homens cuja fisionomia é ainda altiva ou feroz; (...) Vi negros muito calmos e muito submissos; (...) As mulheres adultas são expostas sem véus não parecem sofrer nem gemer; entretanto algumas amamentam crianças nuas; (...) As raparigas conservam os contornos graciosos da adolescência (...) aos seus olhos não falece uma certa expressão voluptuosa e traduzem com ingênua timidez o desejo de serem compradas por quem as observa com mais interesse; os negrinhos brincam entre si como macaquinhos aos quais muito se assemelham nos seus movimentos. (...) O aspecto geral não apresenta nem prantos, nem gritos, nem desesperos; (...) o cheiro desagradável que se desprende desta população de cativos”<sup>90</sup>.

Uma narrativa que mescla a natureza física com a psicológica na perspectiva de se conhecer todo ser humano bem como suas possíveis ações.

<sup>89</sup>CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850**. Ed. Universitária da UFPE, 1998, p. 53.

<sup>90</sup>TOLLENARE, Louis- François de. *Op. Cit*, p. 21.



Maria Graham ressalta a situação de penúria, pois, em 1821, o governador português detinha o controle apenas de Recife e Olinda, enquanto que os constitucionalistas goianenses possuíam o controle dos demais territórios e assim impediam que chegassem, naquelas primeiras localidades, alimentos frescos como: farinha de mandioca, carne seca e peixe. Nestas circunstâncias, os escravos e a população pobre desta parte de Pernambuco eram os que mais sofriam com a escassez de alimentos:

“[...] um mercado de escravos. Estava pobrementemente abastecido, devido às circunstâncias da cidade, que fazia com que a maior parte dos possuidores de novos escravos os conservassem bem fechados nos depósitos. Contudo cerca de cinqüenta jovens criaturas, rapazes e moças, com todas as aparências de moléstias e da penúria, conseqüência da alimentação escassa e do longo isolamento em lugares doentios, estavam sentados e deitados nas ruas, no meio dos mais imundos animais”<sup>91</sup>.

O isolamento comentado pela inglesa decorre de um pavor que assolava as elites pernambucanas, seja revolucionária ou conservadora, de que houvesse uma revolta de escravos como a que havia acontecido em São Domingos. Terror proveniente dos mecanismos de comunicação, pois:

“Os negros do Recife não precisavam de intermediários brancos para saberem o que ocorria noutros lugares. Tinham seus próprios canais de informação através dos inúmeros marinheiros negros que navegavam a costa do Brasil por mais de trezentos anos. Alguns deles estavam a venda na rua do Queimado, em 1831. Como qualquer escravo, vez por outra também fugiam, como um rapaz vindo de São Tomé, cuja fuga foi anunciada, também no final de 1831. Era capaz de falar “inglês alguma coisa”<sup>92</sup>.

como também de sociabilidade entre os cativos e a associação com a população livre pobre que possibilitava acesso aos alimentos, à fuga, à liberdade e a participação nos movimentos políticos.

A cooptação mencionada à cima era comum em São José e Afogados bairros mais populares, onde residiam escravos, libertos e pessoas livres pobres. A junção destes foram visíveis nos movimentos políticos do período, destacadamente na Pedrosada e na

<sup>91</sup>GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990, p. 134.

<sup>92</sup>CARVALHO, Marcus J. M. de. O encontro da “soldadesca desenfreada” com os “cidadãos de cor mais levianos” no Recife em 1831. In *CLIO*, Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. N 18. Recife: UFPE, 1999, p. 121.

Setembrizada, movimentos que irão ser mais bem trabalhados no terceiro capítulo. Contudo, foram fatores de contendas entre as elites e contenção das ações rebeldes perceptíveis a partir do período constitucionalista luso-brasileiro.

A política em Pernambuco, especificamente entre os anos de 1800 e 1831, encontrava-se bem dividida e em sintonia com os acontecimentos do exterior. Observamos a existência de pelo menos três grupos políticos com pretensões administrativas bem distintas e que estavam constituídos por um diversificado grupo da população, ou seja, comerciantes, funcionários públicos, militares, sacerdotes e populares que buscavam tomar o poder e gerir o governo da província.

O primeiro seria os Absolutistas ou Corcundas, constituídos em sua maior parte por portugueses, destacadamente os do ramo comercial, que pretendiam manter a administração pública nos moldes do Antigo Regime, ou seja, conservar os poderes políticos, econômicos e militares nos funcionários lusos designados pelo rei. O segundo, denominado pelos contemporâneos como partido brasileiro, era composto por naturais da terra, que ansiavam por maior liberdade comercial, ocupação nos cargos públicos, redução das tarifas tributárias, a independência, uma constituição e implantação de um governo republicano.

A disputa destes dois grupos foi visível no movimento de 1817, um acontecimento político motivado em geral por insatisfação e penúria social que se enquadravam no contexto de crise do Antigo Regime. A agitação foi noticiada pelo jornalista Hipólito José da Costa em seu periódico *O Correio Braziliense* como um descontentamento das tropas e do povo, os primeiros por não receberem seus soldos e não disporem de outros meios de subsistência e o segundo devido às contribuições e os alistamentos exigidos para a Guerra de Montevidéu.

A condição de vida precária dos militares foi ainda relatada nas correspondências enviadas por funcionários franceses que se encontravam no Brasil aos seus superiores, segundo os quais “havia mais de um anno que a Guarnição de Pernambuco era mal paga e mal alimentada pelo governo provincial<sup>93</sup>”. Tollenare complementava que “(...) a condição do militar brasileiro era toda ella difficil: o soldo era minguido, os soldados, quase todos casados e com familia, não podendo adicionar-lhes ganhos provenientes de outros trabalhos<sup>94</sup>”.

---

<sup>93</sup>LIMA, Oliveira. Notas In: TAVARES, Francisco Muniz. *História da Revolução de Pernambuco em 1817*. 3ªed. Recife: Imprensa industrial, 1917 p. 61.

<sup>94</sup>LIMA, Oliveira. Notas In: TAVARES, Francisco Muniz. *História da Revolução de Pernambuco em 1817*. 3ªed. Recife: Imprensa industrial, 1917 p. 61.

Para Francisco Muniz Tavares, a origem do movimento era proveniente da: imparcialidade administrativa de Caetano Pinto, acusado por portugueses de fraco e indolente e pelos brasileiros de injusto; os pesados tributos que recaíam sobre toda a “indústria”<sup>95</sup> (da agricultura ao tráfico de escravos), a negligência com a saúde pública, provocada pela falta de água limpa para o consumo e a falta de calçamento nas ruas que provocava a permanência de lamas. A contenda dos dois grupos recebeu novo contexto durante o triênio constitucional, 1820 a 1822, período iniciado com a Revolução do Porto<sup>96</sup> e finalizado com a independência do Brasil.

A configuração política deste período é marcada pela disputa entre os corcundas liderados pelo governador lusitano Luís do Rêgo Barreto e os autonomistas. Os primeiros procuraram controlar a adesão dos pernambucanos bem como impedir o acesso destes ao poder da província, enquanto que os segundos, os autonomistas, ansiavam por gerir as contas, aplicar as rendas, dominar as Forças Armadas e fazer reformas educacionais possíveis devido ao momento vivido.

Consumada a separação com Portugal, houve a formação do terceiro grupo, denominado de Unitarista ou Centralista, uma fragmentação dos autonomistas que apoiava a monarquia parlamentar comandada por D. Pedro e pela corte do Rio de Janeiro. A gênese dos centralistas decorre, segundo a interpretação de Luis Geraldo Silva<sup>97</sup>, da introdução nos momentos críticos de 1817 de escravos e homens livres negros, pardos e mestiços entre os partidários do republicanismo.

No contexto da independência, as lutas passaram a girar em torno dos federalistas que pretendiam conservar a autonomia provincial e os monarquistas centralistas que concordavam com um governo central monopolizador de todas as decisões nacionais. Todavia, não significou dizer que eles foram os únicos porque, no ano de 1823, configurou-se outro de caráter mais radical, ou seja, por ser formado predominantemente de pessoas livres, pobres e em sua maioria negra e mestiça.

O grupo político mencionado anteriormente foi denominado por Socorro Ferraz de “Inversão e Subversão”<sup>98</sup> e pretendia lutar contra a discriminação racial e social existente no corpo social de Pernambuco, porém, é importante explicitar a denominação porque permite

<sup>95</sup>Idem. Ibidem.

<sup>96</sup>A Revolução Liberal do Porto consistiu em um movimento composto pelas diversas camadas da sociedade portuguesa, o Clero, a Nobreza, o Exército Português e a população em geral que reivindicavam a elaboração constituição, o retorno da corte para Portugal e a restauração da exclusividade de comércio com o Brasil.

<sup>97</sup>SILVA, Luis Geraldo. O avesso da independência: Pernambuco (1817-24). In MALERBA, Jurandir (org.). **A independência brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro Editora FGV, 2006.

<sup>98</sup>FERRAZ, Socorro. **Liberais e liberais: guerras civis em Pernambuco no século XIX**. Recife Editora Universitária UFPE, 1996, p. 177.

observar como os populares conseguiram durante um curto momento ingressar e dirigir governo político da província. Num primeiro momento, apoiou a inversão do comando de Pernambuco, ou seja, retiraram os autonomistas e impuseram os monarquistas centralistas e num segundo momento, subverteram o comando, ou melhor, retiraram os brancos do poder e em seu lugar colocaram um governante militar mestiço.

Apesar de ter sido breve, aquela tomada do poder contribui para percebermos que os grupos populares não se eximiram e nem tão pouco deixaram-se manusear por ambos os grupos dominantes, mas deixaram explícito seus anseios de dirigir e comandar a província. Assim, a configuração política de Pernambuco se delineou até a abdicação de D. Pedro I em 1831.

FIGURA 1



Soldado do Regimento de Artilharia, Arquivo Histórico Ultramarino, 1806, código N<sup>o</sup>1528, n<sup>o</sup>1.

## CAPÍTULO 2 - A FORÇA MILITAR NA AMÉRICA PORTUGUESA

Os recentes estudos sobre o império lusitano nos permitem afirmar que este era constituído por uma complexa rede de relações econômicas, sociais, políticas e jurídicas que tinha a capacidade de abrigar interesses diversos e conflitantes, ou seja, estruturava-se em vários modelos marcados pela pluralidade e polivalência de formas de dominação e soluções administrativas variadas que vão de acordo com as especificidades e conveniências locais. As forças armadas compunham uma das linhas formadoras dessa intrincada fiação e, por isso, para adentrarmos no estudo das forças militares, faz-se necessário retornarmos um pouco e observarmos a instalação destas na América Portuguesa, ainda no século XVI, para avaliarmos e contrapormos com o modelo implantado pelo conde de Lippe no século XVIII e analisar as conseqüências desta na tropa militar de Pernambuco.

José Eudes<sup>99</sup> aponta em seu estudo que desde a sua formação “o serviço d’armas” esteve sempre emaranhado na política de doação régia de mercês, honras, distinções e privilégios que serviram de sustentação para o império pluricontinental. Neste contexto, as forças armadas luso-brasileiras atuaram como “referencial simbólico de legitimação e representação de poder”<sup>100</sup>, como também em mecanismos de resistência a reprodução de valores, atitudes, comportamentos e práticas sociais.

Assim, procuraremos delinear a configuração da organização militar luso-brasileira diretamente articulada com a especificidade política do território Português da América, em especial Pernambuco. No começo da dominação lusitana, 1500 a 1530, esta ficou restrita ao estabelecimento de feitorias fortificadas ao longo do litoral, as quais eram guarnecidas por armadas que vinham, eventualmente, com a obrigação de impedir e combater o acesso de súditos de outras monarquias ao território lusitano.

A amplitude da costa impedia a proteção da mesma, contudo, a partir da fundação das capitanias hereditárias, a defesa e manutenção da ordem cabiam aos donatários e à população residente, como observamos no alvará de 24 de setembro de 1534, dirigido ao capitão donatário de Pernambuco, Duarte Coelho: “os moradores e povoadores da capitania eram obrigados, em tempos de guerra, ao serviço militar, se fosse necessário”<sup>101</sup>, para isso tinham

---

<sup>99</sup>GOMES, José Eudes Arrais Barroso. *As milícias D’el Rey: Tropas militares e poder no Cará setecentista*. Niterói: Dissertação (mestrado) Universidade Federal Fluminense, 2009.

<sup>100</sup>Idem, p. 39.

<sup>101</sup>COSTA, F. A. Pereira da. *Anais Pernambucanos v. I: 1493 - 1590*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1958 p.166.

autorização e isenção do rei para utilizar e vender armas de fogo: “Os mantimentos, armas, artilharia, pólvora, salitre, enxofre, e quaisquer munições de guerra, quer para os donatários, quer para os moradores, não pagam direito algum”<sup>102</sup>.

O foral enviado para Duarte Coelho além de estabelecer uma defesa mais regular, embora deficitária, e isenção de impostos impôs: poderes militares e títulos como o de Capitão-Mor aos donatários e aos moradores de cada capitania, qualificava-o como “homem de guerra”<sup>103</sup> e conseqüentemente a inexistência de uma linha divisória entre o ser civil e o militar.

Porém, com a chegada do primeiro governador-geral, Tomé de Souza, em 1549, começa a delinear-se o que Kalina Silva denomina de “administração colonial estatal”<sup>104</sup>, ou seja, a instalação na Bahia de um centro de governo representante da coroa em território americano dando aquele, poder ilimitado e absoluto, os quais delineavam sobre todas as capitanias, exceto Pernambuco, uma vez que esta era uma capitania donatarial.

Por meio do Regimento de 17 de dezembro de 1549, Tomé de Souza recebeu os títulos de Governador-Geral e Capitão-Mor da Armada e as competências, as quais giravam em torno: da segurança da colônia e do povoamento da terra, punição das tribos rebeladas, prevenção de distúrbios sociais e as constantes invasões das nações estrangeiras.

Para a execução destas funções, o governador faria uso de uma armada constituída de seiscentos soldados vindos de Portugal, distribuídos em companhias de cem homens, outras que seriam formadas por colonos, auxiliados por gente da terra (índios das tribos amigas), artilharia, armas e munições.

O documento deliberado pelo rei D. João III a Tomé de Souza ordenava que este fosse responsável pela “defesa das povoações e fortalezas do Brasil, [enquanto que] impõe aos senhores de engenho a [defesa] das suas propriedades, e aos mercadores, que se armem para não se verem desprevenidos em qualquer eventualidade”<sup>105</sup>, e ainda especificava a quantidade de armas que deveriam ter os capitães das capitanias, os senhores de engenhos e demais moradores para serem possuídas no prazo de um ano:

---

<sup>102</sup>COSTA, F. A. Pereira da. *Anais Pernambucanos v. I: 1493 - 1590*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1958 p.166.

<sup>103</sup>SILVA, Kalina Vanderlei. *O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial: militarização e marginalidade na capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001, p. 71.

<sup>104</sup>Idem, p. 72.

<sup>105</sup>COSTA, F. A. Pereira da. Op. Cit. p. 254.

“Cada capitão em sua capitania será obrigado ter ao menos dois falcões, e seis berços e seis meios berços e vinte arcabuzes ou espingardas e pólvora pero isso necessária e vinte bestas e vinte lanças ou chuços e quarenta espadas e quarenta corpos de armas de algodão dos que se usavam no Brasil; e os senhores de engenhos ao menos quatro berços, dez espingardas, e vinte corpos darmas de algodão; e cada morador que tivesse no Brasil casas, terras, águas ou navios, devia ter pelo menos bestas, espingardas, lança e espada”<sup>106</sup>.

A busca por uma estrutura militar mais organizada e regular foi sendo construída aos poucos e ao longo dos anos. Após o regimento de criação do governo-geral foi emitido, em 10 de dezembro de 1570, o Regimento dos Capitães-Mores ou Regimento Geral das Ordenanças, nele ficavam delineados as diretrizes que afirmavam que todo homem entre idade de 18 e 60 anos estava apto a ingressar nas forças armadas para compor os Terços das Ordenanças sem recebimento de soldo, contudo, havia a exceção dos fidalgos e eclesiásticos.

Segundo Pedro Puntoni, um Terço deveria conter cerca de 2500 homens comandados por um Capitão-Mor, este efetivo distribuía-se em dez Companhias cada uma com 250 soldados distribuídos em dez Esquadras, subordinados a um Capitão, o qual era auxiliado por um alferes, um sargento, um meirinho, um escrivão, dez cabos de esquadra e um tambor. As esquadras seriam formadas por vinte e cinco homens que deviam obediência a um cabo de esquadra.

É importante destacar que a função de capitão-mor, que fora no início da conquista, exercida pelo donatário das terras, no entanto, após a decretação deste regimento, passou a ser exercida por uma pessoa designada pelo rei por cerca de três anos para desempenhar a função de chefe militar com o intuito de assegurar a eficiência da tropa, fazer inspeções e aparato nas ruas e fortalezas e apoio para a autoridade civil. O regimento definia também que nas localidades onde não houvesse um donatário, as câmaras locais realizariam eleições para escolher dentre os moradores mais notáveis uma pessoa para cumprir o cargo. O desempenho do referido posto cabia o poder de demitir oficiais considerados inaptos e condenar ao degredo os subalternos.

Na Provisão das Ordenanças de 15 de maio de 1574, foram realizadas reformas com o intuito de complementar o documento anterior, o qual determinava que: nas localidades onde só existisse uma companhia de ordenança esta deveria ser comandada por um Capitão-de-

---

<sup>106</sup>MAGALHÃES, João Batista. *A Evolução Militar do Brasil*. 3ªEd. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2001, p. 119.



companhia, exceção feita se o capitão-mor fosse senhor das terras; para evitar ou punir os excessos cometidos por estes comandantes, os ouvidores e provedores das capitanias fiscalizavam suas funções. Contudo, reafirmava a obrigatoriedade de todos os cidadãos moradores de ingressarem e possuírem armas num período máximo de seis meses.

Outras ordens militares foram ainda acrescentadas no fim do século XVI, uma em 1588 e outra em 1598. A primeira determinava que o governador-mor fiscalizasse as fortalezas, as armas; construísse fortificações; provesse o guarnecimento das demais localidades; fabricassem embarcações para defesa do litoral, os quais estariam abastecidos e financiados pelos senhores de engenho de açúcar; e estimulassem a extração de salitre para a fabricação de pólvora. O segundo instituía as competências dos Sargentos-Mores das Comarcas, as quais estavam centradas em: residir na vila ou sede da comarca porque apenas os principais desta teriam acesso aos títulos e postos da hierarquia militar das ordenanças; fazer vistoria duas vezes por ano nas tropas além de adestrá-las; fiscalizar a conservação dos armamentos; registrar num livro o número de companhias e dos soldados engajados; e substituir o capitão-mor nos exercícios militares nos momentos de ausência deste.

Assim, começava a se esboçar uma organização militar caracterizada pela preponderância de efetivos americanos e de uma diminuta participação de soldados reinóis, um aparelhamento que já subdividia e hierarquizava as tropas em: regulares ou as vindas de Portugal ficavam guarnecendo as fortificações e submetidas ao governador enquanto que as tropas locais aliciadas nas ordenanças seriam recrutadas em caso de guerra e estariam subordinadas aos capitães e sargentos-mores. Paralelamente, configurava-se no interior desta uma hierarquia conformada na divisão onde a gente simples compunha o grosso da tropa enquanto que os senhores de terra os postos superiores que, conseqüentemente, conferia-lhes poder e prestígio social e, assim, todos se qualificavam como soldados.

Ao longo do século XVI, os governadores-mores em suas correspondências com o rei queixavam-se da diminuta tropa a seu dispor e a extensão e fragilidade do território que tinham a sua submissão. Paralelamente, em Pernambuco, enquanto a conquista estava ameaçada por estrangeiros e nativos, era possível mobilizar um quantitativo considerável de soldados como nos afirma o cronista Gabriel Soares, que no ano de 1587, poderia se “por em campo tres mil homens de peleja com os moradores da vila de Igarassu, entre os quais quatrocentos homens de cavalo. Esta gente [acrescenta o cronista] pode trazer de suas

fazendas quatro ou cinco mil escravos da Guiné e muitos do gentio da terra”<sup>107</sup>. No entanto, com o passar do tempo e estabilização da conquista este número foi reduzido a algumas guarnições presidiárias das praças e alguns pontos do litoral onde havia fortificações, o que resultou, em 1609, segundo Evaldo Cabral, numa guarda composta apenas de 100 homens entre Olinda e Recife.

No princípio do século XVII, perdura a organização que havia sido ordenada ainda com Tomé de Souza. No entanto, ao tempo da dominação batava a vida militar foi regida pelas normas de 13 de outubro de 1623, que incumbia aos conselheiros políticos as decisões referentes ao exército e a guerra com o detalhe de buscar o parecer do governador que estivesse no comando, ambos compartilhavam o preenchimento dos postos e funções do oficialato das companhias, cabendo aos primeiros a apresentação dos candidatos, enquanto ao segundo cabia a escolha destes. O poder e a autoridade do governador foram ampliados a partir de 1630, quando disposições complementares permitiram a este a eleição de capitães e oficiais subalternos sem a interferência dos conselheiros e estendia a jurisdição do conselho de guerra aos crimes e delitos civis.

A guerra contra os holandeses ocorrida no seiscentos vai influenciar, modificar e criar hierarquias e táticas de guerra inovadoras nas forças luso-brasileiras. Segundo João Batista Magalhães, estas novidades começam a serem introduzidas no mar e “consistia a tática naval em, descarregada uma bateria contra o navio inimigo, procurar virar de bordo para despejar a outra, e então se aproximar, agarra-se-lhe por meio de harpéus etc, e dar-lhe abordagem”<sup>108</sup>.

As armas consistiam em uma bateria com canhões de ferro ou bronze e os pedreiros somadas às: machadinhas, cutelos, mosquetes e arcabuzes<sup>109</sup>. Dentre estes armamentos, o mosquete tornava-se praticamente inútil nos períodos chuvosos. A hierarquia nas esquadras consistia em almirante, vice-almirante e soto-almirante.

No tocante as inovações nas tropas de terra, destacam-se: a guerra de guerrilha, a formação de forças auxiliares composta por grupos étnicos e a concepção de novos postos

---

<sup>107</sup>COSTA, F. A. Pereira da. *Anais Pernambucanos v. I: 1493 - 1590*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1958 p. 265.

<sup>108</sup>MAGALHÃES, João Batista. *A evolução Militar do Brasil*. 3ªEd. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2001, p. 135.

<sup>109</sup>Canhões para atirar pedras.

militares. A guerrilha versava em uma tática de guerra conhecida como Guerra Brasilica<sup>110</sup> ou Guerra de Guerrilha, na qual se misturava o uso da artilharia, típica estratégia europeia, com as emboscadas praticadas pelos índios brasileiros, que atacavam em pequenos grupos o inimigo.

Um procedimento tipicamente brasileiro porque demonstrava à condição de adaptação das tropas ao ambiente natural e social da região, a qual segundo Eduardo Pérez pode ser “apreciar la efectividad del método de guerra, es em territórios del nordeste brasileiro”<sup>111</sup>. Nesta estratégia, Pedro Puntoni e Evaldo Cabral<sup>112</sup> destacam a participação dos grupos indígenas tanto quantitativamente quanto qualitativamente, pois forneciam grande quantidade de homens por meio das tribos aliadas, quanto por ensinar aos europeus a caminhar, esconder-se e atacar de surpresa.

A segunda novidade correspondeu à gênese dos terços dos Henriques, um efetivo militar constituído nos moldes das tropas quinhentistas e composto por homes negros livres, libertos e cativos que se colocaram voluntariamente a serviço dos restauradores. Sua participação levou a coroa lusitana a instituí-los em caráter permanente, como também a disseminá-lo por diversas capitâneas do território português da América como, por exemplo, a Bahia, como registra o desembargador na Mesa da Consciência das Ordens, Francisco de Campos Limpo:

“[...] um terço chamado dos Henriques, o qual se compõe de homens crioulos forros, com seu capitão-mor, e mais oficiais competentes da mesma qualidade, sendo a denominação originada do famoso preto Henrique Dias, que com a espada de sua gente teve uma grande parte na glória da restauração de Pernambuco, em tempo que as usurparam os holandeses, havendo na dita cidade da Bahia e sua capitania, outras companhias chamadas do mato, com seus capitães-mores e mais oficiais, com soldadesca para fazerem entradas aos matos e rebaterem os grandes impulsos dos negros escravos foragidos e outros delinquentes”<sup>113</sup>.

<sup>110</sup>PUNTONI, Pedro. A arte da Guerra no Brasil: tecnologia e estratégia militares na expansão da fronteira americana (1550-1700). In CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org.). *Nova, história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 48.

<sup>111</sup>O. , Eduardo Perez. *Guerra irregular em La América Meridional S.S. XVIII – XIX: ensayo de Historia Social Comparada com España y La Nueva Granada*. Tunja: Academia Boyacense de Historia Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia, 1994, p. 153.

<sup>112</sup>MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no nordeste, 1630-1654*. 2ªed. Rio de Janeiro: Topbookss 1998.

<sup>113</sup>Atestação de Francisco de Campos Limpo. Lisboa 04 de Janeiro de 1756. Arquivo Histórico Ultramarino. Minas Gerais. Cx. 79, Doc. 15. In COTTA, Francis Albert. *Negros e mestiços nas milícias coloniais Ibero-Americanas: a serviço do rei, dos poderosos locais e de próprios*.

A introdução de negros e mestiços nas forças armadas constituiu um mecanismo de poder, este último, compreendido como uma relação de força<sup>114</sup>, que permitia por um lado legitimar o domínio português, bem como o sistema escravista porque moldava e enquadrava-os na hierarquia militar, permitindo assim um controle social dos grupos marginalizados. Paralelamente, mas em sentido contrário, tornava-se um meio de resistência ao mesmo sistema uma vez que os homens negros cativos enxergavam a participação naqueles corpos um caminho para a obtenção da liberdade e inserção naquela sociedade estamental, enquanto os livres na possibilidade de ascensão social.

Assim, enquanto estiveram à disposição da defesa dos interesses da coroa lusitana as tropas de Henriques tiveram seus feitos bem como seu comandante fundador, o escravo alforriado Henrique Dias, introduzidos na historiografia como base de uma nacionalidade brasileira e de uma mitologia. Posteriormente, mas precisamente em fins do século XVIII e princípio do XIX, a referência deste líder, bem como suas ações, passaram a serem utilizadas como meio de unificação, sociabilidade e identidade de resistência às práticas absolutistas desempenhadas pelos administradores lusos, conseqüentemente tiveram seus efetivos desmobilizados em meados do oitocentos.

A terceira obedeceu ao aparecimento do posto e do título de Capitão General, o qual tinha suas atribuições semelhantes ao capitão-mor, a subordinação das fortificações e artilharia ao Sargento-mor do Estado e, por fim, ao surgimento do cargo de Alcaide-mor do mar que, posteriormente, foi denominado de Capitão do Porto. As inovações decorrentes da guerra contra os holandeses foram de significativa importância para a estruturação da força militar que foi sendo constituída a partir do século XVII e que vai perdurar até aproximadamente o princípio do século XIX.

No século XVII, foram elaborados três regimentos e uma provisão com o objetivo de organizar a força militar na colônia brasileira, estes foram respectivamente: o Regimento de Fronteiras do Reino 29 de agosto de 1645, o Regimento das Fronteiras do Estado do Brasil de 1653, o regimento de 23 de janeiro de 1677 e a provisão de 16 de outubro de 1659. No primeiro regimento, o denominado de Fronteiras do Reino, as preocupações principais foram os sistemas de promoções, baixas, pagamentos de soldo, suprimentos e contabilidade geral das tropas, para isto foi criado o cargo de Vedor-Geral do Exército.

---

<sup>114</sup>FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 175.

À função de vedor-geral cabia o controle da remuneração de oficiais e soldados, os gastos com as tropas de fronteiras e a alimentação das tropas de primeira linha, munições e hospitais. À disposição daquele funcionário régio estavam quatro Oficiais de Pena e mais quatro Comissários de Mostra, para poderem fazer revista, inscrição e a lista dos militares, da qual eram promovidas ou rebaixadas as patentes.

Na provisão eram reafirmadas as ordens do regimento de fronteira do reino afirmando que, quaisquer complementações às forças armadas teriam que ser obedientes ao dito documento:

“Hei por bem e mando ao meu governador e capitão-geral do Estado do Brasil, que ora e ao adiante for, que nenhum caso proveja daqui em diante cargo algum de guerra se não nas pessoas que concorrem os serviços e requisitos que se contém nos dez capítulos do regimento das fronteiras deste Reino”<sup>115</sup>.

No ano de 1653, começam a se estruturar o Regimento das Fronteiras do Estado do Brasil que tinham como fundamento o Regimento de Fronteiras do Reino de 1645, no qual determinava as formas como as milícias se organizariam no continente americano. De acordo com este documento, as forças de segunda linha ou milícias se estabeleceriam em terços, agiriam como forças auxiliares para defender os portos de mar contra invasões e investidas de outros europeus, estruturando assim as tropas luso-brasileiras sob o tripé: a Tropa de Linha, as Milícias e as Ordenanças.

No último regimento seiscentista, o foco eram as fortificações destacadamente as existentes no litoral, pois recomendava aos governadores e capitães atenção especial as mesmas. Contudo, mudanças começaram a serem delineadas no tocante: a delimitação dos poderes dos comandantes das províncias, uma vez que a eles foram proibidas as criações de novos postos; aumento de soldos e reformas, com exceção de uma situação de guerra na qual poderia ser feitos, mas com caráter provisório; como também, na diminuição no quantitativo da força militar com o objetivo de reduzir os gastos do governo.

É importante ser destacado que apesar dessas ordens serem dirigidas a todo o estado do Brasil, elas eram direcionadas, primordialmente, para as capitânicas régias do norte, uma vez que as instituições militares do sul só passaram a serem desenvolvidas a partir do século

---

<sup>115</sup>Documentos Históricos, vol. 79, p. 62-64.

XVIII devido às guerras de fronteiras com a Espanha e a instituição do Rio de Janeiro como sede do governo. No tocante a Pernambuco, segundo Kalina Silva, passou em meados do seiscentos a ser o alvo dos olhos e das mãos da coroa lusitana, porque recém saídas da guerra contra os holandeses, as tropas pernambucanas estavam “maior e mais pesadas do que o usual”<sup>116</sup>, havendo assim a necessidade de controlar o volume das tropas.

Kalina Silva afirma que a ação de reduzir o efetivo em Pernambuco foi tomada pelo governador Francisco de Brito Freyre, entre os anos de 1661 e 1664, ela destaca dois pontos importantes na medida adotada: a primeira, em procurar organizar as forças em época de paz e a segunda, por preocupar-se com a finalidade social das tropas. No entanto, por ser um funcionário real, sua solução foi ressaltar a importância das tropas auxiliares pelo fato destas não causarem nenhum custo para a coroa portuguesa, procurou assim instituir as milícias:

“Na Disciplina da guerra formando um exército utilíssimo para a defesa, e para o dispêndio sem nenhum custo tão pronto suas operações e prevenindo de tal modo nestas capitânicas que com suma brevidade, se junte em qualquer delas aonde o chamar a ocasião (...) este novo exército nascido na minha industria diligência consta de 6503 infantes com 810 soldados de cavalo divididos nas comarcas por Terço, e nas freguesias por companhia, procurando para cabos e oficiais as pessoas de mais conhecida qualidade e do mais avantajado merecimento e mais bem quistas nos povos com mais séquito e cabedal”<sup>117</sup>.

A estudiosa aponta a precaução e o receio na desmobilização da força afirmando o cuidado em não provocar “rancores e revoltas entre os militares, principalmente, entre os oficiais”<sup>118</sup>. Assim, ele propõe a transferência dos oficiais para a corte com o intuito de inseri-los na guerra metropolitana contra a Espanha, em relação aos soldados recomenda reagrupá-los em suas companhias para evitar sua dispersão no território e conseqüentes distúrbios e perturbações sociais e quanto aos proprietários sugere a dispensa para que pudessem retornar as suas terras.

Em relação aos exercícios e disciplina militar, até a guerra contra os holandeses, eram, segundo João Batista Magalhães, “assegurados por exercícios regulares, efetuados de modo

<sup>116</sup>SILVA, Kalina Vanderlei. **O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial: militarização e marginalidade na capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001, p. 80.

<sup>117</sup>Idem, p. 81-82.

<sup>118</sup>Idem, p. 86.

que com larga interpolação de tempo servissem mais de divertimento que de moléstia”<sup>119</sup>, ou seja, indica que não havia sistematização e uma constância em tais práticas para que não se tornasse pesado e sofrido esta obrigação uma vez que a participação no exército configurava-se em degradação social.

Kalina Silva demonstra que com a reforma realizada por Brito Freyre aquelas duas questões tornaram-se uma preocupação, pois ao tentar organizar as forças americanas no estilo disciplinar europeu havia uma nítida resistência porque estes efetivos sediam com mais facilidade a “tática americana, as emboscadas” devido a sua fluidez e flexibilidade do que o “tolhimento das autonomias individuais da disciplina européia”<sup>120</sup>.

Percebemos ao fim deste século que a coroa começou a tracejar as linhas para uma maior centralização político-administrativa que, no centenário seguinte, provocou várias modificações por meio de decretos, resoluções e ordens régias que visavam organizar, disciplinar bem como manter o domínio sistemático da Corte sob o aparato militar da América. Desta forma, dentre as ações administrativa da monarquia sobressaem-se: a extinção das capitânicas hereditárias; as Ordens Régias de 1714, 1723, 1739, 1749, 1757, 1758 e a carta de 1766 acerca da uniformização das Ordenanças; a Carta e o Decreto Régio de 1766, 1787 e 1791 sobre o preenchimento dos postos vagos nas Tropas Pagas; e por fim o Decreto de 1796 sobre a organização das Milícias.

Na padronização das ordenanças, as determinações tracejavam em torno das seguintes medidas concomitantemente aqueles anos citados anteriormente: restauração na Bahia dos postos de Mestre-de-campo General e Ajudante de Mestre-de-campo General; os soldos igualados aos do Rio de Janeiro; ajustamento dos números dos oficiais nas capitânicas para um capitão-mor, um ajudante e os capitães-de-companhia; o preenchimento dos postos vagos neste corpo seriam preenchidos com as sugestões das Câmaras e a confirmação teria que ser dada pelo governador a cerca dos cidadãos mais dignos da região, além de definir a ocupação do cargo por um tempo vitalício; compilação das leis das ordenanças para que fossem divulgadas e obedecidas; e por fim a reiteração das tropas auxiliares e das ordenanças em terços como demonstra o documento a seguir:

---

<sup>119</sup>MAGALHÃES, João Batista. *A evolução Militar do Brasil*. 3ªEd. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2001, p. 142.

<sup>120</sup>SILVA, Kalina Vanderlei. Op. Cit. p. 86.

“Sendo informado da irregularidade e falta de disciplina a que se acham reduzidas as tropas auxiliares deste Estado [...] mandeis alistar todos os moradores das terras da vossa jurisdição que se acharem em estado de poderem servir nas tropas auxiliares, sem exceção de nobres, plebeus, brancos, mestiços, pretos ingênuos e libertos... e nomeando para disciplinar cada um dos ditos terços, um sargento-mor escolhido entre os oficiais das tropas pagas, ... com o qual vencerão o mesmo soldo que vencem os outros sargentos-mores das tropas regulares deste Estado, pago na mesma forma pelos vencimentos das Câmaras dos respectivos distritos”<sup>121</sup>.

Nas Tropas de Linha o preenchimento dos postos vagos bem como a remuneração dos seus oficiais foram temas dos documentos. O primeiro deles determinava que cabia às câmaras a remuneração do oficialato desta força, entretanto, ela não conseguia arcar com a despesa, a qual estava sendo executada pela Fazenda Real. O segundo estabelecia o caminho para solicitação da ocupação das vagas disponíveis. Este passava pelos governadores ou capitães-generais, os quais encaminhavam para a Secretaria de Estados dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos e os indicados desempenhariam a função de maneira interina podendo ser mantido ou rebaixado mediante a vontade do rei. Esta nomeação interina causou sérios problemas porque submetia o oficial a uma situação constrangedora no caso de uma rejeição real, assim foi determinado que a ocupação da função só fosse feita após a aprovação do monarca.

No tocante as milícias, a documentação enquadrava-os como força de segunda linha, as quais teriam seus regimentos nas comarcas e distritos, provocou a alteração da denominação de mestre-de-campo para coronel e, por fim, determinou que as ocupações dos postos de oficiais fossem preenchidas pelos da força paga. Esta medida causou inquietações e revoltas nas forças milicianas destacadamente as tropas de negros e pardos que se recusavam a obedecer a comandantes brancos ao invés de terem sido retirados do interior de suas forças.

O ápice daquela mudança de postura foi alcançado com a elaboração do Regulamento para o Exército, disciplina dos Regimentos de Cavalaria dos Exércitos de Sua Majestade Fidelíssima pelo Conde de Reinante de Schaumburg Lippe. Este documento passou a ser formulado após a mudança do alvo das políticas militares, o qual foi direcionado para as capitânicas do sul e do oeste, pois, ao longo deste período, foram desenroladas as guerras contra os espanhóis e seus súditos para a delimitação das fronteiras entre os dois domínios nas

---

<sup>121</sup>Arquivo Nacional, códice 64, vol 21, f. 31v. Apud: SALGADO, Graça (ORG.). *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. 2ªEd. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985 p. 109.



regiões do Rio Grande, Santa Catarina e o Mato Grosso além da descoberta de ouro na região de Minas Gerais.

Somam-se ainda outras frentes de batalhas que existiram na América portuguesa do setecentos como: os limites ao norte do Amazonas disputados com os franceses, os quais pretendia alargar suas conquistas de Caiena até o Rio Amazonas, além da disputa interna com os indígenas no interior das províncias do norte para efetivar a conquista dos sertões na conhecida Guerra dos Bárbaros. Por meio destes confrontos bélicos, ficaram mais perceptíveis aos olhos da corte lusa as fragilidades, os vícios e as necessidades da força existente no Brasil, dos quais destacamos: reduzido efetivo regular, deserção, falsificação das folhas de serviço, apropriação indevida dos recursos destinados a reforma das fortificações atraso no pagamento dos soldos, distribuição indiscriminada de títulos, atraso na manutenção de armas, víveres e mantimentos.

A formulação do Regimento do Conde de Lippe também visou a atender a política de reforma administrativa proposta pelo Marquês de Pombal que pretendia reduzir os custos bem como submeter o exército de ambos os lados do Atlântico a mesma lei tornando-os assim únicos: “constituir um... exército sob o mesmo regulamento com idêntica disciplina e sem diferença alguma”<sup>122</sup>. Assim, o século XVIII pôde assistir a uma rápida aceleração da política de centralização que no exército configurou-se na modernização da sua estrutura, ou seja, uma organização que pretendia aperfeiçoar as aptidões militares do soldado para que ele agisse com mais eficiência não só em sua ação individual como também na coletividade além de torná-lo o mais obediente possível.

Segundo Kalina Silva, este objetivo seria atingido por meio do aprimoramento das táticas de guerra que na Europa do século XVII foi marcado pelo “adestramento burocrático moderno”<sup>123</sup>, por este compreendemos como sendo uma “aplicação prática da disciplina [a qual] sujeita o soldado ao mesmo tempo que o torna eficiente”<sup>124</sup>. Uma maneira de dominação, ou seja, uma forma de se exercer o poder através do controle do corpo e das ações dos homens, especificamente o militar, uma vez que a prática da disciplina foi exercida em outras instituições como escolas, hospitais etc.

---

<sup>122</sup>Relação das Instruções, RIHGB,35, ptI, 1872, pp227-236. Apud: MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996 p. 128.

<sup>123</sup>SILVA, Kalina Vanderlei. **O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial: militarização e marginalidade na capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001, p. 33.

<sup>124</sup>Idem. *Ibidem*.

A disciplinarização consiste numa dominação “que permite o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade-utilidade”<sup>125</sup>, ou seja, toma como princípio o crescimento das forças dominadas e o aumento da força e da eficácia de quem as domina por meio da submissão. Este método de poder deveria ser denso, rígido, constante e meticuloso para que pudesse transformar um aglomerado de pessoas confusas, dispersas, sem utilidade e ao mesmo tempo perigosa em um conjunto organizado e sistematizado.

O controle se daria por meio de um regimento disposto em vinte capítulos e que versavam sobre o quantitativo, a formação dos recrutas, os exercícios a pé e a cavalo, o manejo das armas, a conservação dos instrumentos bélicos, dos serviços nos quartéis e guarnições, da ordem, dos artigos de guerra, dos castigos, dos interrogatórios, da fidelidade e dos juramentos. Neles, são perceptíveis pontos que enfatizam: a elaboração de um corpo dócil e os recursos para o bom adestramento.

No primeiro daqueles itens disciplinadores, a elaboração de um corpo dócil, é formado através de uma hierarquia técnica, na qual em primeiro lugar insere em uma escala, a qual busca trabalhar o corpo de forma detalhada e intensa a ponto de deixá-lo próximo da mecanicidade, em seguida, toma o objeto de poder disciplinador, o corpo, visando à eficácia do movimento e de sua organização, por fim, a modalidade impõe uma sujeição ininterrupta e constante para enfatizar o processo de como se chegou ao efeito. É como retrata o trecho retirado do capítulo III – do exercício a cavalo e dos elementos das evoluções:

“[...] 4 O soldado deve governar o cavalo principalmente com os joelhos e as barrigas das pernas, tendo a mão esquerda com a rédea sempre baixa, e a rédea curta sem se apegar a ela ou a puxar, deixando jogar o freio: é necessário que um pequeno movimento da mão esquerda, fazendo impressão no freio, faça conhecer ao cavalo, para que parte deve voltar, mas devem evitar sempre as sofreadas. O cavalo nunca deve sentir a mão do cavaleiro, senão quando houver de voltar ou parar ou andar mais devagar. Quando o cavaleiro quiser voltar a galope deve carregar fortemente com a barriga da perna da parte para onde quer voltar, e estender a outra perna para afastar do cavalo, levando ao mesmo tempo a mão esquerda insensivelmente para a mesma parte e inclinando o corpo para a mesma banda observando apertar os joelhos e ficar fora sela”<sup>126</sup>.

---

<sup>125</sup>FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: História das violências nas prisões*. 30ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 118.

<sup>126</sup>Regulamento para o Exército, disciplina dos Regimentos de Cavalaria dos Exércitos de Sua Majestade Fidelíssima pelo Conde Reinante de Schaumburg Lippe, Marechal General. Anno de 1768, p. 06.

É importante na constituição desta docilidade a distribuição dos homens no espaço que se processa por meio da: demarcação do espaço que propõe especificar um local para a execução e acomodação da força para evitar arruaças, deserção e controlar as despesas; da clausura, a qual visa enquadrar o indivíduo em uma função, em um lugar; como também, permite aos locais com finalidades específicas buscar um espaço livre propício a vários usos e utilidades. Assim, o quartel vai servir como lugar específico para o exercício militar e uma residência particular como hospital, como descreve o capítulo II – formatura do Regimento em esquadrões e o capítulo XIX – da escolha dos cirurgiões e do cuidado que deve haver dos soldados enfermos:

“[...] 5 Se as companhias estiverem nos seus quartéis, então as esquadras irão às Praças de Armas particulares, cavalo dois a dois na frente, formando uma pequena coluna: cada companhia se forma em duas divisões e marcham nesta ordem. [...] 7 Nas Guarnições de uma ou muitas Companhias servirá de hospital uma casa particular”<sup>127</sup>.

O controle das atividades era realizado por meio da regulamentação: do horário de entrada e saída; cronometragem das ações; da correlação entre o gesto e o corpo para eficácia e rapidez; articulação corpo-objeto, que define a articulação entre o corpo e os objetos manipulados por ele; utilização exaustiva e intensificada de cada instante do tempo, na qual no máximo de rapidez se consegue o máximo de eficiência. É como retrata o trecho retirado do capítulo II – formatura do Regimento em esquadrões:

“13 O Timbaleiro e Trombeta se postam nos lados. NB. Para tirar a espada e a embainhar. 14 O comandante manda: (voz) ‘Esquadrão ou Companhia, sentido’. O soldado, ou Oficial inferior do lado, sai á frente quatro passos para fazer sinais. Tira a espada – três tempos. No primeiro levam os soldados rapidamente mão direita por cima da esquerda, que tem a rédea, e empunham a espada. No segundo tiram vivamente a espada, e a põe direita com a guarda a duas polegadas defronte dos olhos. No terceiro tempo abaixam o punho direito até junto ao qual o quadril direito, a ponta da espada defronte da espádua a três polegadas”<sup>128</sup>.

A vigilância constitui num ponto de significativa importância e vai ser exercida através do olhar deixando visível por meio da coerção sobre quem se aplica a observação: “12 Quatro oficiais inferiores se postarão na retaguarda de cada Esquadrão para fazer observar a ordem na

<sup>127</sup>Regulamento para o Exército, disciplina dos Regimentos de Cavalaria dos Exércitos de Sua Majestade Fidelíssima pelo Conde Reinante de Schaumburg Lippe, Marechal General. Anno de 1768, p. 03 e 42.

<sup>128</sup>Idem, p. 04 e 05.

última fileira e impedir que algum soldado fique para trás”<sup>129</sup>. Aos que não seguem a regra estritamente, cometem o crime da inobservância, penalidade criada pelo sistema de normalização, a estes são aplicados castigos que tem o objetivo de corrigir através da repetição do exercício, o qual é observado nas notas do terceiro e quarto capítulo § do ensino dos recrutas:

“O Cabo na lição quer dar ao soldado de Recruta dos princípios de obrigação, deve mostrar-lhe o método de executar qualquer coisa que lhe estiver ensinando, fazendo-a ele primeiramente e depois mandando-lha fazer até estar perfeito nela, de forma que deve saber muito bem uma, antes que aprenda outra”<sup>130</sup>.

A punição é ligada por um sistema de gratificação-sanção que define as características da penalidade entre boa e má, esta passa a se integrar ao ciclo de conhecimento do indivíduo como assim determina o capítulo X – dos castigos:

“1 Os delitos maiores e sobretudo o motim, o homicídio premeditado, e a traição hão de Ter pena de morte. O réu passará pelas Armas, será enforcado ou padecerá morte mais severa nos casos extraordinariamente atrozes, conforme julgar o Conselho de Guerra em consequência dos Artigos Militares, ou Leis civis, nos casos dos crimes puramente civis cometidos pelos militares. Os delitos graves que não forem contudo capitais, se castigarão mandando-se trabalhar os réus nas Fortificações por meses, ou anos, conforme a gravidade do delito. Estes criminosos trabalharão com grilhão no pé e na mão direita e um rótulo nas costas que declare o seu delito”<sup>131</sup>.

Por fim, a disciplinarização procura recompensar com promoções e pune rebaixando ou degradando:

“Devendo o ponto de honra animar aos oficiais mais do que outro algum motivo, todo oficial de patente assinada pela Real Mão será reputado nobre e não poderá exercitar alguma espécie de emprego, nem fazer outro algum serviço, que não seja o real, para assim se fazer digno do honorífico posto, que se lhe confiar. E se suceder que algum oficial envileça e desacredite o seu posto por um procedimento contrário a esta disposição, será expulso e declarado indigno de servir nos Exércitos de Sua Majestade”<sup>132</sup>.

<sup>129</sup>Regulamento para o Exército, disciplina dos Regimentos de Cavalaria dos Exércitos de Sua Majestade Fidelíssima pelo Conde Reinante de Schaumburg Lippe, Marechal General. Anno de 1768, p. 04.

<sup>130</sup>Idem, p. 17.

<sup>131</sup>Idem, p. 32.

<sup>132</sup>Idem, p. 39.

O regimento disciplinar elaborado pelo Conde de Lippe almejava assim exercer o controle sobre os corpos dos militares abrangendo diversos aspectos como gestos, discursos e eficácia para poder retirar ao máximo, tempo e trabalho. Esta forma de poder exercida de cima para baixo, ou melhor, das instâncias do governo para o povo, vai pretender, assim, deter o domínio deste último tanto nas frentes de batalhas ocorridas no século XVIII, quanto nos conflitos político-sociais do princípio do XIX.

Centrando nossa atenção na temática principal do nosso estudo, passaremos a partir de agora a observarmos como a população pernambucana, destacadamente a militar, em conjunto com os populares residentes na vila do Recife procuraram reagir ou resistir àquele domínio, como foi delineada sua ação e quais alternativas propunham ao mesmo. Isto porque esta dominação exercida sobre a população da América Portuguesa pretendendo sua docilidade em seus mínimos aspectos e atitudes provocaram uma oposição que transmitiu os anseios e perspectivas próprias desta sociedade.

## 2.1 AS INSTITUIÇÕES MILITARES EM PERNAMBUCO (1800 – 1831)

“Suspirada liberdade  
Salve, salve, te saudamos,  
Querida filha dos céus  
Reverentes te adoramos.

Nós pretos, pardos e brancos  
Cidadãos somos unidos,  
E à pátria oferecemos  
Mulheres, filhos queridos.

Nós, bravos pernambucanos  
Exemplo demos primeiros;  
Às armas corramos todos,  
Valorosos brasileiros.

Venham tigres do mundo  
Venham da Europa leões;  
Temos valorosos braços,  
Magnânimos corações”.

**José da Cruz Ferreira, 1817.**

O poema do Dr. José da Cruz Ferreira, ouvidor-geral da comarca do Sertão, integrante da revolução de 1817, nos estimula a adentrarmos com afinco no tema central deste estudo: as tropas militares do princípio dos oitocentos, porque nos dá indícios dos

mecanismos de apelo para obter o ingresso de toda a população no movimento, pois caracterizava “pretos, pardos e brancos cidadãos”, dos temores que assolavam a sociedade pernambucana no período, pois pretendiam todos se unirem em prol dos mesmos objetivos, porque assim, seriam qualificados da mesma forma e não segregados e, por fim, procura estimular a sociedade a manter a liberdade, afirmando terem sido os primeiros a pegar em armas para defender a causa brasileira. Contudo, a mesma composição nos permite sinais a cerca do declínio da administração lusitana fazendo seus súditos rebelar-se contra esta, fato que o apoio dos militares caracterizava-se de significativa importância.

Para compreendermos aquele valor faz-se necessário mencionar as constantes mudanças ocorridas no interior da forças, relativas à criação de novos corpos e postos militares e também por quem elas estavam sendo realizadas, entretanto até o ano de 1831 a tropa militar de Pernambuco estava alicerçada no tripé composto pela Tropa de Linha, pelas Milícias e Ordenanças. Assim, a Tropa de Linha também denominada de Tropa Regular ou Tropa Paga poderia ser definida como próprio exército português no continente americano, uma vez que era composta por efetivos reinóis e complementada por brasileiros brancos ou mulatos claros e constituía-se na única força paga, que realizava exercício por durante cinco anos.

A tropa paga estava formada por dois regimentos: um de Infantaria com 300 soldados, designado Regimento do Recife comandada pelo Brigadeiro Luis Antônio Salazar Moscoso e outro de Artilharia com 600 praças comandada pelo Brigadeiro Manuel Joaquim Barbosa de Castro, denominado Regimento de Olinda, havia ainda duas companhias, uma em Palmares e outra em Jacuípe e o Esquadrão de Cavalaria Guarda do governador. Aqueles comandantes mencionados anteriormente eram auxiliados por três oficiais gerais: o Marechal-de-campo José Roberto Pereira da Silva inspetor geral dos corpos milicianos, o Brigadeiro Gonçalo Marinho de Castro inspetor geral dos regimentos de linha, fortaleza e fortificações e pelo Brigadeiro José Peres Campelo ajudante de ordens do governador e comandante da Fortaleza do Brum.

As Milícias faziam parte das tropas auxiliares, eram compostas em terços formadas a partir das freguesias e divididas pela cor da população: os terços de brancos, pardos e pretos. Apenas recebiam vencimentos quando estavam em serviço, este geralmente acontecia aos domingos, tinham que custear o próprio armamento e fardamento. Seus oficiais eram eleitos pelos civis e suas altas patentes eram recrutadas da Tropa de Linha.

As milícias contavam com sete regimentos milicianos guarnecendo a capital sendo: dois de negros livres, o Velho e o Novo Henriques comandados respectivamente pelo Major Joaquim Ramos de Almeida e o Major Tomás Ferreira Vilanova; dois de brancos auxiliares, um deles denominado de Nobres comandado pelo Coronel Manuel Correia de Araújo e o outro José Inácio Alves Ferreira; um de auxiliares de cavalaria; e dois de mulatos auxiliares, um denominado de Luis Nogueira. Espalhados pela província havia ainda um corpo de miliciano branco em Igarassu, dois regimentos de milícia um de infantaria e outro de cavalaria em Goiana, dois regimentos milicianos das duas armas no Cabo de Santo Agostinho, e em Serinhaém e demais localidades centrais sendo que "todos de cavalaria".<sup>133</sup>

As Ordenanças, a segunda força das tropas auxiliares, eram compostas por todos os homens livres que não estivessem alistados na Tropa de Linha ou nas Milícias. Seu efetivo era apenas alistado, executavam alguns serviços periódicos e faziam serviços não militares eventualmente. Também eram organizados em terços, comandados por um capitão-mor. Essas organizações tinham importância administrativa grande, pois atingiam as populações livres dos povoamentos.

As modificações que começaram a acontecer no século XIX foram com o governo provisório de 1817, o qual centrou suas ações em nomeações para os postos de comando, criação de novos corpos e aumento de soldos. Os surgimentos das novas chefias e funções iniciaram com Domingos Teotônio Jorge Martins Pessoa para Governador das Armas e General em Chefe do Exército, as demais foram: o capitão de milícias Francisco Dornelas Pessoa como coronel e como capitão Filipe Alexandre da Silva Pessoa para o Batalhão de Caçadores de Homens Pardos; o sargento-mor do regimento do Henrique Velho Joaquim Ramos de Almeida como Coronel e Tomás Ferreira Vilanova Sargento-Mor do Henrique Novo para Major de outro Batalhão de Caçadores só que este sendo de Pretos; Manuel Silvestre da Fonseca como comandante de um Esquadrão de Cavalaria.

Por meio do decreto ordenou a deposição das armas da província nos arsenais do governo e incentivou a criação de companhias de cavalaria, nos quais os comandantes destes receberiam patente de capitão-comandante podendo assim criar e prover os oficiais

---

<sup>133</sup>TAVARES, Francisco Muniz. *História da Revolução de Pernambuco em 1817*. 3ª Ed. Recife: Imprensa industrial, 1917 p. 52.

e inferiores. Ele promoveu aumento nos soldos, os quais foram estabelecidos mensalmente da seguinte forma:

“General em Chefe 300\$00, General de Divisão 200\$00, Artilharia: Coronel 100\$00, Tenente-coronel 80\$000, Major 70\$000, Capitão 50\$000, Primeiro-Tenete 35\$000, Segundo-tenente 30\$000, Caçadores: Coronel 90\$000, Tenente-coronel 70\$000, Major 60\$000, Alferes 24\$000, Infantaria: Coronel 80\$000, Tenente Coronel 60\$000, Major 50\$000, Capitão 35\$000, tenente 25\$000, Alferes 18\$000; Soldo diário: Artilharia: Sargento 360, Furriel 320, Cabo 240 e soldado 140. Caçadores: Sargento 320, Furriel 240, Cabo 200, soldado 120. Infantaria: Sargento 320, Furriel 200, Cabo 160, Soldado 100; Tambores recebiam 160, Músico 50 réis acima do soldo do soldado”<sup>134</sup>.

Converteram os Regimentos de Infantaria e Artilharia em Batalhões colocando o capitão José de Barros Lima na condição de Coronel-Comandante e como Major o Capitão José Antônio Vitoriano Borges de Almeida, Pedro da Silva Pedroso Coronel-comandante da Infantaria e como Major o capitão Manuel de Azevedo Nascimento; foi criado também um batalhão de caçadores em Goiana sob o comando do Alferes Ângelo de Barros Falcão. Tais ações foram vistas pela historiografia como uma forma de atrair a solidariedade dos militares à causa comum dos revoltosos, ou seja, uma ajuda mútua para “a realização de uma política de brasileiros, diferente, portanto, da política dos portugueses”<sup>135</sup>, freqüentemente associada a um governo tirânico.

A forma como a junta revolucionária de 1817 procurou aliciar o exército foi segundo Glacyra Leite uma maneira frágil porque tratava esse auxílio como prestação de serviço, “tendo considerado o pouco soldo com que se gratuava os nobres trabalhos dos que defendem a pátria (...) e atendendo aos relevantes serviços que fez a tropa pernambucana no dia crítico em que teve de debelar o despostismo”<sup>136</sup>, o qual este seria compensado ou remunerado. Ela continua dizendo que assistência só acontecia na medida em que os seus integrantes pertenciam ao mesmo grupo, ou seja, os “setores dominantes”<sup>137</sup>, porque assim ficariam em concordância com as resoluções encontradas para o mesmos problemas.

<sup>134</sup>COSTA, F. A. Pereira da. *Anais Pernambucanos v. VII: 1795-1817*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1958 p.563/564.

<sup>135</sup>LEITE, Glacyra Lazzari. *Pernambuco 1817: estrutura e comportamentos sociais*. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1988 p.192.

<sup>136</sup>*Documentos Históricos*. Decreto do governo provisório regulamentando o soldo dos militares e capelães da tropa pernambucana, 8 de março de 1817. v.CI, p. 11.

<sup>137</sup>LEITE, Glacyra Lazzari. Op. Cit. p. 192.



A fragilidade dita por aquela estudiosa se tornou visível a partir da introdução de outros grupos de pessoas como os livres pobres, escravos e libertos, ou seja, o setor dominado. A sutilidade esboçada deixava nítido a falta de “identidade de interesses”<sup>138</sup>, um significado comum para os diversos grupos participantes. Para os militares contemporâneos as promoções significavam um reconhecimento de sua igualdade política e social, assim como, de resistência à ordem régia de novembro de 1802 que proibia a criação de postos militares nas milícias e ordenanças.

A alteração realizada pelos revolucionários de 1817 foi seguida a do Governador português Luis do Rêgo Barreto, o qual em um ofício enviado ao Ministro Tomás Antônio de Vilanova Portugal comunica suas ações no comando da dita província, na qual buscou imprimir aspecto marcial. Com a força militar não foi diferente procurou então fixar uma rigorosa disciplina com exercícios e marchas, na qual levantavam acampamentos e simulavam batalhas.

Ele transformou toda a força dos regimentos da capitania, e em seu lugar mandou formar três batalhões de caçadores quase completos, três brigadas de artilharia de posição, dezesseis batalhões de infantaria milicianiana e dezesseis esquadrões de cavalaria também milicianiana. As fortalezas não ficaram de fora, pois procurou fazer uma relação para definir quais seriam as fortificações que seriam mantidas com efetivo e as que seriam abandonadas, buscou manter a marinha mesmo reconhecendo que estava decadente porque era a única província que tinha uma escuna que navegava seu litoral. Suas ações abrangeram ainda a criação de um Hospital Militar no Recife e uma Tesouraria Militar.

Todas as medidas visavam à reconstrução da administração lusa na província e para isso, procurava usar todos os mecanismos de controle e submissão. Atitudes que o fizeram colher ressentimentos e diversos atentados à sua vida e à sua administração fato que o levou a formação de uma guarda particular, com a qual tinha inúmeros gastos, como nos afirma Pereira da Costa:

“Para fazer-se uma idéia do luxuoso fardamento da guarda basta saber-se que o de uma simples praça, orçava nessa época, em perto de 1:000\$000! Mas a tal guarda era uma tolice de Luís do Rego, pois não tinha nenhum privilégio, honra e imunidades, e só tinha de real – o dinheiro que

---

<sup>138</sup>Idem. Ibidem. .

gastavam em fardar-se e ajaezar cavalos os moços que a ela pertenciam”<sup>139</sup>.

Após a saída do governador Luis do Rêgo em 1822 assumiu a Junta Governativa presidida por Gervásio Pires Ferreira, a qual tomou medidas bastante significativas como: a reincorporação de oficiais que tinham regressado do cárcere baiano com o pagamento dos seus respectivos soldos tanto os atrasados quanto os que ainda iam vencer, decidiu pelo regresso das tropas lusas e o impedimento de que outras duas aportassem no Recife, situação que gerou intranqüilidade e pânico na população portuguesa do bairro de Santo Antônio e do Recife. A Junta governativa procurou ainda igualar o soldo da tropa brasileira com a de Portugal como também congregar as forças goianenses na tropa regular, medidas que não foram garantidas segundo Denis Bernardes por causa do custo de vida na província ser bastante alto e por não receber aprovação das cortes lisboeta.

A Junta presidida por Gervásio Pires realizou uma reorganização militar a qual criou os seguintes corpos: 2 batalhões de infantaria de linha comandados pelos Tenentes-coronéis Aleixo José de Oliveira e Vitoriano José Marinho Pereira Palhares; 1 regimento de artilharia sob o comando do tenente-coronel Tomé Fernandes Madeira, 1 esquadrão de Cavalaria comandado pelo coronel Francisco Brederodes de Andrade, 3 Batalhões de Milicianos de Infantaria e 3 Corpos sendo um de homens brancos os Intrépidos, um de pardos Bravos da Pátria e um de pretos Monta-Brechas composto cada um de 2 companhias e seus respectivos sargentos-mores comandantes, eles eram devidamente armados vestidos e disciplinados.

Contudo, destacamos a criação neste período do posto de Governador das Armas, função elaborada pela corte lisboeta em 1º de setembro de 1821 para desempenhar a administração militar de forma independente do governo civil da província e somente sujeito as ordens da corte. Até o envio de Portugal de um governador, as armas poderiam ser exercida por um militar que atendesse as seguintes exigências: tinha que ser o militar de maior graduação e o mais antigo recebendo soldo de 200\$00.

O posto de Governador das Armas foi ocupado até 1831 pelos seguintes militares: Brigadeiro José Maria de Moura, Brigadeiro José Correia de Melo, Pedro da Silva Pedroso,

---

<sup>139</sup>COSTA, F. A. Pereira da. *Anais Pernambucanos v.VIII: 1818 - 1823*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1958 p.64.

Coronel José Camelo Pessoa de Melo, Coronel Joaquim José de Almeida, Coronel José de Barros Falcão Lacerda, Brigadeiro Francisco de Lima e Silva, Coronel Antero Ferreira de Brito, Coronel Bento José da Lamenha Lins, Coronel de 2ª Linha Francisco Jacinto Pereira (por duas vezes) e o Brigadeiro Francisco de Paula Vasconcelos. Dentre estes destacaremos os três primeiros devido ao contexto de intenso conflito entre portugueses e brasileiros, contudo o terceiro, Pedro da Silva Pedroso será estudado com mais afinco no último capítulo.

Ocupou assim primeiramente o cargo o Brigadeiro José Maria de Moura, que ficou um pouco mais de um mês, suas ações foram: a instalação de um quartel-general na Rua da Cruz no bairro de S. Fr. Pedro Gonçalves, e organizou a secretaria e todo serviço militar. O segundo foi o Brigadeiro José Correia de Melo que ficou no governo de 19 de fevereiro de 1822 até 5 de agosto de 1822 dentre as suas medidas destacam-se: a mudança do quartel-general para o Aterro da Boa Vista o qual se conservou até fins do século XIX.

Durante a Junta Governativa presidida por Manoel de Carvalho Paes de Andrada foi criado em 13 de janeiro de 1824 corpos de Guerrilhas, elas foram organizadas bem como comandadas nos seguintes locais:

“Capitão Francisco Leite da Silva – Vila de Cimbres; José Cardoso Manso – Brejo da Madre de Deus; Antônio Venâncio da Silva – Una na parte norte; Francisco da Silva Gusmão – Una na parte sul; Boaventura de Melo Castelo Branco – Beberibe; João Ribeiro de Andrade – Riacho termo de Garanhuns; Antônio Francisco de Azevedo – na povoação de Jacaré em Caruaru; Manuel de Souza Marinho – Barra Preta termo de Garanhuns; Antônio Pereira da Cunha – Ipojuca; Francisco Antônio Camelo Pessoa – Taquaretinga; Lourenço Cavalcanti de Albuquerque – Garanhuns; Joaquim Francisco de Melo – Paudalho; Joaquim José Lopes – São Lourenço; José Canuto de Figueiredo – Várzea; Inocência da Rosa de Ávila – Cumbe; Justino Justiniano Jorge de Souza – Bom Jardim; José Tibúrcio Valeriano de Noronha – Alagoa Grande e Glória; Luis Francisco de Arrouxelas Galvão – Pau Amarelo; Vicente Alves da Silva – Santo Antônio; Manuel Gomes de Moura Coutinho – Patos distrito de Limoeiro; Cosme da Rocha Bezerra – Ponta de Pedra; Antônio Carneiro Machado Rios - Boa Vista; Francisco Tenório de Albuquerque – Garanhuns; Pedro José de Lira - Limoeiro; José Luís da Silva Barbosa - Goiana”<sup>140</sup>.

<sup>140</sup>COSTA, F. A. Pereira da. *Anais Pernambucanos v.IX: 1824 - 18833*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1958 p.7 e 8.

O objetivo do governador com esta formação era de acordo com Evaldo Cabral de Mello reduzir o poder e a influência dos oficiais e capitães-mores reputados como unitaristas, como já foi dito anteriormente, grupo político da província favorável a monarquia parlamentarista comandada por D. Pedro I e as províncias do sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais implantada após a independência do Brasil.

A última alteração até a desmobilização e formação da Guarda Nacional foi a realizada durante a administração de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque em maio de 1826. A mudança foi centralizada na organização da milícia para que neste ano a força pudesse contar com 15 regimentos sendo que: 11 de Infantaria e 04 de cavalaria, todos conforme as tropas regulares na sua organização e formatura de 07 de agosto de 1796.

Todavia apesar das alterações realizadas neste princípio de século, seja por governos rebeldes ou realistas, tiveram o intuito de aliciar o corpo militar para engrossar suas forças, pois é significativo observar que as condições de vida destes militares não foram melhoradas, seus soldos continuavam reduzidos, sua ração alimentar diminuída, ausência de fardamentos entre outros motivos que detalharemos a seguir.

## **2.2. AS AMARGURAS VIVENCIADAS PELAS TROPAS PERNAMBUCANAS**

A vida de um militar pernambucano no princípio do oitocentos era caracterizada pela amargura, ou como nos diz Edlúcia Costas, eles viviam em estado de agrura e aventura até meados do século XIX. Concordamos com esta estudiosa numa existência de sofrimento provocado pelo recrutamento forçado, pelas práticas disciplinares, como também, nas peripécias arquitetadas pela população pobre livre para desobrigar-se do serviço militar.

A busca pela isenção era constante e isto era fruto da condição de vida vivenciada pela maioria dos praças na América portuguesa, situação de penúria e desprestígio social que vinham desde tempos remotos da colonização e que poucas ou nenhuma modificações passaram neste século. Os sofrimentos eram provenientes de diversos fatores, dos quais destacaremos: o recrutamento, a situação de pobreza e o pagamento de tributos.

O primeiro deles, o recrutamento era uma imposição governamental que deixava toda população em polvorosa e descontente com o poder político. Ele foi tema de diversos

estudos que o denominavam de: “tributo de sangue”<sup>141</sup> e “espantallo da população”<sup>142</sup>. Segundo Fábio Mendes, o primeiro decorria das inúmeras práticas sangrentas marcadas pela violência e arbitrariedade, o segundo, de acordo com Edlúcia Costa, deixava vilas e cidades abandonadas, ambas as situações foram bem ilustradas por Henry Koster em Pernambuco, o qual afirmava que:

“As ordens [para o recrutamento] vieram dos capitães-mores e foram distribuídas para os capitães. As instruções continham (...), a indicação de prender as pessoas de mau alistamento [geralmente homens de 16 á 60 anos], e nas famílias que contassem dois ou mais rapazes solteiros, um deveria ir para o serviço do País. A carta-oficial recomendava imparcialidade, ameaçando punição no caso de infração sem a necessidade mais evidente. Por algumas semanas o País apareceu devastado por uma guerra civil. Bandos armados eram vistos em todas as direções, procurando prender todos os recalcitrantes. Nenhum homem sujeito à obrigação estava a salvo em sua própria residência, porque a tropa vinha cercar as habitações onde se supunha estar refugiado o individuo recrutável. Pede permissão para entrar e, sendo recusado, não terá escrúpulo em penetrar, rebentando a porta, entrando à força [...]”<sup>143</sup>.

A perseguição por pessoas recrutáveis acontecia porque o ofício não despertava interesse na população, fato decorrente: do longo tempo de serviço, da dificuldade de promoções e do desprestígio diante da sociedade. A duração do trabalho nas tropas luso-brasileira era de cinco anos, contudo, a necessidade para manter a força militar num quantitativo mínimo chegava-se até a prolongar por mais de dez anos a dispensa dos soldados. A dificuldade de promoção foi outro fator de significativa importância, pois na tropa paga os altos postos da oficialidade eram desempenhados por portugueses nomeados pelo rei, nas milícias e ordenanças as promoções eram feitas pelo governador da província, contudo como já mencionamos anteriormente uma ordem régia proibia tais ações.

O pedido de promoção realizado pelo capitão da Fortaleza de Cinco Pontas, José da Rocha Moreira é bem ilustrativo da situação do princípio do século XIX porque seu pedido

<sup>141</sup>MENDES, Fábio Faria. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX. In: *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 111.

<sup>142</sup>COSTA, Edlúcia da Silva. *As agruras e aventuras dos recrutados no Recife (1822-1850)*. (dissertação de mestrado) Recife: UFPE, 2002, p. 77.

<sup>143</sup>KOSTER, Hery. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Tradução, prefácio e comentário de Luís da Câmara Cascudo. 12ª ed. Rio - São Paulo - Fortaleza: ABC Editora, 2003 pág.387/8.

foi negado na política de redução dos gastos e centralização administrativa e também por negar aos nascidos no Brasil os altos postos da oficialidade da Tropa de Linha:

“Hé verdade que o Sup.<sup>e</sup> tem feito a sua Alteza Real os serviços que allega; porem esta em idade muito crescida, e incapaz de carregar com preso de huma das principaes Fortalezas desta Capitania em tempo de paz, quanto mais nas circunstâncias de guerra atual. Em attenção pois dos seus serviços, e de da sua ide o propuzemos a Sua Alteza Real para reformado no posto, e com o Soldo de Sarg.<sup>to</sup> Mor na prosta q dirigimos ao Mesmo Augusto Senhor [...]”<sup>144</sup>.

O documento ainda apresenta uma contradição que assevera as afirmações anteriores, pois em todas as funções recomenda-se sempre o oficial mais velho e mais graduado condição que o suplicante tinha para desempenhar a função que lhe foi negada devido a esta mesma condição.

A depreciação social do militar mostrou-se como uma mácula para quem ingressava como soldado porque desde o fim do século XVII com a estabilidade da conquista e por todo o XVIII com a busca cada vez maior pela centralização do poder, subordinação e obediência a função militar passou a ter como centro a manutenção da ordem e assim passou a controlar e vigiar a população residente na colônia. A execução desta ordem se dava por duas maneiras: a integração de grupos considerados de risco no exército, neste destaca-se o papel do recrutamento, e a repressão pura e simples a qualquer evento.

No cumprimento daquela primeira, começou a recolher no interior das tropas luso-brasileiras as pessoas tomadas como perturbadoras da ordem, segundo Fábio Mendes estes eram: negros livres, mestiços, cabras, mulatos, viajantes, ciganos, estrangeiros entre outros. A vigilância com esta parcela da população, destacadamente, os quatro primeiros era em geral proveniente da sua característica pobre, flutuante, móvel e também por não viverem acostumados à sujeição como afirma o marquês do Lavradio em um relatório acerca da disciplina na colônia ainda no século XVIII.

Paralelamente houve também o ingresso de escravos nas forças militares, o qual acontecia de forma legalizada ou ilegal. A primeira ocorreu em momentos críticos, ou seja, uma medida adotada pelo governo luso em situação de extrema necessidade, como na guerra da restauração porque implicava armar e municiar um grupo populacional que vivia

<sup>144</sup>AHU - Arquivo Histórico Ultramarino, caixa 230, Documento nº 15556.

em constante estado de opressão e discriminação. A segunda, como denominamos aqui de ilegal, porque o recrutamento era destinado a população livre, contudo, o acesso de cativos foi uma constante no século XIX como uma forma de resistência ao sistema escravista.

Estudos como o de Hendrik Kraay<sup>145</sup> e o de Sidney Schauloub<sup>146</sup> apontam a introdução de escravos nas forças armadas, muitos se diziam libertos chegando até mudar de nome para tornar mais difícil a sua captura. Percebemos nesse primeiro quartel de século que a medida do recrutamento forçado de pessoas livres como a participação dos cativos foi uma prática no governo revolucionário de 1817, como nos mostra a documentação a seguir:

“[Decreto] Idem 16 de abril, cominando pena de morte a todo o patriota desocupado, que não acudisse em assentar praça em algum dos corpos de linha. Em 20 [de abril] proclama-se a pátria em perigo, e convidam-se os escravos a assentar praça de voluntários no exército, prometendo-se-lhes a liberdade e o foro de cidadão, assim como a indenização a seus senhores”<sup>147</sup>.

Assim, observamos que para a população livre o ingresso forçado no exército mostrava-se como uma desqualificação perante a sociedade da época, pois se associava primeiramente ao vadio, delinqüente e em seguida colocava-o na mesma condição de escravo na maneira de aliciar, na forma de disciplinar, na vigilância e no modo de sobrevivência. Desta forma estes dois grupos apresentaram traços que provocaram a proximidade como também segregação e que possibilitaram uma sociabilidade nos motins e revoltas acontecidos neste período.

A recusa no ingresso e a violência do recrutamento foram uma constante, os quais fizeram o governo luso-brasileiro tomar medidas que tentassem a regulamentação do aliciamento que delimitava as pessoas que ficariam a margem do serviço, dos quais se destacam: homens casados, irmãos órfãos, filhos únicos, feitores ou administradores e trabalhadores que exercessem ofícios e bom comportamento. No entanto o abrigo era praticado por meio de uma rede de privilégios e isenções que deixavam desobrigados do recrutamento os filhos de muitos senhores como também seus agregados, todavia, os que

<sup>145</sup>KRAAY, Hendrk. “Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos”: o “recrutamento de escravos na guerra da independência na Bahia. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22nº43, pp109-126, 2002.

<sup>146</sup>CHAOULOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>147</sup>COSTA, F. A. Pereira da. *Anais Pernambucanos, v.VII: 1795-1817*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1958 p.565.

ficavam de fora desta fiação clientelista buscavam refúgio nas “aventuras”, ou melhor, nos mecanismos de resistência, os quais apareciam em sua diversidade e forma de ação na deserção, na fuga para os matos, nos casamentos de última hora e na auto-mutilação.

A condição de pobreza foi outro fator de amargura na condição do soldado, pois foram constantes nos periódicos como também nas correspondências enviadas por funcionários franceses que se encontravam no Brasil aos seus superiores. O jornalista Hipólito José da Costa em seu periódico *O Correio Braziliense* noticiou segundo Oliveira Lima que:

“os motivos determinantes do rompimento [1817] tinha sido o descontentamento das tropas por não receberem desde muito seus soldos, nem disporem de outros meios de subsistência, e o descontentamento do povo pelas contribuições e conscrições exigidas pela guerra de Montevidéu”<sup>148</sup>.

Enquanto, Tollenare complementava afirmando: “(...) a condição do militar brasileiro era toda ella difficil: o soldo era minguido, os soldados, quase todos casados e com família, não podendo addicionar-lhes ganhos provenientes de outros trabalhos”<sup>149</sup>.

A remuneração de um soldado da tropa de linha durante o governo de Caetano Pinto de Miranda era de “pouco mais de 5 soldos por dia, 60 réis e uma ração de farinha de mandioca por semana”<sup>150</sup>. Além da precária remuneração foi comum na primeira metade de século XIX, precisamente, em fins da década de 1820, o pagamento dos soldados serem realizados em moedas falsas, pois de acordo com Marcus Carvalho era fácil a reprodução de moedas de cobre, esta geralmente utilizada para pequenas compras.

As moedas tanto as adulteradas quanto as verdadeiras apresentavam forma, peso e tamanho irregular condição que dificultava o reconhecimento e que provocou uma rejeição da mesma tanto pelo comércio do Recife quanto pela população entre os anos de 1830 e

<sup>148</sup>LIMA, Oliveira. Notas In: TAVARES, Francisco Muniz. *História da Revolução de Pernambuco em 1817*. 3ªed. Recife: Imprensa industrial, 1917 p. 59.

<sup>149</sup>Idem, p. 61.

<sup>150</sup>COSTA, F. A. Pereira da. *Anais Pernambucanos, v.VII: 1795-1817*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1958 p.140.



1832. Estas moedas falsas ficaram conhecidas pela denominação de “xexem”<sup>151</sup> devido ao som que emitiam quando colocadas em saquinhos.

A miséria que se encontravam, continuaram e podemos até dizer que se acentuaram nos momentos de conflitos porque chegava a faltar alimento, o pão nosso de cada dia, a farinha de mandioca. Luis do Rêgo em suas circulares com os Capitães de Ordenanças de Ipojuca e Una solicitava o envio de farinha de mandioca para a capital em 04 de setembro de 1821:

“A Junta Constitucional Governativa da Província encarrega a Vm<sup>ce</sup> conhecendo seu bom zelo pelo bem público de fazer acudir ao mercado desta Capital a maior quantidade de farinha que fôr possível, tanto por terra como embarcada, serviço êste que lhe terá em muita contemplação”<sup>152</sup>.

Maria Graham afirma que dentre os grupos populacionais do Recife os pobres negros e mestiços como os escravos eram os que mais eram atingidos naquelas situações, pois os primeiros não recebiam alimentação fresca e as poucas que chegavam eram muito caras e os cativos porque ficavam reclusos e isolados em depósitos recebendo escassa alimentação.

Luis do Rêgo tendo conhecimento daquela situação em correspondência com o Intendente da Marinha, o governador se subordina aos preços impostos pelos comerciantes para não deixar nem os praças nem a população faminta:

“A Junta Governativa Constitucional da Província vendo o Officio de V. S<sup>a</sup> com data de hoje, lhe responde que estando em iguais circunstâncias se acham presos sôbre a farinha que se acha aborda da sumaca Aurora, V. S<sup>a</sup> tenha a bondade de mandar levantar por não convir, nem desejar êste governo violentar nenhum vendedor em revenda dos seus gêneros; e em quanto a farinha necessária para a manutenção das Tropas, como se deve prover a estas sem detrimento do Público, V. S<sup>a</sup> procederá a compra da metade da carga pelo preço corrente [...]”<sup>153</sup>.

<sup>151</sup>CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Ed. Universitária da UFPE, 1998, p. 08.

<sup>152</sup>ESTADO DE PERNAMBUCO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA. *Pernambuco no movimento da independência*: correspondência oficial do Governo da Província de Pernambuco, entre agosto e outubro de 1821. Recife 1973, p. 19 e 20.

<sup>153</sup>Idem, p. 23.

e chega a delimitar a quantidade comprada, ao determinar ao Juiz de fora para vigiar a venda de farinha:

“A Junta Governativa Constitucional da Província recomenda a V. S<sup>a</sup> que fim de evitar o monopólio, e desigualdade na repartição da farinha vigie V. As zelosamente sobre este artigo, determinando que para as famílias maiores se vendam somente duas sacas, e para as menores uma, e faça tomar por medida toda a que exceder as referidas quantidades, o que fará constar”<sup>154</sup>.

Os tributos, sejam eles em dinheiro ou em pessoas, acentuavam ainda mais os sofrimentos tanto da população quanto dos militares de Pernambuco, pois os impostos em gente foram marcantes na província nos anos de 1807 para serem enviados na ocupação da colônia francesa de Caiena e 1822 na guerra pela independência na Bahia, no Maranhão e no Piauí. A fazenda da província de Pernambuco tinha nestas frentes de batalhas que custear os efetivos e também os suprimentos em farinha, carne e cachaça.

De princípio na convocação para a ocupação de Caiena houve uma relutância do governador, o qual recomendava a corte para não abordar a contribuição de homens já que estava instaurando novos impostos, por isso publicou um Bando, solicitando pessoas para aumentar a força da província, em seguida, divulgou uma carta pedindo a presença de voluntários para proteger a pátria prometendo dispensar as pessoas assim que o perigo sumisse, mas em contrapartida afirma que eles teriam que cumprir cerca de 10 anos de serviço. Mediante a recusa da população, Caetano Pinto ameaça a província e realiza o recrutamento a força e assim envia um total de 847 homens, apesar das ordens terem sido de mais de 1000 praças.

Os soldados foram retirados dos regimentos de Infantaria do Recife, da Artilharia de Olinda e dos Auxiliares de Brancos, Pardos e Pretos, eles seguiram como convém ressaltar em embarcações diferenciadas: no Bergantim Penha da França comandado pelo comandante Manuel Silvestre da Fonseca estavam três companhias do Regimento do Recife, na Sumaca Caçador a Companhia do Regimento de Artilharia sob a ordem do tenente Antônio José da Silva e mais 12 soldados pardos das milícias e na Sumaca Imperador da América devia ir duas companhias milicianas. As ordens eram para que cada

<sup>154</sup>ESTADO DE PERNAMBUCO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA. **Pernambuco no movimento da independência**: correspondência oficial do Governo da Província de Pernambuco, entre agosto e outubro de 1821. Recife 1973, p. 58.

embarcação estivesse sob o comando do militar mais velho, o qual deveria ter controle da tropa e das rações.

Na guerra da independência na Bahia em 1822 tropas pernambucanas e paraibanas foram enviadas com toda despesa paga pela primeira. Neste conflito é importante ressaltar que se deu num contexto diferente daquele citado anteriormente, pois num período marcado pelo constitucionalismo e o poder emanando de duas cortes, a do Rio de Janeiro e a de Lisboa a junta governativa que presidia a província tomou decisão de forma colegiada e não imposta como anteriormente.

Os pedidos de ajuda aos pernambucanos vieram por meio de aviso do Ministério de Guerra, o qual comunicava às províncias limítrofes com a Bahia para marchar tropa de linha e milicianos em socorro a mesma e que fornecessem víveres e mantimentos, evitando assim, que ela fosse atacada pela fome e por um pedido do comandante Labatut<sup>155</sup> através do governo alagoano pedindo munição e soldado aos pernambucanos em nome dos ditos solicitantes. Postura distinta da tomada sob o governo de um administrador régio, nesta nova situação a Junta de governo presidida por Gervásio Pires tratou de publicar uma proclamação que pedia para a população se alistar para defender a paz da província contra os inimigos que vinham de fora e procurou reunir o Grande Conselho para discutir a ajuda solicitada pelo general Labatut na Guerra na Bahia.

As decisões do Grande Conselho foram: não enviar navios porque esta a província não tinha para mandar, mas que podia socorrer com mantimentos e soldados. Assim foram enviados: duas expedições, sendo que a primeira, exclusivamente, de soldados pernambucanos, tinha o comando do capitão José de Barros Falcão de Lacerda promovido ao posto de Sargento-Mor (Major), o qual segundo o documento ocupou este cargo pela sua antiguidade no serviço e por ter formado 2 companhias de infantaria em Goiana e a segunda sob o comando do capitão Inácio Gabriel Monteiro de Barros que chefiava uma força composta de pernambucanos e paraibanos; uma paga no valor de 235\$000 de

---

<sup>155</sup> General Pedro Labatut francês que foi admitido no exercito brasileiro para comandar a expulsão de tropas portuguesas da Bahia, este embarcou do Rio de Janeiro com as embarcações: a fragata União, 2 corvetas Liberal e Maria da Glória, e de 1 Brigue Reino Unido sob o comando do Chefe de Divisão Rodrigo Antônio de Lamere. A força que os acompanhavam era composta de: 200 praças de Milícias do Rio de Janeiro, e 40 de Caçadores sob o comando do Major Joaquim Francisco das Chagas Catete e mais 34 officas de todas as armas do exército, o material bélico era composto de: 5000 espingardas, 1 parque de artilharia, clavinas, pistolas, chuços, terçados e cartuchames. As ordens dirigidas à este comandante eram: bloquear o porto da Bahia impedindo qualquer comunicação com Portugal e o envio desta e de qualquer força, segundo fazer por onde desembarcar as forças militares para que esta se unam com as do Recôncavo, a qual tentará organizar pelo interior uma força capaz de expulsar os portugueses.

cavalgaduras e o valor de 6.000\$000 para o pagamento dos soldo, gratificações e etapas das tropas que iam seguir para a Bahia; e ainda medicamentos que foram retirados do Hospital Militar e um médico cirurgião Cristóvão José Vieira.

Em ambas as situações são importantes destacar três fatores: a falta de disciplina militar nos moldes europeus, a exaltação das realizações das tropas de Pernambuco que naqueles momentos estavam à serviço do Estado, e as condecorações feitas aos mesmos após as conquistas. A falta de disciplina era mencionada nos momentos de batalha: no qual agiam no território inimigo sem organização, fato que poderiam provocar a sua própria dizimação, mesmo estando nas frentes de batalha aqueles que os comandantes consideravam os mais capacitados, eles agiam insubordinadamente, pois ao receberem ordem de recolher continuavam a agir.

A consagração principia com a qualificação de heróis devido à bravura e determinação das tropas seguida por recepção na qual sempre tinha festividade, tiros nas fortalezas, música, flores, perfumes, coroas, encenações e Teu Deum. E finaliza com a prática de condecorações por meio de títulos, honrarias e medalhas, como a introdução na Ordem Imperial do Cruzeiro.

### 2.3. CONFLITOS ÉTNICOS E SOCIAIS

Os conflitos étnicos e sociais estiveram imbuídos neste contexto político do principio do XIX e em certos momentos chegaram a tomar as diretrizes dos confrontos do período porque, segundo Carlo G. Mota, o Brasil aparece no “cenário internacional”<sup>156</sup> como uma “entidade”<sup>157</sup>, ou seja, uma sociedade sem unidade cultural, ou melhor, ele surge coexistindo com uma multiplicidade de identidades. Por esta compreendemos como sendo “uma construção simbólica de sentido, que organiza um sistema compreensivo a partir da idéia de pertencimento, ou seja, uma construção imaginária que produz coesão social, permitindo a identificação da parte com o todo, do indivíduo com a coletividade, e estabelece a diferença.”<sup>158</sup>

<sup>156</sup>MOTA, Carlos G. Idéias de Brasil: formação e problemas (1817-1850). In MOTA, Carlos G. (org.). **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500 – 2000)**. 2ªEd. São Paulo: SENAC, 2000, p. 199.

<sup>157</sup>Idem. Ibidem.

<sup>158</sup>PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 89/90.

A pluralidade mencionada anteriormente já existia, segundo Carlos G. Mota, desde o período colonial e ela sintetizava trajetórias coletivas a cerca do presente, do passado como também do futuro. Neste momento 1800 – 1831, caracterizado como um contexto de crise, de ruptura foi visto e percebido de maneira distinta por esta diversidade de identidade, e por isso ora tendiam a harmonizar-se ora a segregar-se.

Em Pernambuco a etnia, ou melhor, as “categorias atributivas e identificadoras empregadas pelos próprios atores; [como características culturais - língua, religião, costume, tradições, sentimentos de lugar - que são partilhados por um povo com o intuito de] organizar as interações entre as pessoas”<sup>159</sup>, se constituíram numa acepção que possibilitava a unificação, a sociabilidade, a solidariedade e a politização dos indivíduos integrantes. Na província poderíamos mencionar uma variedade de grupos étnicos bem definidos: o Português nascido na Europa, português nascido na América que tendia a denominar-se brasileiro, o mestiço, o mulato, o preto entre outros.

O elo atributivo foi visto e percebido em Pernambuco tanto nos confrontos diretos, assassinatos, motins e revoltas quanto indiretos nos poemas, cantigas e encenações teatrais. Nestes eles eram caracterizados como: “marinheiro”<sup>160</sup>, o português da Europa identificado como representante do poder absoluto e opressor nas terras americanas; o “caiado”<sup>161</sup>, ou o português americano ou o brasileiro que buscava se distinguir tanto dos predecessores quanto dos sucessores, respectivamente, pela descendência dos primeiros donatários quanto pela pureza de sangue; e “canalha”<sup>162</sup> ou “populacho”<sup>163</sup>, assim, a denominação atribuída pelos grupos dominantes ao grupo formado pelos mestiços, mulatos e pretos livres que apesar de haver distinção entre eles, todos foram marcados com a mesma qualificação pelas elites.

A instabilidade do momento permitia-os ora unir-se ora separar-se, e neste movimento de idas e vindas destacaremos: a junção dos “caiados” com a “canalha” contra os “marinheiros”, destes com os “caiados” em oposição à “canalha”, e por fim esta última contra os dois primeiros.

<sup>159</sup> BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador: e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000, p. 27.

<sup>160</sup> CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. *Obras políticas e literárias*. Tomo II Recife: Typografia Mercantil, 1972, p. 269 e 270.

<sup>161</sup> Idem. *Ibidem*.

<sup>162</sup> *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco*. v. XIII, Dezembro de 1908, n° 74, p. 577 - 585.

<sup>163</sup> Idem. *Ibidem*.

Na revolução de 1817 e na expulsão das tropas lusitanas observamos o primeiro caso de união entre os populares e as elites locais contra os portugueses, ambos eram tomados como cidadãos que deveriam defender a pátria como nos mostra a Canção Pernambucana do frei Joaquim do Amor Divino Caneca em 02 de abril de 1817 para o dia da bênção da bandeira: “Cidadãos pernambucanos Sigamos de Marte a lida, E’ triste acabar no ócio Morrer pela Pátria é vida. Quando a voz da Patria chama, Tudo deve obedecer; Por ella a morte é suave Por Ella cumpri morrer [...]”<sup>164</sup>.

Contudo, a associação do governo lusitano com a tirania, bem como a condição de prisão esteve presente no Soneto escrito pelo patriota José Joaquim de Oliveira Maciel, que fazia referência à morte do brigadeiro Manoel Joaquim Barbosa de Castro, comandante do Regimento de Artilharia no dia 06 de março de 1817 pelo Capitão José de Barros Lima, o Leão Coroado:

“Invicto capitão pernambucano, Exemplo do valor e do heroísmo; Por ti, Barros, por teu patriotismo Livre esta Pernambuco d’um Tyranno. Desse vil europeu, audaz, ufano, Abateste o fero despotismo; Fazendo-lhe sentir no paroxismo Da morte, o seu vil, pérfido engano. Exulto, oh! Pernambuco d’alegria, Que os grilhões da oppressão estão quebrados, E jamais reinará a tyrannia. A’ vós guerreiros, cidadãos honrados, Cumpre agora de obrar com energia, Estes povos fazendo afortunados”<sup>165</sup>.

A união de “caiados” e a “canalha” para fazer remover os “marinheiros”, ou melhor, retornar para Portugal as tropas que vieram com o governador Luis do Rêgo foi tensa e violenta. O confronto entre tropa, povo e lusitanos foi pela junta do governo provisório saudado em Proclamação no dia 03 de dezembro de 1821:

“O memorável dia 29 do passado acabou de dar a mais prova da nossa inteira união. O simples receio de que o govêrno fôsse atacado, foi o sinal da reunião de todos os corpos da primeira e segunda linha. O terceiro e quarto batalhões de milícia que se achavam desarmados, correram à porfia a arma-se em defesa do govêrno; os habitantes dos Afogados, da Casa Forte e Olinda, gritaram às armas, e entre vivas à religião às côrtes e a El-rei, se ajuntaram em grande massas, para servirem de antemural a qualquer tentativa contra a obra da sua escolha. Foi presente a o govêrno o vosso entusiasmo e ardor para voardes em sua defesa. O govêrno, sensível a tão decisivas provas de amor, não pode deixar de fazer público

<sup>164</sup>Revista do Instituto Arqueológico Histórico Geográfico de Pernambuco. v. XI, ns. 61-64, 1904, p. 475.

<sup>165</sup>Idem. Ibidem.

o seu reconhecimento. Eia pois, Concidadãos Soldados, acabamos a obra da união a que demos princípio nas lindas margens do Beberibe”<sup>166</sup>.

O sentimento de oposição, revolta e resistência aos portugueses foram tão arraigados que mesmo depois da tomada do poder pelos revoltosos ou pelos constitucionalistas a aversão da população de Pernambuco para com os europeus de Portugal foi demonstrada através dos pedidos de união publicados em carta:

“Um bando de malvados meus caros irmão, em Jesus Cristo, com a mais ímpia calúnia havia cavado a ruína de todos os mais honrados e beneméritos pernambucanos de tôdas as ordens e classes, por uma intriga de que não há exemplo conseguiram persuadir aos nosso irmãos europeus, que tínhamos feito contra eles uma infame liga para em um instante os assinarmos atraíçoadamente a pequena rivalidade [...]”<sup>167</sup>.

Os dois últimos casos, a junção dos brasileiros com os portugueses contra os populares e deste contra os primeiros serão vistos detalhadamente no próximo capítulo.

O conflito social também esteve presente tanto no núcleo urbano do Recife quanto nas povoações do interior e eles envolviam pobres e ricos em torno das posses das terras, dos defloramentos das mulheres e nos ajuntamentos da população negra, parda e mestiça. Glacyra Leite dedicou um capítulo de seu livro para analisar as relações sociais na província de Pernambuco no início do século XIX e caracterizou-a especificamente como sendo uma “situação conflitual”<sup>168</sup>, de acordo com esta pesquisadora, tanto caracterizava a sociedade pernambucana.

As contendas pela posse da terra foram segundo Glacyra Leite um dos principais motivos de violência no território interiorano, motivo que levaria o governador da província de Pernambuco, Caetano Pinto de Miranda, a tentar ampliar e distribuir a justiça e a segurança, todavia as medidas não foram levadas à diante porque a gerência da província de Pernambuco inseria-se completamente no sistema administrativo da coroa portuguesa, na qual imperava a busca por amplos rendimentos com um mínimo de despesas possíveis. A autora enfatiza que a posse da terra tinha uma significação para a sociedade do período, pois representa status social como também consistia no meio mais

<sup>166</sup>COSTA, F. A. Pereira da. *Anais Pernambucanos v.VIII: 1818 - 1823*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1958 p.171.

<sup>167</sup>*Documentos Históricos*. Carta de Bernardo Luiz Ferreira Portugal aos reverendos párcos do Bispado de Pernambuco remetendo-lhes pastorais e editais para serem publicadas, Olinda 11 de março de 1817. v.CI, p. 17 e 18.

<sup>168</sup> LEITE, Glacyra Lazzari. *Pernambuco 1817: estrutura e comportamentos sociais*. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1988, p. 21.

fácil para a obtenção de financiamentos, mecanismo de obtenção de recursos para o desenvolvimento agrícola.

O defloramento das mulheres pobres foi freqüente tanto em períodos pacíficos como nos momentos de desassossegos, porque foi denunciado pelos periódicos da época quanto pelo contemporâneo Francisco Muniz Tavares. No primeiro eram noticiadas as perseguições sofridas pelos pobres em procurar evitar os abusos “Quantos pobres são perseguidos porque não consentiram que filhos ou amigos do Juiz de Paz não lhes tomasse mulher ou filha”<sup>169</sup>, o segundo dizia que durante a repressão imposta aos revolucionários de 1817 após os julgamentos os integrantes da comissão militar “dedicavam êles aos assaltos das casas honestas, onde a fidelidade conjugal e o pudor virginal, eram postos em duras provas”<sup>170</sup>.

O temor de um levante da população de cor, principalmente depois dos eventos da colônia francesa de São Domingos contribuiu para intensificar os conflitos da sociedade pernambucana porque o controle da mesma foi avivado proibindo seus ajuntamentos, em torno das fontes de água e o velho teatro do Recife. No primeiro, os chafarizes públicos, tornaram-se um lugar perigoso porque era um dos locais ou pontos de encontro dos escravos os quais podiam estabelecer relações com pessoas de diferentes bairros e assim ampliar suas redes de comunicação e solidariedade nos momentos de fuga. O segundo correspondia também em outro núcleo aglutinador só que este mais característico de pessoas livres mulatos, mestiços que para lá se destinavam devido às apresentações sobre “as paixões vulgares e plebéias, isto é, os vícios ordinários, como a avareza, o ciúme, a prodigalidade, hipocrisia etc., etc.”<sup>171</sup> e que possibilitava assim como os chafarizes sociabilidades e solidariedades entre pessoas das mesma camada social.

No periódico O popular de 02 de outubro de 1830: foi publicada a seguinte crítica:

“[...] o nosso teatro está tão relaxado e imoral, que a maior parte dos pais de família sisudos e honrados, não ousam levar a semelhante casa suas senhoras e filhas; e com toda a razão. Qual homem de bem, que poderá sofrer de sangue frio que a sua família seja espectadora das obscenidades

<sup>169</sup>O Harmonizador, de 31 de março de 1832 In ANDRADE, Manoel C. de. **Movimentos nativistas em Pernambuco: setembrizada e novembrada**. Recife: UFPE, 1998, p. 76.

<sup>170</sup>COSTA, F. A. Pereira da. **Anais Pernambucanos v.VIII: 1818 - 1823**. Recife: Arquivo Público Estadual, 1958 p.484.

<sup>171</sup>COSTA, F. A. Pereira da. **Anais Pernambucanos v.VII: 1795 - 1817**. Recife: Arquivo Público Estadual, 1958 p. 132.



e torpezas que ali se dizem? Que escandalosos duetos, que danças lascivas, que equívocos desonestíssimos não aparecem ali?”<sup>172</sup>.

Assim percebemos que os conflitos sejam eles étnicos ou sociais atingiam os mais pobres que em sua maioria eram mestiços, pretos, pardos que passaram a serem vigiados e controlados, pois eram considerados um inimigo interno tanto para portugueses quanto para brasileiros pertencentes às camadas dominantes.

#### 2.4. DISCIPLINAS E PUNIÇÕES

Ao longo do século XVIII e mais precisamente durante o governo de Luis do Rêgo Barreto 1817 à 1821 e na época do governador das armas Brigadeiro Francisco de Paula e Vasconcelos em 1831 percebemos um aumento nos exercícios, no rigor da disciplina militar e no controle do povo, uma forma encontrada pelos governantes de exercer o domínio sobre a população, seja ela, civil, militar ou escrava. Passavam desta forma a controlar o corpo, os gestos da maneira minuciosa para evitar as transgressões e quando estas aconteciam eram corrigidas por meio de coerções.

Tomando de partida a administração do último governador lusitano nas terras pernambucanas, percebemos como já mencionamos anteriormente que ele imprimiu um caráter marcial na província, controlando, regulamentando todos os aspectos da vida da população. O exército foi o primeiro que buscou dominar, submetê-lo e subjugar-lo trilhando sempre o caminho da violência.

Logo após sua chegada realizou prisões, julgamentos e sentenças, especificamente com a grande massa de soldados que compunham os regimentos pagos, ordenou-lhes ficarem postos em formação e desarmados para assistir a execução de Henriques Rabelo como uma forma de retificar a insubordinação. Segundo o regimento do Conde Lippe estar em formação significava:

“[os soldados postados] em forma de filas abertas com os calcanhares distantes uma mão travessa um do outro; artelhos virados para fora e todos em linha. O corpo muito bem direito. O peito deitado para fora, e a barriga metida para dentro, a cabeça bem levantada e alguma coisa virada para a parte direita e as mãos postas bem atrás”<sup>173</sup>.

<sup>172</sup> Idem. Ibidem.

<sup>173</sup> Regulamento para o Exército, disciplina dos Regimentos de Cavalaria dos Exércitos de Sua Majestade Fidelíssima pelo Conde Reinante de Schaumburg Lippe, Marechal General. Anno de 1768, p. 18.

Além desta, os soldados praticavam exercícios a pé, do qual predominavam as marchas, e logo depois de estarem em formação receberiam a ordem para direcionarem-se:

“[...] à direita, e à esquerda, e voltar à primeira forma levantando bem os calcanhares quando se movem e batendo o pé que vai adiante com força [...] quando os moverem inclinarão os artelhos para baixo virados para fora. Passando junto de uma pessoa olharam para ela com ar intrépido e com desembaraço farão alto freqüente, quando forem marchando, e isto com força, e de repente, para ficarem outra vez na posição em que devem estar”<sup>174</sup>.

O exercício do fogo também foi uma constante e nele percebemos a minuciosidade de cada etapa e os respectivos espaços de tempo para a execução:

“1 Juntar a mão direita à clavina – um tempo- 2 Armas à frente – um tempo- 3 Preparar as armas – dois tempos- 4 Apontar – um tempo – Leva-se vivamente o calcanhar direito para trás do esquerdo, o couce da clavina é espádua direita, abaixa-se um pouco a boca da clavina, e assim se tem diante de si. 5 Fogo – um tempo- Puxa-se pelo gatilho e depois retira-se a clavina ao sinal, baixando-a vivamente para o lado direito, tendo-a firme contra o corpo por cima do boldrié em uma situação horizontal e no mesmo tempo pega no cão com a mão direita  
6 Por o cão no descanso – um tempo [...]”<sup>175</sup>.

Em relação ao povo procurou organizar o comércio de quitandas e tabuleiros denominando por ele de miúdo em locais e horários determinados, e regular o despejo dos urinóis que eram feitos em diversos horários e lugares. Para não deixar dispersos recrutou homens livres, escravos e militares para participar das obras civis como: a construção da estrada que ligava a Boa Vista à Olinda, do aterro para evitar as marés, a construção da Ponte do Recife para melhorar a passagem das pessoas e o alargamento das ruas dos subúrbios do Recife devido à dificuldade de passarem dois cavaleiros ao mesmo tempo.

No período do Governador das Armas Brigadeiro Francisco de Paula e Vasconcelos predominam a regulamentação do horário de entrada nos quartéis para realização da chamada nominal, pois segundo o regimento “todos os soldados terão sido visitados antes cuidadosamente defronte do Quartel dos seus capitães, nos quais se devem ajuntar meia

<sup>174</sup>Regulamento para o Exército, disciplina dos Regimentos de Cavalaria dos Exércitos de Sua Majestade Fidelíssima pelo Conde Reinante de Schaumburg Lippe, Marechal General. Anno de 1768, p. 18.

<sup>175</sup>Idem, p. 10 - 14.

hora antes da Parada nos nomeados de cada Companhia para Montarem Guarda”<sup>176</sup>. Sua rigorosidade determinando para estarem na caserna até as 20 horas, pois os encontraria de portões fechados após aquele horário, era proveniente segundo seu relatório no Diário de Pernambuco de 23 de setembro de 1831 do receio de uma rebelião militar por motivo do atraso no pagamento do soldo.

Paralelamente aquele rigor é também mencionado as constantes aplicações de castigos físicos nos casos de indisciplina, o regimento do Conde de Lippe aborda que os mesmos deveriam ser praticados nos seguintes casos de: “culpas leves cometidas por descuido ou inadvertência serão castigados com vinte, trinta ou cinquenta pancadas dadas com a espada de prancha”<sup>177</sup>. Todavia ele não restringe a punição apenas aos castigos físicos apesar de serem os mais freqüentes, mas dar alternativa para que seja “metido o réu em prisão a pão e água ou fazendo-lhe montar Guarda”<sup>178</sup>.

Os castigos mais comuns aplicados neste princípio de século aos pernambucanos foram: os açoites, bolos ou palmatórias, prisões, execuções e o serviço militar fora da província. É importante destacar que as correções praticadas naquele período serão vistas aqui como espetacularização do poder do Estado, ou seja, um “espetáculo punitivo”<sup>179</sup> que atinge diretamente o corpo, e almeja por meio da prática da violência afastar o homem do crime.

Como uma encenação da força estatal, as punições apresentavam seus personagens e enredo: o condenado, o algoz, o instrumento de punição, a sentença e os espectadores bem como seus palcos, situados nos diversos locais públicos da vila do Recife como: a Praça da Boa Vista, a Praça da Polé e as grades da Cadeia do Recife. Os castigos mais rotineiramente aplicados eram os açoites, os quais consistiam em chicotear as costas e as nádegas dos indivíduos com um açoite ou como vulgarmente era conhecido bacalhau, ou seja, um chicote de “quatro pernas de couro cru retorcido e prêsó só no cabo”<sup>180</sup>.

<sup>176</sup> Regulamento para o Exército, disciplina dos Regimentos de Cavalaria dos Exércitos de Sua Majestade Fidelíssima pelo Conde Reinante de Schaumburg Lippe, Marechal General. Anno de 1768, p. 16.

<sup>177</sup> Idem, p. 32.

<sup>178</sup> Idem. Ibidem.

<sup>179</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: História da violência das prisões*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987, p. 12.

<sup>180</sup> COSTA, F. A. Pereira da. *Anais Pernambucanos v.VII: 1795 - 1817*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1958 p. 466.

Eles foram cometidos indiscriminadamente sobre homens livres, cativos, negros, mestiços, índios e brancos como em: José Francisco, crioulo fôrro; Policarpo, escravo; Inácio da Trindade, pardo, quase branco; e Francisco de Melo, alferes do Regimento Novo de Henriques. As chibatadas foram aplicadas nos períodos da manhã e da tarde, de segunda à sábado e em número que variava de 100 á 700.

O martírio dos condenados era ainda aumentado com a tortura das pancadas associadas às feridas provocadas pelos grãos de areia que estavam ligados ao chicote. Isto porque os carrascos impulsionados pelos sentimentos expressos pelo público umedeciam o bacalhau e o passavam na areia para que o golpe fosse mais doloroso, como observaremos a seguir na descrição de Antônio Joaquim de Melo:

“A grade de ferro de uma das janelas do andar térreo da cadeia, da parte de fora, à face da rua denominada hoje de rua do Imperador, na maior intensidade da luz do dia, foi amarrado pelos pulsos e cintura o Alferes Francisco José de Melo; erguida e arregaçada a camisa para cima e as calças abaixo, o carrasco com um bacalhau, (...), o açoitou tôdas as quatro vêzes, como constam no respectivo assento, sôbre as nádegas nuas e expostas à derrisão de uns e a compaixão e murmurantes imprecações de outros. Como a muitas das outras vítimas de igual martírio, estava-lhe ao pé uma tina cheia de água, e nesta o carrasco mergulhava de quando em quando o bacalhau ensangüentado e o passava imediatamente pela areia do chão, para que, aderindo-lhes os grãos desta, mais dolorosos fôssem à vítima os golpes do bacalhau e mais pronta e cruelmente lhe dilacerassem as carnes e exaurissem-lhe o sangue”<sup>181</sup>.

Acerca dos açoites, como já havia despertado a atenção de Tollenare, era praticado pelos portugueses a todas as pessoas sem restrição, diferenciação e até mesmo sem a percepção de que a aplicação de tal pena provoca na população da época uma idéia de desonra. Numa sociedade escravocrata que publicamente punia os escravos no pelourinho<sup>182</sup> a execução daquele castigo implicava colocar na mesma condição jurídico-social, livres e cativos.

As palmatórias<sup>183</sup> ou bolos como vulgarmente eram conhecidas eram aplicadas às pessoas consideradas pela comissão militar como as menos culpada e à ela eram acrescidas

<sup>181</sup> COSTA, F. A. Pereira da. *Anais Pernambucanos v.VII: 1795 - 1817*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1958 p. 465/466.

<sup>182</sup> Ver anexo 11.

<sup>183</sup> Ver anexo 12.

a prisão de um ou mais dias. Pela documentação elas atingiram principalmente as mulheres negras pobres:

“Maria da Conceição, preta forra. No dia primeiro de setembro, sofreu o castigo de 72 palmatoadas, mas depois foi suspensa a ordem de se ir continuando o castigo pelo deplorável estado em que se achava. Gertrudes Marques, parda, condenada a sofrer o castigo de duas dúzias de bolos de manhã e de tarde. Estêve prêsã de 16 de setembro a 31 de outubro”<sup>184</sup>.

A punição da pena de morte foi praticada no Brasil de forma legalizada até meados do século XIX, em Pernambuco ela foi aplicada segundo as comissões militares aos considerados chefes da revolução de 1817 ou na Confederação do Equador. De acordo com o regimento do conde de Lippe aquela condenação seria posta em prática quando:

“Os delito maiores e sobretudo o motim, o homicídio premeditado, e a traição hão de Ter pena de morte. O réu passará pelas Armas, será enforcado ou padecerá morte mais severa nos casos extraordinariamente atrozes, conforme julgar o Conselho de Guerra em consequência dos Artigos Militares Leis civis, casos dos crimes puramente civis cometidos por militares”<sup>185</sup>.

Na revolução pernambucana foram condenados à força e depois esquartejados dois militares: Antônio Henriques Rabelo e Domingos Theotonio Jorge, ambos foram marcado pela teatralização e ritualização, pois foram colocados os corpos de Artilharia do Recife de 1817 para assistir tais execuções como uma forma de repreensão e desculpa para depois serem embarcados para as campanhas do sul.

Louis Tollenare e Francisco Muniz Tavares acompanharam as condenações, todavia o francês assistiu apenas a do padre Tenório vigário de Itamaracá, pois afirmava ele que “os detalhes que precedem às execuções oprimem a alma”<sup>186</sup>. Os detalhes correspondem à participação de cada elemento que compõe a ordem instituída: a força militar, as

<sup>184</sup> COSTA, F. A. Pereira da. *Anais Pernambucanos v.VII: 1795 - 1817*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1958 p. 468.

<sup>185</sup> Regulamento para o Exército, disciplina dos Regimentos de Cavalaria dos Exércitos de Sua Majestade Fidelíssima pelo Conde Reinante de Schaumburg Lippe, Marechal General. Anno de 1768, p. 32.

<sup>186</sup> TOLLENARE, Louis- François de. *Notas dominicais*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Cultura, 1978, p.195.

irmandades leigas, a justiça, o clero e por fim os algozes, e eles interagem da seguinte forma:

“Os condenados de corda ao pescoço, esperam por longo tempo, sobre os degraus da prisão, a formação do cortejo. Os soldados marcham com as armas em funeral, e os tambores rufam surda e sinistramente. As irmandades chegam lentamente, umas depois das outras, trazendo bandeiras que vêm sucessivamente inclinar diante dos pacientes. Deseja-se e crê-se que a última vai determinar a partida. Ao aparato militar e religioso, vem se juntar o da lei inflexível. Um oficial de justiça, vestido de luto e de manto negro, se apresenta. Está montado em um cavalo preto e vem precedido de um alcaide, também a cavalo, vestido de vermelho e trazendo um círio aceso na mão. O juiz segura o rolo de papel é sentença. A sua fisionomia é austera e impassível; as filas se entreabrem, com deferência, à sua aproximação. (...) novas deputações do clero aparecem em longas filas e vêm recitar as orações das quarenta horas. Do alto do patamar os condenados assistem à todas estas lúgubres cerimônias. (...) Partiu-se, enfim. O cortejo é formado pelos executores; são dois negros criminosos condenados à morte, mas, poupados a fim de servirem como algozes. (...) um altar reparado junto à via dolorosa; os condenados devem ouvir a missa dos mortos. (...) Chega-se enfim à praça. De longe avista-se a forca erguida”<sup>187</sup>.

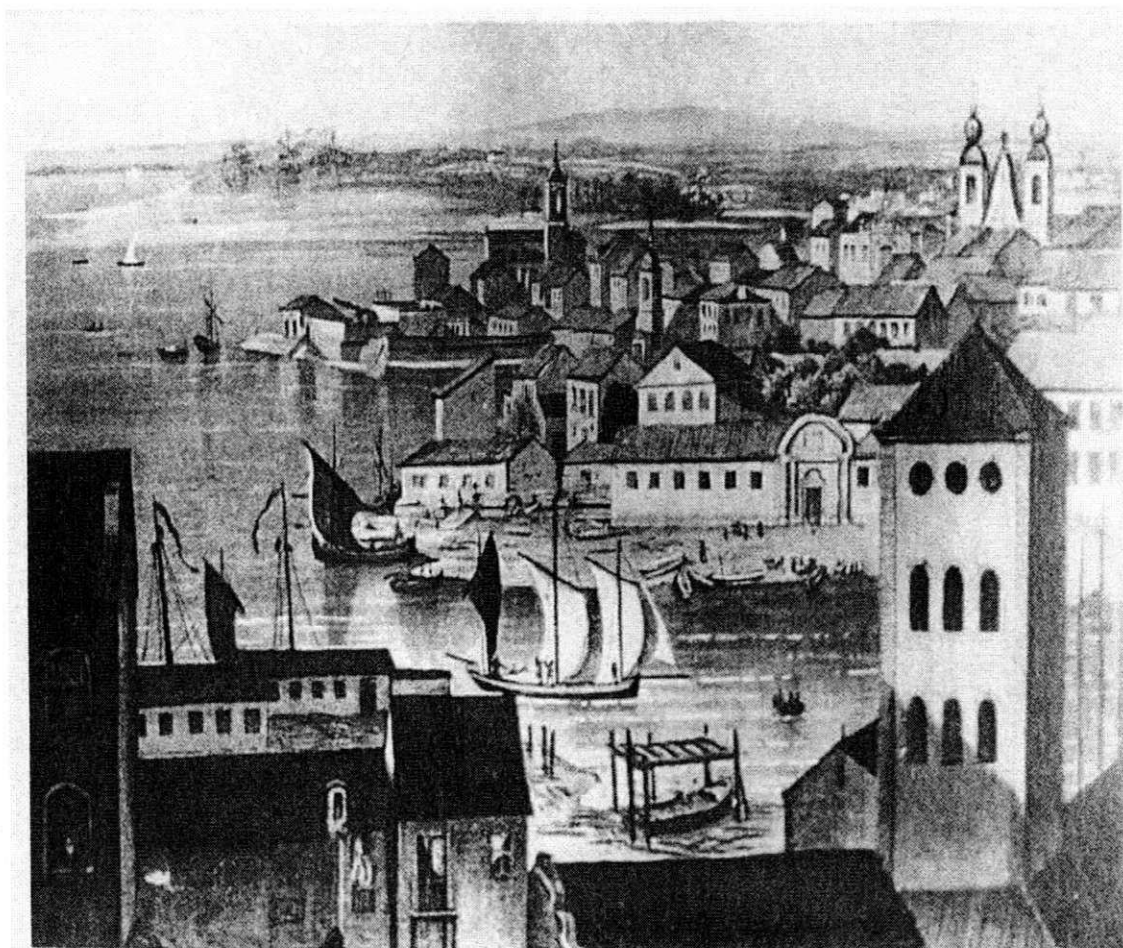
O serviço militar fora da província é uma prática comum após o término dos movimentos rebeldes de 1817 e 1824, no entanto, constituiu-se numa ação que não era legalizada pelo regimento do Conde Lippe. Apresentou-se mais como uma solução momentânea encontrada pelo Estado para afastar da província um contingente que deveria estar ao seu serviço, mas que se apresentava como um inimigo.

As tropas geralmente as de primeira linha foram embarcadas com destino à Montevideu e São P. do Rio Grande do Sul. Nos dois momentos foram 1523 praças. A punição dizia Luiz do Rêgo serviria para recobrem a dignidade, contudo para os soldados e seus familiares significava mais uma agrura, pois se distanciava de sua terra natal como também o retorno a mesma era incerta.

---

<sup>187</sup>TOLLENARE, Louis- François de. **Notas dominicais**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Cultura, 1978, p.195 e 196.

FIGURA 2  
PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO (1826-1832)



Detalhe do panorama circular, tirado da casa dos comerciantes Ingleses Crabtree Heyworth & Cia., situada à Rua do Amorim, bairro do Recife, no início do século XIX (1826-32), no qual aparece trecho dos bairros de Santo Antônio e São José e, ao longe, as terras dos Afogados. A aquatinta colorida, gravada pelo suíço Frederico Salathé, tem a dimensão de 240/1500 mm. e autoria atribuída a R. Schmidt. (Gilberto Ferrez, in *Raras e Preciosas Vistas e Panoramas do Recife*; Recife, 1964)

Fonte: COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais Pernambucanos (1795-1817)*. Recife: Arquivo Público Estadual de Pernambuco, 1958, v. VII p. 06.

### CAPÍTULO 3 - ASSOCIAÇÕES, RESISTÊNCIAS E CONFRONTOS DA TROPA EM PARCERIA COM O POVO

Caro amigo.

Pernambuco, 4 de março de 1823.

Vou lhe contar os tristes acontecimentos da nossa desgraçada Pátria, bem que algumas coisas me escaparão pela confusão da minha cabeça, porem, apello para as participações de outros que o fação mais circunstanciadamente. Não fallo dos successos atrazados de que você está ao facto, mais direi os que se tem seguido mais notáveis praticados pelo Proconsul Pedroso [...].

Esta carta foi impressa no Rio de Janeiro na Typografia Nacional no ano de 1823, este documento só consta de dois exemplares o original no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro N°85 das Memórias Manuscritas e uma cópia na Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco na Fundação Joaquim Nabuco. A correspondência não apresenta destinatário e o remetente assina como sendo “Hum Pernambucano Amigo da Verdade”<sup>188</sup>.

O tema deste documento são os acontecimentos do ocorridos na Província de Pernambuco no ano de 1823, quando o militar Pedro da Silva Pedroso assumiu o posto de Governador das Armas. Com uma visão elitista, trata os acontecimentos como desastrosos e ameaçadores dos ânimos dos cidadãos desta localidade, referem-se à Pedroso como Ditador Romano e demonstra receio e temeridade com as ações deste no comando das forças militares.

Todavia, ele assume a fragilidade de sua memória e possibilita a outros contribuir nos esclarecimentos daqueles fatos, nós com todas as limitações impostas pelo tempo e dispondo apenas da devassa desta carta e das impressões deixadas pelos contemporâneos, e assim, atreveremos a traçar algumas linhas deste movimento que incluiu o povo e as forças militares. Para isto observaremos o lugar, as pessoas, suas associações e resistências esboçadas nas páginas seguintes.

<sup>188</sup>Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco. v. XIII, Dezembro de 1908, n° 74, p. 577 - 585.



### 3.1 - A VILA DO RECIFE

A Vila do Recife no início do século XIX apresentava-se como um dos principais núcleos urbanos do Brasil, esta centralidade era proveniente tanto do quantitativo populacional quanto de sua situação comercial. No censo realizado em Pernambuco no ano de 1826 e publicado dois anos depois apontam para aquele centro aproximadamente 25.678 pessoas distribuídas nos bairros do Recife, Santo Antônio e Boa Vista<sup>189</sup>.

Uma população que estava em crescimento devido à migração do campo para este centro, a chegada de novos escravos para a lavoura de cana e de algodão e europeus após a decretação da Abertura dos Portos em 1808. O aumento de pessoas provocava a expansão deste núcleo para a região campestre que de acordo com Marcus Carvalho ainda conservam os nomes até hoje como: Casa-Forte, Torre, Apipucos, Dois Irmãos, Caxangá, Engenho do Meio, etc.

O comércio realizado nesta praça era o segundo maior do Brasil devido à exportação de açúcar, algodão e cachaça. Paralelamente sobre estes recaíam os maiores e numerosos tributos como nos indica Caetano Pinto de Miranda em ofício ao Conde de Aguiar:

“A câmara lembrou-se m 1796 da taxa de 10 tostões para cada caixão em que se transporta o açúcar sendo obrigados a pagá-las os compradores como se a Lei pudesse obrigá-los a não descontarem esta despesa no preço do mesmo gênero ou como se não pagassem já os senhores do Engenho além dos tributos gerais da importação e o consumo, mais 8 contribuições, que pesam imediatamente sobre o produto do seu trabalho, quais são:

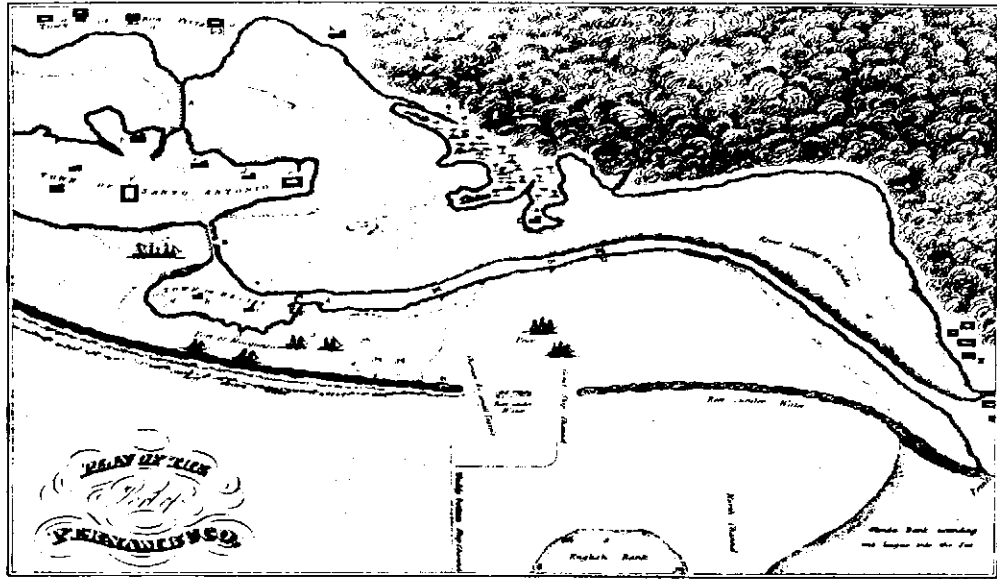
- 1º) foros de sesmarias;
- 2º) pensões de engenho do tempo do donatário;
- 3º) dízimos;
- 4º) 60 réis por arroba de açúcar branco e 30 réis do mascavo;
- 5º) 80 réis por cada caixa que se embarca e 40 réis de fecho;
- 6º) 1.600 réis por cada pipa de aguardente que se embarca;
- 7º) 30 réis por camada de aguardente que se fabrica na terra;
- 8º) subsídio literário

As ditas contribuições acresceram de próximo as que foram estabelecidas para a Real Junta do Comércio pelo alvará d 15 de Julho do ano passado: de sorte que achando-se mais nele se pode assentar<sup>190</sup>.

<sup>189</sup>CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Ed. Universitária da UFPE, 1998, p. 47.

<sup>190</sup>Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano. Ofício de Caetano Pinto ao Conde de Aguiar. Recife 02 de Julho de 1810. Correspondência da Corte 1808-1817, Livro 69, f. 47-48. Apud: LEITE, Glacyra Lazzari. *Pernambuco 1817: estrutura e comportamentos sociais*. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1988 p. 56.

Assim temos uma idéia dos impostos cobrados a esta praça comercial, contudo centrando nossa atenção na população bem como no lugar, observemos o mapa<sup>191</sup> a baixo:



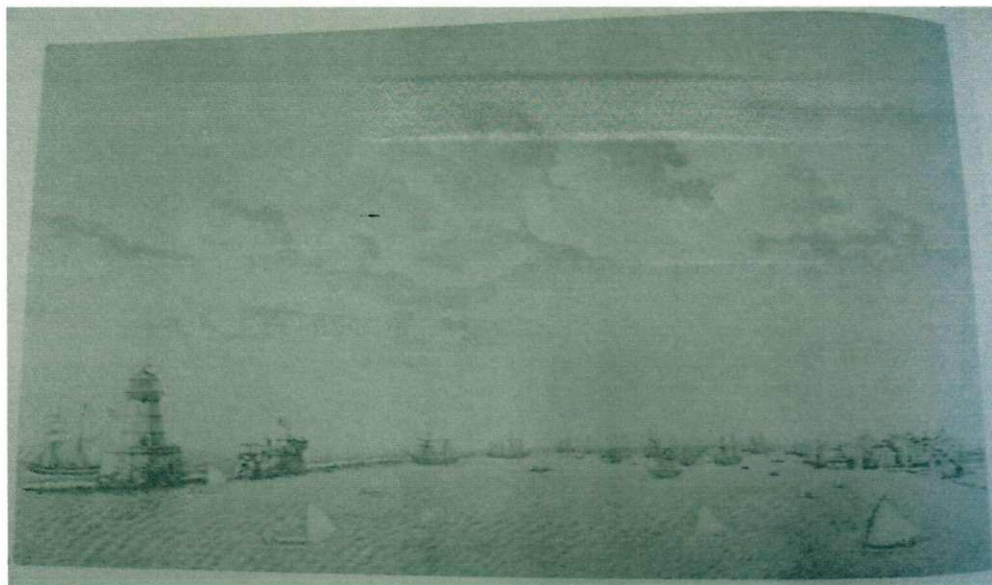
Plano do Porto do Recife publicado em Londres (1816), quando da primeira edição do livro de Henry Koster (*Travels in Brazil*), nas dimensões 160.223 mm., gravado por Sid J. Hall. Do mapa constam as seguintes indicações: ponte da Boa Vista (A), ponte do Recife (B), forte do Bom Jesus (C), forte do Picão (D), forte do Brum (E), Cruz do Patrão (F), forte do Buraco (G), povoado dos Arrombados (H), igreja de Santo Amaro (I), Jerusalém (K), casas e jardins (a), convento carmelitano (b), igreja matriz do Sacramento (c), Erário (e), Palácio (f), Armazém de Algodão — vulgarmente chamado de Forte do Matos (g), convento da Madre de Deus (h), igreja matriz do Corpo Santo (i) e Intendência da Marinha — Arsenal de Marinha e armazém régio (k)

Nesta imagem percebemos o plano do Porto do Recife em 1816, nele podemos observar a disposição dos três bairros: a ilha Recife, no plano inferior ligada por uma faixa estreita de terra que a conectava com Olinda; Santo Antônio a segunda ínsula ligada àquela primeira pela Ponte do Recife e ao bairro seguinte pela Ponte da Boa Vista; por último a terceira ilha a da Boa Vista que também fazia comunicação com Olinda por meio da povoação de Santo Amaro e era circundada pelos engenhos Torre ao norte e Caxangá ao centro. O desenvolvimento da Vila do Recife foi acompanhando as margens dos rios Capibaribe e Beberibe.

O Recife era o bairro portuário, como mostra a litografia<sup>192</sup> a seguir de 1827:

<sup>191</sup>KOSTER, Henry. *Viagem ao Nordeste do Brasil*. 12ª ed. Rio de Janeiro - São Paulo - Fortaleza: ABC Editora, 2003, p. 12.

<sup>192</sup>SECRETAN, Alberto Gabriel Frederico. *Vista do Farol e do interior do Porto de Pernambuco tomada do Poço 1827*. In MENEZES, José Luis Mota (org.). *Atlas Histórico Cartográfico do Recife*. Recife: Empresa de Urbanização do Recife (URB, PCR, DPSH) e Fundação Joaquim Nabuco, 1988, p. 38.



Constituía-se no centro do comércio exportador onde lá se encontrava a Alfândega, a Casa de Inspeção do Açúcar, lojas comerciais com produtos ingleses e indianos e estabelecimentos para comprar e vender escravo.

O núcleo comercial do Bairro do Recife, segundo Tollenare tinha mais a aparência de passeio público, pois os negociantes vestidos à moda dos europeus se encontravam defronte de um café no qual conversavam e realizavam seus comércios. Por ser o local de desembarque de cativos era nesta localidade onde tinha a maior concentração deste, se comparado aos demais bairros com um quantitativo de aproximadamente 2640, destacadamente os do sexo masculino, sendo apenas levemente superado pela população livre<sup>193</sup>.

Além de um centro comercial o Recife era também o ponto difusor das notícias que chegavam de fora da província, seja escrita ou transmitida oralmente, a ansiedade por estas causavam uma verdadeira vivacidade na população, pois segundo Koster:

“O desejo de saber notícias dos amigos da Europa se tornou tão vivo que, perdendo a cerimônia, todos vieram pedir as cartas porventura destinadas a elas. Decidirmo-nos a entregar-lhes o saco, sobre o qual se precipitaram todo d’uma só vez, com a mais ávida das curiosidades”<sup>194</sup>.

<sup>193</sup>CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850**. Ed. Universitária da UFPE, 1998, p. 51.

<sup>194</sup>KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Tradução, prefácio e comentário de Luís da Câmara Cascudo. 12ª ed. Rio - São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2003 pág. 36.

contudo, é importante destacarmos que Koster desembarcou no cais da alfândega e pôde ver o burburinho feito pelas vozes da população parda, negra e mestiça como também “as numerosas perguntas que nos fazia a maior parte daqueles que deparávamos”<sup>195</sup>. Assim, podemos afirmar que as conversas no porto constituíam-se num meio de politização, como também, de solidarização daquele grupo populacional, seja livre ou cativa, pois o próprio Tollenare nos dá uma idéia desta relação num armazém de escravo recém chegados dos tumbeiros: “Alguns negros de sua nação, já habituados ao Brasil, vem conversar com eles; os senhores aprovam este intercurso, que dá confiança aos recém-chegados”<sup>196</sup>.

Paralelamente esta mediação não tinha que ter necessariamente a intervenção dos senhores brancos, porque segundo Marcus Carvalho os escravos não dependiam dos seus senhores para ficarem informados:

“Os negros do Recife não precisam de intermediários brancos para saberem o que ocorria noutros lugares. Tinham seus próprios canais de informação através dos inúmeros marinheiros negros que navegavam a costa do Brasil por mais de trezentos anos. Alguns deles estavam a venda na rua do Queimado, em 1831. Como qualquer escravo, vez por outra também fugiam, como um rapaz vindo de São Tomé, cuja fuga foi anunciada, também no final de 1831. Era capaz de falar ‘inglês alguma cousa’”<sup>197</sup>.

Assim agindo independente e se associando podiam se integrar e arquitetar formas de governo e ações que expressassem suas expectativas de futuro.

O segundo bairro denominado de Santo Antônio constituía-se no centro do poder político, militar, religioso e social, pois nele se encontravam: o Palácio do Governo, o Erário Régio, a Tesouraria, a Casa da Câmara, a Praça da Polé, a Cadeia Velha, o Forte das Cinco Pontas, os conventos dos Franciscanos, Carmelitas, Penha, a Igreja do Rosário dos Homens Pretos e a Casa de Espetáculo ou Ópera do Recife, como observaremos no mapa cartográfico<sup>198</sup> abaixo, cuja parte colorida – a laranja – corresponde as ruas e edificações

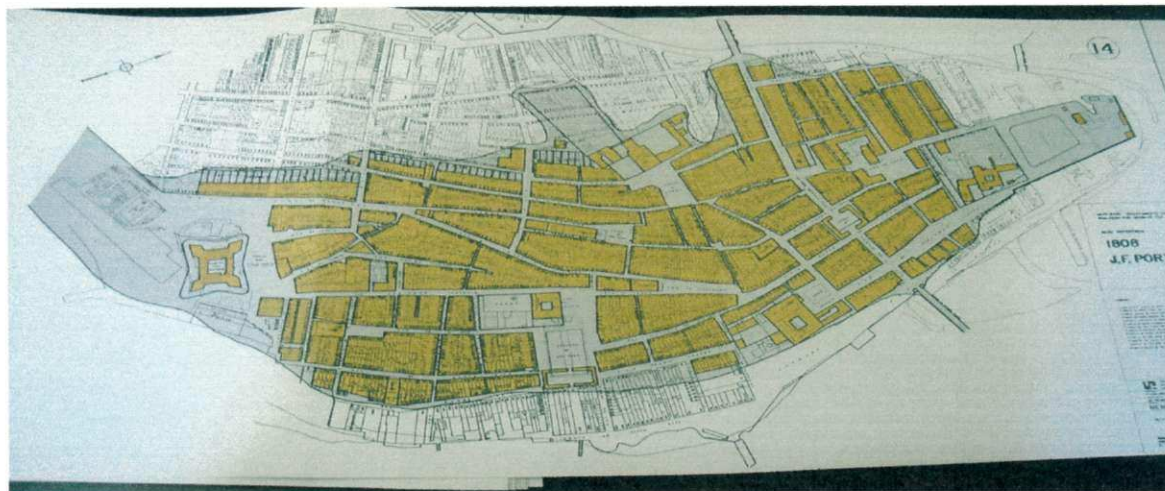
<sup>195</sup>KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Tradução, prefácio e comentário de Luís da Câmara Cascudo. 12ª ed. Rio - São Paulo - Fortaleza: ABC Editora, 2003 pág.36.

<sup>196</sup>TOLLENARE, Louis-François de. *Notas dominicais*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Cultura, 1978, p. 109.

<sup>197</sup>CARVALHO, Marcus J. M. de. O encontro da “soldadesca desenfreada” com os “cidadãos de cor mais levianos” no Recife em 1831. In *CLIO*, Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. N 18. Recife: UFPE, 1999, p. 121.

<sup>198</sup>FOX, Douglas. Mapa base: Levantamento da cidade 1906/07 In MENEZES, José Luis Mota (org.). *Atlas Histórico Cartográfico do Recife*. Recife: Empresa de Urbanização do Recife (URB, PCR, DPSH) e Fundação Joaquim Nabuco, 1988, p. 72.

presentes no século XIX e as que estão em – preto e branco – aos aterros realizados depois daquele princípio de centenário:



Nele habitavam brancos, negros, mestiços, mulatos, cativos e livres, no qual este último era predominante com cerca de 10403 pessoas<sup>199</sup>.

A observação da população desta ilha nos demonstra que ela era livre, entretanto, não significa afirmar que elas eram de todo prósperas ou mesmo abastadas, pois se tomarmos como referência a posse de escravos percebemos um diminuto quantitativo. Portanto a significativa gente livre era em sua maioria pobre, residindo na porção sul da localidade, onde se situava a freguesia de São José e o aterro de Afogados enquanto que os mais afortunados residiam na parte norte.

O bairro de Santo Antonio é de significativa importância porque suas ruas eram compartilhadas por um diversificado grupo social que se entrecruzavam em pontos como as igrejas, os chafarizes, o teatro, os portos fluviais e ali colocava em prática a exibição do poder e a resistência ao mesmo sem, no entanto, usar diretamente a força.

Em uma carta de Pernambuco para o Rio de Janeiro em 15 de junho de 1817 ilustra esta situação em dois momentos: o primeiro durante a revolução de 1817, onde “Era comum ver-se um cabra cativo, de chapeo na cabeça, bater no ombro de um branco, tratá-lo de patriota e pedir-lhe fumo” a segunda após a restauração do governo luso,

<sup>199</sup>CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850**. Ed. Universitária da UFPE, 1998, p. 56.

“[mulatos fôrros] andam muito murchos agora, (...) já tiram o chapeo aos brancos, e nas ruas apertadas passam para o meio para os deixar passar”<sup>200</sup>.

Os aterros dos Afogados ligavam-se por um dique longo ao banco de areia da freguesia de São José, o nome daquele povoado era proveniente da proximidade do ponto de encontro do Capibaribe com os rios Jordão e Tejipió que durante o inverno tornava a travessia perigosa devido aos redemoinhos, os quais causavam muitas mortes por afogamento. Era uma localidade de residência de escravos de ganho, de negros e mestiços livres e libertos, os quais viviam sob cabanas feitas de folhagem e subsistiam da farinha de mandioca e do caranguejo.

Em ambos os povoados eram comum os encontros festivos com batuques, clubes carnavalescos, grêmios de artesãos e terreiros. Além das festividades, eles foram locais de revoltas e motins que facilmente se apoderavam da fortaleza das Cinco Pontas e seus armamentos, assolando medo nas camadas dominantes que procuravam a todo custo evitar os ajuntamentos destes habitantes por meio de toques de recolher à semelhança dos escravos e militares, até mesmo, a proibição daquelas celebrações.

Os ofícios de alfaiate, sapateiro, marceneiros abrigavam aquela população livre pobre do bairro de Santo Antônio, o ambulante vendendo os mais diversos produtos, trabalho que compartilha e não competia somente com os escravos, mas com jovens portugueses ou açorianos recém chegados do outro lado do Atlântico. Situação de disputa que possibilitava a associação dos homens de cor contra os brancos que contribuiu para os denominados mata-marinheiros tão freqüentes neste período.

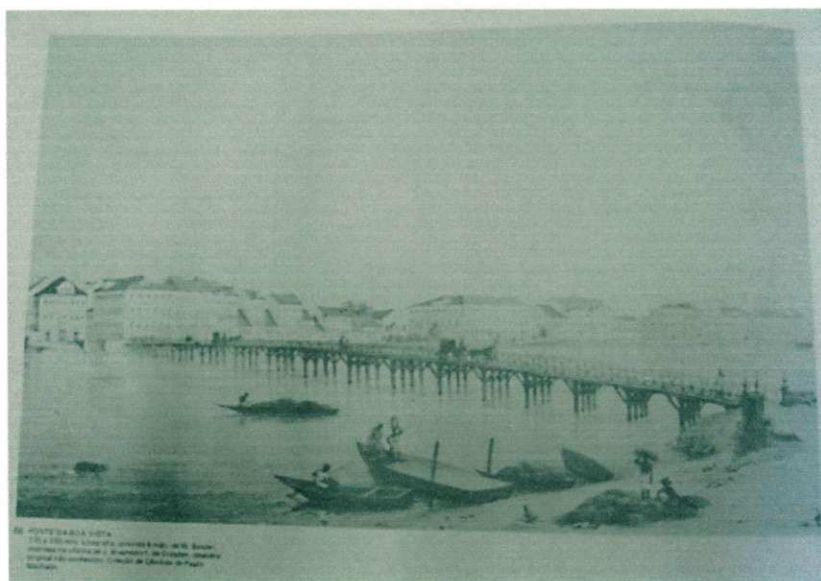
A Boa Vista constituía o terceiro bairro, local predominantemente residencial, os escravos que havia, em sua maioria eram domésticos, contudo já apresentava áreas em que moravam à semelhança de São José e Afogados eram moradias de gente de cor livre e liberta como, por exemplo, o Cock que começava a ser formado. Porém era significativo na Boa Vista o número de tabernas existentes, em torno de sessenta seis.

Ao sul crescia o povoado dos Coelhoos e ao norte localizava-se Santo Amaro, região onde os escravos recém desembarcados ficavam de quarentena para evitar a transmissão de

---

<sup>200</sup>LIMA, Oliveira. Notas. In TAVARES, Francisco Muniz. **História da Revolução de Pernambuco de 1817**. 3ªEd. comemorativa do 1º centenário. Recife: Imprensa Industrial, 1917 p. 114.

doenças provenientes da dura viagem nos tumbeiros. A litografia<sup>201</sup> a seguir dá uma idéia da ponte como da vista para o bairro de Santo Antonio que se devia ter da mesma:



Assim, delineado os espaços de vivência e sociabilização partiremos para observarmos como a população negra, parda e mestiça em conjunto com os militares traçaram sua resistência direta, indireta e onde ficaram visíveis os conflitos étnicos e sociais.

### 3.2- AS RESISTÊNCIAS

As formas adotadas pela população negra, parda e mestiça livre em Pernambuco no início do século XIX para resistir ao controle social imposto pelos governantes luso-brasileiros aconteceram de diferentes maneiras, todavia é importante deixar claro o que compreendemos por ambos os conceitos. Por resistência, compreendemos como sendo uma variedade de ações coletivas às exigências excessivamente impostas<sup>202</sup> pela camada dominante da sociedade e controle social, corresponde ao poder exercido pelo grupo predominante aos demais indivíduos por meio da lei, da educação e da religião<sup>203</sup>.

A luta contra a dominação aconteceu de duas formas, uma violenta por meio da revolta e motim e outra de maneira simbólica, esta última corresponde à utilização de

<sup>201</sup>W., Bessler. Mapa base: Levantamento da cidade 1906/07. In MENEZES. José Luis Mota (org.). **Atlas Histórico Cartográfico do Recife**. Recife: Empresa de Urbanização do Recife (URB, PCR, DPSH) e Fundação Joaquim Nabuco, 1988, p. 94.

<sup>202</sup>BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 123 e 124.

<sup>203</sup> Idem. *Ibidem*.

signos, imagens como armas de confrontação<sup>204</sup>. No primeiro momento, a utilização desses símbolos se deu quando o governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro rendeu-se à revolução de 1817 e os oficiais e soldados atiraram fora os símbolos do poder real, bem como as insígnias da ordem militar, como uma forma de demonstrarem repúdio à sociedade vigente e à igualdade que pretendiam implantar com o novo sistema:

“Logo que publicou-se a capitulação, os officiaes influentes querendo indicar a meta precisa da revolução, sem economisarem os prejuízos do vulgo, nem consultarem a vontade da província, com desprezo arrancáram de suas barretinas as Armas Reais; os outros imitáram, e a tropa toda seguiu espontaneamente o exemplo dado. Coube igual desprezo às insígnias das ordens militares: desprezando-as, pretendiam os Cavalleiros inculcar amor de igualdade e odio ao monarcha [...]”<sup>205</sup>.

Os emblemas da monarquia lusa foram utilizados por militares negros e pardos para evitar os castigos físicos, como no caso dos irmãos Francisco Dornelas e José do Ó, militares pardos do corpo das milícias. Eles sofreram as agruras de um ano na prisão por terem confeccionado os uniformes dos embaixadores da república de 1817 e por terem insuflados seus soldados, foram por este motivo condenados a açoites nas grades da cadeia, mas evitaram tal castigo por dormirem sempre de farda.

O poema também foi um meio de resistência que começava a dar sinais das formas políticas que se pretendiam implantar como demonstra o verso abaixo:

“Marinheiros e caiados  
 Todos devem acabar,  
 Porque só pardos e pretos  
 O país hão de habitar”<sup>206</sup>.

Saindo do simbolismo e começando a entrar nas práticas mais comuns de resistência a revolta e o motim, percebemos que as tabernas além de lugares de divertimento para as camadas populares serviram como núcleo conspirador de rebeldia. As autoridades políticas viam estes estabelecimentos como quilombos, por conta disso as pessoas que freqüentavam

<sup>204</sup>CHARTIER, ROGER. A História hoje: dúvidas, desafios, propostas. In *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 7, nº13, 1994, p. 97-113.

<sup>205</sup>TAVARES, Francisco Muniz. *História da Revolução de Pernambuco de 1817*. 3ªEd. comemorativa do 1º centenário. Recife: Imprensa Industrial, 1917 p. 105.

<sup>206</sup>SOBRINHO, Barbosa Lima. *Pernambuco da independência à Confederação do Equador*. 2ª Ed. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1998, p.91.



as tabernas eram espancadas e os escravos proibidos de freqüentá-los, porém foram medidas que não conseguiram evitar tais ajuntamentos.

Na devassa realizada no Recife em março de 1823, pelo Dr. Desembargador e Ouvidor Geral do Crime da Relação Antônio José Osório de Pina Leitão, Francisco da Silva Falcão dono de uma loja de bebidas testemunha uma dessas reuniões:

“[...] disse pois que elle presencião ajuntarem-se no seu botequim, em horas da noite e tambem em algumas do dia, muitas pessoas que figuram nesta scena, mas, pessoas de pouca consideração e respeito, as quais estavam tratando da deposição da Junta Provisória do Governo passado”<sup>207</sup>.

A junta referida por Francisco da Silva era a presidida por Gervásio Pires Ferreira, a qual foi substituída pela Junta dos Matutos.

A Pedrozada assim como a Setembrizada foi uma manifestação direta de descontentamento e rebeldia em torno das questões étnicas e sócias, além destas acrescentam-se o movimento liderado por Benício Mundurucu e a Novembrada. Por meio delas percebemos as associações definidoras da efusão bem como seus projetos políticos e as construções de seus líderes como nos movimentos que detalharemos a seguir.

### **3.2.1 – A PEDROZADA:**

#### **3.2.1.1 – PEDRO DA SILVA PEDROSO – O ROBERSPIERRE PERNAMBUCANO**

Pedro da Silva Pedroso homem pardo, militar que exerceu a função de Capitão de Artilharia da Tropa de Primeira Linha do Recife chegou a tornar-se Governador das Armas. Este militar tinha um grande prestígio entre a população pobre, composta em sua maior parte por pessoas negras, pardas e mestiças ele também adquiriu prestígio com a elite provinciana, tanto a revolucionária quanto a realista.

Ele foi um ativo integrante dos principais acontecimentos da revolução de 1817 como dos demais episódios políticos da província de Pernambuco, o qual demonstrou

<sup>207</sup>LEITÃO, Dr. Desembargador e Ouvidor Geral do Crime da Relação Antônio José Osório de Pina. Auto da Devassa da Sedição de 1823.v. XIV, nº 77 Recife: *Revista do Instituto Archeológico Histórico e Geographico de Pernambuco*, Setembro 1909, p.413.

atitudes radicais que rederam-lhe a designação de o Roberspierre Pernambucano, à semelhança do líder revolucionário francês. O contemporâneo Francisco Muniz Tavares descreve uma atribuição da personalidade de Pedro da Silva Pedroso, afirmando que o mesmo era um homem desprovido de juízo prudencial facilmente levado ao acesso de cólera, como já mencionamos anteriormente uma forma de tentar o controle total do homem sobre os outros homens através do conhecimento deste e pelo mesmo caminho procurar homogeneizar a personalidade individual das pessoas que apresentam características físicas semelhantes, afirmando que a facilidade de ser levado a irritabilidade corresponde a uma atribuição comum aos negros e pardos como já havia mencionado Henry Koster.

A aparição de Pedroso no cenário político se dá no princípio da revolução de 1817, pois seu nome compunha a lista dos suspeitos elaborada pelo comerciante Manuel de Carvalho de Medeiros e entregue ao governador da província Caetano Pinto de Miranda Montenegro, este último ordenou a prisão dos implicados que seria realizada pelos próprios comandantes. Pedroso foi recolhido no quartel presenciou ao assassinato do Brigadeiro Manuel Joaquim Barbosa e após a fuga do ajudante de ordens Luiz Deodato e da ordem deste de tocar rebate o militar Pedroso assumiu o comando dos soldados.

Direcionando as ações dos praças e sem comentar, o acontecido e apenas indicando-lhes que a pátria estava em perigo mandou-os dispor-se em batalha, distribuiu pólvora e bala. Com a chegada de Alexandre Thomaz enviado do governo para acalmar a situação e o comando dos homes, Pedroso apenas bradou "Camaradas! Eis o inimigo de Pernambuco, a causa das nossas desgraças, fogo"<sup>208</sup>.

Em seguida junto com os soldados e a tropa comandada por Domingos Theotônio, seguiram para o Campo do Erário, no qual se encontrava o Marechal José Roberto com uma tropa de milicianos que segundo Muniz Tavares não tinha disciplina e nem munição de Guerra. Marchando com uma bandeira branca e quatro peças de campanha, estava em condição numérica favorável, no entanto, contrariando a característica mencionada anteriormente não agiu de forma violenta, pois "por hum assas louvável espírito de

---

<sup>208</sup>TAVARES, Francisco Muniz. *História da Revolução e Pernambuco em 1817*. 3ª ed. Recife: Imprensa Industrial, 1917, p. 91.

moderação preferindo o êxito obscuro de amigável conciliação ao estrondo de passageira glória em combate desigual”<sup>209</sup>.

No relato de Francisco Muniz Tavares, Pedro Pedroso, reaparece na repressão iniciada por Diego Lobo e dada continuação por Luis do Rêgo último governador português da província. Nesta fase foi preso e seguiu em marcha lúgubre pelas ruas do Recife até o Brigue Mercúrio onde foi aprisionado por grilhões aos pés, uma gargalheira ao pescoço, ficavam apenas sentados, comendo comidas salgadas e pouca medida d'água.

Em observância ao regimento do conde de Lippe percebemos que o aprisionamento por grilhões era aplicado aos delitos graves, contudo os que não fossem crimes capitais. Por outro lado percebemos que a ração salgada e o acesso a poucas doses de água corresponderam a ações de torturas, uma vez que o mesmo documento determinava trabalhos nas fortificações aqueles instrumentos de prisão citados anteriormente.

Na Bahia as torturas continuaram, e assim como José Mariano e Antônio Carlos recebeu os piores tratamentos:

“[...]estes logo que chegarão á cadeia, foram separados e mettidos cada hum em estreito segredo, hum verdadeiro sepulcro, no qual não penetrava-se sem luz em todo o decurso do dia; e como se não bastasse hum tal supplicio para os privar da vida lentamente, os despirão dos vestidos, que sobre o corpo trazião, e inteiramente nus alli os deixarão com grilhões aos pés, e corrente ao pescoço”<sup>210</sup>.

O ano de 1822 a Corte portuguesa concedeu anistia aos envolvidos em 1817, entretanto, o único que não a recebeu foi Pedroso. Ele foi enviado para Lisboa e condenado ao degredo na Ásia, lá conseguiu livrar-se desta condenação por meio da atuação do deputado pernambucano João Ferreira da Silva que implorou pelo perdão de Pedroso, contudo, a devassa elaborada sobre a Pedrosada levanta a suspeita de que o perdão foi concedido por meio do comprometimento de Pedro Pedroso de novamente colocar Pernambuco sob o comando do governo português.

Ao retornar para Pernambuco passou a apoiar o grupo que era simpático ao governo do Rio de Janeiro e ajudou a deposição da Junta lidera por Gervásio Pires. Tal atitude foi

<sup>209</sup>Idem, p. 98.

<sup>210</sup> TAVARES, Francisco Muniz. *História da Revolução e Pernambuco em 1817*. 3ª ed. Recife: Imprensa Industrial, 1917,p.258.

justificada por ter sido ele humilhado quando foi convidado a comandar a companhia de artilharia, cargo considerado pelo mesmo como inferior. Após a queda desta junta seguiu-se a denominada Junta dos Matutos constituída em sua maior parte por proprietários rurais da zona da mata sul, na qual Pedroso foi um dos integrantes.

O momento que será mais bem trabalhado logo à frente. Em 1824 comanda um batalhão para reprimir a Confederação do Equador e em 1834 no Rio de Janeiro defende que o primeiro grito de independência foi dado por ele mesmo no Recife antes mesmo de José Bonifácio.

Segundo Luiz Geraldo Silva, em seu artigo, Negros Patriotas, Pedroso parecia ser um hábil manipulador de identidades políticas, porque participou de diversos governos, contudo, deixou mais perceptível sua pretensão, seu sistema político almejado no momento de disputa das juntas governativas. Pelos seus atos nos movimentos anteriores a 1823 bem como sua ação na Pedrosada; foi visto pelos contemporâneos como o mais revolucionário, pois conseguiu o apoio da camada social mais pobre e mais desprestigiada socialmente, e assim, angariou o atributo de o Robespierre Pernambucano.

### **3.2.1.2 - O CONTEXTO POLÍTICO DAS JUNTAS: DE GERVÁSIO À JUNTA DOS MATUTOS**

Os anos de 1820 a 1823 em Pernambuco é um momento de elaboração de projetos e de uma intensa atividade política que tornaram visíveis os diversos caminhos que o Brasil e mais precisamente a província podiam seguir. Para isso a Revolução do Porto teve significativa importância porque primeiramente fez retornar para Portugal D. João VI na tentativa de reduzir a importância alcançada pelo Brasil ao torna-se Reino Unido em 1816 e a tentativa de recolonização do Brasil, a qual possibilitou aos deputados provinciais agregar forças para uma separação definitiva.

O retorno do rei para Lisboa e permanência do Príncipe Regente no Rio de Janeiro deixou as elites políticas brasileiras divididas entre dois pólos extremos: o primeiro tentando retomar seus privilégios políticos e econômicos expressos no pacto colonial perdido após a abertura dos portos às nações amigas em 1808 e o segundo almejado a

independência com a instauração de monarquia constitucional submetidas aos interesses e da região hoje denominada de sudeste, no período províncias do Sul (São Paulo, Minas gerais e Rio de Janeiro).

Na província de Pernambuco este cenário político foi representado respectivamente por uma pequena parcela de português e por uma aristocracia latifundiária predominantemente da Zona da Mata Sul. Entretanto, surgia nesta província outra possibilidade já ensaiada pela revolução de 1817, que seria uma república federativa aos moldes da implantada nos Estados Unidos da América, ela era idealizada por um grupo social composta por trabalhadores livres e pequenos comerciantes.

Essa camada social subsistente almejava maior participação no espaço político porque “de um lado a aristocracia rural detinha o poder político, fechando as outras camadas sociais, do outro, a comunidade portuguesa, [...] açambarcava o comércio em grosso e penetrava no varejo”<sup>211</sup>. Em meio a esta configuração surgiram duas juntas governativas que exprimiam os interesses dessa parcela da população pernambucana como também dos proprietários de terra.

Assim no dia 26 de outubro de 1820 foi eleita uma Junta civil composta por Gervásio Pires Ferreira (presidente), Felipe Nery Ferreira, Cônego Dr. Manuel Inácio de Carvalho, Joaquim José de Miranda, Antônio Vitoriano Borges da Fonseca, Bento José da Costa e o secretário padre Laurentino Antônio Moreira de Carvalho. De acordo com Manoel Correia ela era

“[...]dominada pela ala mais moderada dos revolucionários de 1817. Era formada por aqueles que só haviam aderido àquela revolução quando ela estava vitoriosa e que ao verem que essa vitória era efêmera, passaram a tomar atitudes que lhes valessem o perdão do Rei”<sup>212</sup>.

Por assim ser composta adquiriu logo a desaprovação do príncipe regente e seus correligionários no Rio de Janeiro, mas paralelamente era apoiada pelas Cortes de Lisboa. Esta bipolarização política marcou todo o período de governo da junta e por isso foram feitas diversas interpretações das atitudes do seu presidente.

<sup>211</sup>MACHADO, Teobaldo. *As insurreições liberais em Goiana*. Recife: FUNDARPE, 1990, p. 105.

<sup>212</sup>ANDRADE, Manuel Correia de. *Movimentos nativistas em Pernambuco: setembrizada e novembrada*. Recife: UFPE, 1998, p.30.

Diante desta situação, a historiografia imperial de Varnhagem até Oliveira Lima acusa o governo de Gervásio de dubiedade, lusofolia, republicanismo e hesitação. Paralelamente Barbosa Lima aponta para um nacionalismo imaculado, entretanto sem tomar partido de nenhuma das interpretações anteriores, preferimo-nos guiar pela opinião de Manoel Correia, o qual propõe que o presidente Gervásio estivesse colocando em prática “um pouco de astúcia, através da qual procurava ele manter Pernambuco afastado não só de Portugal, como do grupo que desejava a independência do país, adotando-se a forma monárquica de governo”<sup>213</sup>.

Assim, compreendemos a política gervasista como uma defesa da autonomia provincial. Esta é uma das características presente em toda forma de funcionamento da junta, primeiramente na realização de reuniões que eram realizadas praticamente todos os dias úteis desde a sua fundação até 29 de outubro de 1821 registrando em ata suas deliberações e suas resoluções.

As decisões eram todas tomadas de forma “colegiada”<sup>214</sup>, ou seja, procedia-se a votação membro a membro. Em meio aos assuntos colocados em pauta quando não se chegava a uma resolução comum, adiava-se para uma sessão posterior. Além das decisões colegiadas, a junta gervasista recorria também ao que Denis Bernardes denominou de reuniões ampliadas, no qual era convocado o Grande Conselho para poder deliberar assuntos que a junta julgava não estar sob sua competência ou não querer arcar com a responsabilidade sozinha.

Essa forma de tomar as decisões de maneira negociada, autônoma foi utilizada em direção a todos os campos de poder: no governo local, com a corte lusitana e com o Regente D. Pedro. Uma medida inovadora tomada por esta junta, referia-se a prática de tornar pública todas às decisões e discussões além de convocar uma parcela da população para participar das mesmas, medidas que anteriormente eram reservadas aos gabinetes e decididas muitas vezes por uma única pessoa.

Gervásio Pires procurava assim trilhar um caminho entre duas alternativas (a Corte de Lisboa e a do Rio de Janeiro) que no momento eram tidas por excludentes, por isso tornou-se alvo de desconfiança e descrédito de ambas. Primeiramente, teve suas relações

---

<sup>213</sup>Idem, p. 32.

<sup>214</sup>BERNARDES, Denis Antonio de Mendonça. *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. São Paulo:HUCITEC: Fapesp; Recife, PE: UFPE, 2006 p. 409.

com a Corte de Lisboa sacudida por não autorizar o desembarque das tropas lusitanas comandadas por José Maria de Moura em terras pernambucanas, atitude decorrente das freqüentes animosidades entre brasileiros e portugueses, e posteriormente, seu apoio ao Fico<sup>215</sup> resultou em freqüentes acusações de hipocrisia pelas cortes lusitanas.

Subsequentemente, o abalo foi com a corte do Rio de Janeiro, esta que já era descrente com a junta por ser composta por revolucionários de 1817 foi agravada pela ação de uma facção denominada de unitários ou imperialistas que fazia oposição à Gervásio Pires acusando-o de querer implantar um governo republicano. A acusação de republicanismo era decorrente da postura do presidente da junta em relação aos decretos vindos desta mesma corte, como por exemplo, os de 16 de fevereiro e 3 de junho de 1821.

O primeiro decreto, o de 16 de fevereiro, referia-se a criação do Conselho de Procuradores Gerais das Províncias do Brasil, o qual tinha o objetivo de formar um conselho consultivo eleito pelas províncias, no entanto, a maior parte das províncias hesitou em apoiá-lo, pois temiam que o mesmo ao invés de consultivos tornasse deliberativo, ou seja, acatando e apoiando todas as decisões sob a influência dos ministros ao invés de manifestarem as vontades de suas respectivas províncias. Acrescenta-se ainda que Gervásio Pires considerou incompatível com as Cortes, uma vez que era um órgão administrativo e o príncipe regente não teria competência de modificar as decisões do Soberano Congresso.

O segundo, 3 de junho de 1821, correspondia à formação de uma Assembléia Geral Constituinte e Legislativa para compor a primeira Constituição brasileira. Neste tocante, o presidente da junta governativa alegando ter jurado o regime constitucional luso, afirma que apenas a província por meio do colégio eleitoral teria o poder de designar tais deputados. Para assim cumprir o decreto a Câmara de Olinda, segundo Evaldo Cabral de Mello, indicou a formação de uma constituinte pernambucana o que fazia assim pressupor a idéia de uma 'pátria pernambucana'. Proposta que endossava as acusações dos unitários de que a junta presidida por Gervásio Pires tinha pretensões republicanas.

Além de acusações a junta foi alvo de motins, fomentado pelos unitaristas Antonio de Menezes Vasconcelos Drumond, José Fernandes Gama, Bernardo José da Gama e José

---

<sup>215</sup>Corresponde ao dia 9 de janeiro de 1822 quando o príncipe regente D. Pedro de Alcântara desobedece as ordens da corte de retornar a Portugal, deixando-se ficar no Brasil.

de Barros Falcão. Eles atraíram as tropas e os senhores de engenho por meio de um discurso que consistia em dizer aquilo que as pessoas queriam ouvir, tudo isso para assim isolar a junta gervasista tornando-a fraca e depois depô-la do poder e garantir um regime monárquico-constitucional.

Para conseguir o apoio dos proprietários de terra, os unitaristas afirmavam que D. Pedro com o título de imperador e defensor perpétuo do Brasil, asseguraria a propriedade caso houvesse um levante da população de cor. Aos militares procurava garantir as confirmações das patentes, aos nativistas dizia que portugueses iriam ser escorraçados do Brasil. Mesmo com os atropelos unitaristas, Gervásio Pires conseguiu realizar a 16 de setembro de 1822 o pleito e eleger os treze deputados para a constituinte, dentre eles apenas quatro tinham participado da revolução de 1817 e os demais demonstravam uma posição política incerta contendo até corcundas.

Contudo, Gervásio Pires não conseguiu manter-se no poder e no mesmo dia do pleito foi alvo de um golpe liderado por Pedro Pedroso capitão da Artilharia que se auto-proclamou Governador das Armas. Este em conjunto com uma deputação formada por cinco membros Afonso de Albuquerque Maranhão (presidente), José Mariano de Albuquerque Cavalcanti, Francisco Paes Barreto, Francisco de Paula Cavalcanti e João Nepomuceno Carneiro da Cunha compôs a Junta dos Matutos.

A Junta dos Matutos era composta por senhores de engenho em sua maior parte da Zona da Mata Sul e por pessoas ligadas a estes cujas orientações políticas apresentavam-se como conservadoras e que viam a monarquia como uma boa proposta de governo. Ela era fortemente desacreditada pelos cidadãos, pois se consideravam mais conhecedores de política do que aqueles.

O período de governo da Junta dos Matutos foi caracterizado pela dubiedade de comportamento, ora demonstrando submissão ora oposição a D. Pedro. Isto é perceptível pelas atitudes da junta, das quais se ressaltam: a libertação dos adeptos de Gervásio que estavam presos em Olinda, o festejo em 12 de outubro em comemoração ao aniversário de D. Pedro, o juramento a causa do Brasil e a preparação dos deputados da província para a elaboração da Constituição de 1823.



Os unitaristas liderados por Lopes Gama sugeriram que a população pernambucana formulasse suas reivindicações e a junta decidiria as que levariam para o Rio de Janeiro, entretanto, a Junta dos Matutos decide convocar as câmaras municipais para estas elaborarem as propostas. Medida que foi imediatamente limitada pela corte do Rio de Janeiro, pois visava restringir o máximo o debate nacional e recomendava que os temas a serem discutidos circulassem em torno das necessidades de melhoramentos das províncias.

Mesmo assim, a província de Pernambuco formulou reivindicações de caráter plenamente descentralizador como: defesa da soberania provincial, respeito às bases liberais da constituição portuguesa, a formação de um colegiado de cinco membros para presidir o governo da província além destas, elegerem representantes para o Conselho de Estado situado no Rio de Janeiro dentre outras propostas. Estas pretensões foram contestadas pelos unitaristas, pois de acordo com estes a forma autoritária como eram propostas as reivindicações davam demonstrações de intenções federalistas.

Trilhando assim um caminho dúbio não se manteve por muito tempo no poder. Outro fator que contribuiu para abreviar a vivência da Junta dos Matutos foi a sua submissão ao Governador das Armas Pedro Pedroso.

### **3.2.1.3 - A PEDROZADA: O CONFLITO ARMADO**

Pedro da Silva Pedroso foi nomeado Governador das Armas no lugar do Tenente-Coronel Aleixo José de Oliveira, em 17 de setembro de 1822 até 28 de fevereiro do ano seguinte. O cargo foi criado pelas Cortes Constituinte de Lisboa e tinha sua função completamente independente do governo civil da província só devendo obediência a corte.

Ele assumiu o posto com apenas um mês de presença no Recife, após retornar de Portugal, isto havia acontecido segundo Barbosa Lima Sobrinho porque Pedroso havia sido aliciado por Bernardo José da Gama para participar do seu “partido”, os monarquistas unitaristas. A união de Pedro Pedroso com este grupo político não foi difícil de acontecer, porque segundo aquele mesmo autor este militar apesar de “desfrutar a fama de patriota

abnegado”<sup>216</sup> estava ressentido com Gervásio Pires governador da junta anterior a dos Matutos, pelo fato deste só ter lhe oferecido o cargo de comandante da Artilharia, função considerada inferior.

Mas o que se percebe pela historiografia e pelas fontes era que o apoio de Pedroso era requisitado por ambos os partidos presentes na província tanto o monarquista quanto os republicanistas devido a sua popularidade entre as pessoas negras, pardas e mestiças. De acordo com Luiz Geraldo Silva, Pedro da Silva Pedroso era um hábil manipulador de identidades tanto políticas quanto étnicas, pois eram freqüente reuniões na casa de Pedroso na qual estavam presente “uma grande corja de cabras e negros jantando com o dito Pedroso à mesa”<sup>217</sup>, ou mesmo encontrá-lo rodeado de gente negra nas festas populares como a da Estância onde ele foi visto “em uma das palhoças, rodeados de pretos e pardos, comendo, bebendo e ouvindo cantar, com uma negra sentada no seu colo [dizendo] Sempre estimei esta cor, é a minha gente”<sup>218</sup>. Apoiado por populares e militares destituiu a junta de Gervásio e a substituiu por outra, a Junta dos Matutos.

A condição de Governador das Armas implicava assumir uma função autônoma em relação ao governo civil e obedecendo apenas as ordens de Lisboa, no entanto, quando Pedro da Silva Pedroso assumiu o comando não prestava obediência a nenhuma das cortes. Ele tomava decisões como prender, soltar e executar pessoas sem a menor comunicação à junta além de conceder e retirar autoridades militares.

A carta escrita pelo “Hum Pernambucano Amigo da Verdade” comenta que Pedroso havia mandado prender 162 europeus e mandado formar uma comissão para reconhecer os crimes destes, contudo após dias de reuniões, esta bancada concluiu não haver delito algum e ordenou a soltura dos mesmos. Paralelamente, o mesmo governador deixava impunes atitudes de insubordinações militares como a realizada por um grupo da artilharia que em número de trinta foram até o palácio do governo para reclamar o pagamento de seus soldos, como também, o alferes Jozé Francisco do Espírito Santo Lanoia que aos gritos e a com espada desembainhada “apresentar-se quase defronte da porta da sala aonde estava em

---

<sup>216</sup>MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Ed. 34, 2004, p.121.

<sup>217</sup>COSTA, F. A. Pereira da. *Anais Pernambucanos: 1818-1823*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1958 p. 415.

<sup>218</sup>SILVA, Luiz Geraldo. Negros patriotas. Raça e identidade social, formação do Estado Nação (Pernambuco, 1770-1830) In JANCSO, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo – Ijuí: Hucitec-Fapesp, 2003, p.517.

secção a Junta Provisória o Governo, e gritar com ar ameaçador que vinha saber si a mesma Excelentíssima Junta o reconhecia ou não por alferes com soldo, que caso contrário haveria uma grande Bernarda, que deitaria tudo por terra (...)”<sup>219</sup>.

O estopim para deflagração do movimento aconteceu quando o governador das Armas, Pedro Pedroso deu ordens de prisão ao segundo tenente de artilharia paga Manoel Alexandre Taveira que havia chegado ao palácio do governo acompanhado de uma bateria de Porto de Galinhas a mando da Junta dos Matutos para tratar de serviço, o qual o mesmo oficial não especifica na sua declaração à devassa. A junta do governo recusando a deliberação de Pedroso não permite a prisão do tenente, postura que diante de um oficial pardo que havia destituído o governo anterior e agia de maneira independente, foi considerado como uma afronta e até mesmo uma ameaça, visto que, poderia ser retirado do comando após os intentos dos governantes de chegarem ao poder da província.

Assim, Pedro Pedroso saiu do palácio em direção ao quartel de artilharia e retornou com três peças de campanha posicionadas na direção do palácio do governo ameaçando colocá-lo abaixo caso sua ordem de prisão não fosse cumprida. Acrescenta-se paralelamente, as ameaças do mesmo oficial acusando os administradores da província de republicanismos e por quererem acabar com a religião. As atitudes tomadas por Pedroso fizeram com que a junta governativa solicitasse sua demissão o que resultou numa sedição com teor político, mas principalmente social e étnico.

A sublevação tomou essas características devido a sua base de apoio, ou melhor, o reduto no qual o governador das Armas se fortalecia, os populares dos bairros de São José e Afogados, composto quase totalmente por mulatos, negros e mestiços pobres livres e libertos além dos dois batalhões de caçadores, o esquadrão de cavalaria de primeira linha, o batalhão dos Bravos da Pátria, os Monta Brechas, os Intrépidos, alguns milicianos e todas as guerrilhas. A Pedrosada tomou as ruas da Ilha de Santo Antônio, das quais se destacam: Rua São Francisco, Rua da casa da Cadeia, o Beco do Ouvidor, Rua Florentina, Rua do Hospital do Paraíso, o segundo Beco da Rua Nova de quem vem da Ponte da Boa Vista, no primeiro Beco da Rua Matriz e na Rua do Cabugá nos dias 21, 22 e 28 de fevereiro de 1823.

---

<sup>219</sup>Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco. Vol. XIII, Dezembro de 1908, n° 74, p. 425.

De acordo com o Cirurgião Jerônimo Vilela, testemunha na devassa aberta sobre esta sedição afirma que Pedroso “se encaminhava a apossar-se da província e fazer com que na mesma se renovasse as terríveis senas de São Domingos”<sup>220</sup>. O comentário do cirurgião revela-nos em primeiro lugar o temor já comentado por João José Reis de uma haitianização, neste caso da província de Pernambuco, medo que não infundado, pois sob o comando de Pedroso a população negra e parda, civil e militar pegaram em armas e enfrentaram as tropas comandadas pela junta expressando forte resistência e assenhoreando-se das ruas para poder manter o seu representante no poder. Como assim nos descreve o Dr. Desembargador e Ouvidor-Geral do Crime da Relação de Pernambuco Antônio José Osório de Pina Leitão:

“[...] no primeiro [dos dias] dos quais se viu atacado por peças de artilharia, e bloqueado o Palácio onde estava a Junta Provisória no exercício de suas funções; no segundo se presenciou a não menos hostil que revolucionária irrupção que fizeram sobre esta desgraçada Praça, com estrondo de artilharia e mosquetaria, turbas de facciosos, que se haviam ido se fazer fortes no lugar dos Afogados, [...]; sucedendo no terceiro aquele combate sangüinário e aquela resistência revoltosa, de que os mesmos facciosos, apoderados da Fortaleza do Brum, do Campo do Erário, dos quartéis de artilharia, e da artilharia mesma lançaram mão para se oporem a ferro e fogo às tropas que acompanhavam a Junta do Governo”<sup>221</sup>.

Longe de ser uma simples “massa de manobra”, revelava-se como um grupo politizado que sabia o tipo de governo e qual governante queriam, constituindo assim uma identidade de projeto, ou seja, “quando atores sociais utilizando-se de qualquer tipo de material ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de reduzir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura da sociedade”<sup>222</sup>. Foi o caso da pretensão deste conflito étnico, pois se informando dos processos revolucionários que estavam acontecendo fora da América portuguesa, buscaram por meio da violência e do extermínio a formulação de um governo de pessoas negras, mestiças e mulatas.

O sistema político almejado seria um império composto de negros e governado por Pedro da Silva Pedroso. Segundo Martinho de Souza Bandeira afirmava ter ouvido dizer por Jozé Ricardo comandante do corpo de guerrilha das Cinco Pontas que:

<sup>220</sup>COSTA, F. A. Pereira da. Op. Cit. p. 419.

<sup>221</sup>Idem, p. 411.

<sup>222</sup>CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura* vol. II O poder da Identidade. 6ª Ed. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2008, p. 24.

“[...] que elle Pedroso se podia fazer um segundo imperador nesta provincia, [...] o fim a que se propunha aquelle Ex-Governador era de levantar-se com todos os negros e mais gente de cores que lhe incorporasse, fora aqueles com quem já contava, e estabelecer, com ruína e exclusão total dos brancos, o systema da Ilha de S. Domingos”<sup>223</sup>.

Frases de repúdio, desconfiança e idealização de um novo governo eram dito pelos populares confirmando tal afirmativa “não se fiasse mais nos caiados, e que êle Pedroso era o pai da Pátria”<sup>224</sup>. Não se poderia confiar nem nos republicanos nem nos unitaristas, apenas no ex-governador da armas.

Contudo, apesar do poderio bélico e do contingente favorável à sedição, esta última não resistiu por muito tempo porque segundo Socorro Ferraz, Pedroso tinha o poder, mas não governava, uma vez que não conseguia se legitimar. Para isso fazia-se necessário o reconhecimento das câmaras municipais de Olinda e Recife, entretanto, a primeira não respondia suas solicitações para eleger uma nova junta e a segunda procurava promover o apoio das demais câmaras da provincia para reunir homens e marchar para “soccorem esta praça na orfandade de seu Governo legitimo, e a qual estava abandonada de forças”<sup>225</sup>.

A postura de Pedroso pode parecer contraditória, pois como queria implantar um governo imperial de negros e pardos legitimando-se numa instituição de brancos e caiados? Isto decorre, porém da situação política da provincia que praticamente se autogovernava e agia evitando a intervenção das cortes do Rio de Janeiro como de Lisboa devido a guerra de separação. Além disso, o próprio Pedroso se colocava em meio aos negócios de brancos e de pretos e naquele momento a câmara representava a vontade da provincia, ou melhor, do povo de Pernambuco e não de um grupo étnico específico.

Sem apoio, com a tropa insatisfeita Pedroso, pede demissão do cargo de governador das armas interinamente alegando doença. Paralelamente, a Câmara do Recife convoca o coronel José Ignacio Alvez para fazer cessação das armas e rondas com o corpo de ordenanças. Inesperadamente irrompe novamente o conflito armado o qual Pedroso e sua

<sup>223</sup> LEITÃO, Dr. Dezembargador e Ouvidor Geral do Crime da Relação Antônio José Osório de Pina. Auto da Devassa da Sedição de 1823.v. XIV, nº 77 Recife: *Revista do Instituto Archeológico Histórico e Geographico de Pernambuco*, Setembro 1909, p.407.

<sup>224</sup> COSTA, F. A. Pereira da. Op. Cit. p. 413.

<sup>225</sup> *Revista do Instituto Archeológico Histórico e Geográfico de Pernambuco*. Op. Cit. p. 562.

tropa de negros, mulatos, forros e cativos se apoderam do cofre do Trem de Guerra: “tudo era huma confusão nesta Praça, e não se esperava o momento da mais cruel desgraça”<sup>226</sup>.

Mediante a situação do Recife a Câmara se propõe a chamar o Governador das Armas, o qual comparece e logo após “fez-lhe uma falla tão tocante, acompanhada de energia e doçura, que a Féra se converteu a tudo quanto a Camara lhe ordenasse”<sup>227</sup>. Todavia a fala foi mais enérgica do que doce, visto que, a mesma estava cercada pelo esquadrão de cavalaria, desta forma foi Pedro Pedroso preso e enviado para o Rio de Janeiro.

Porém sua saída não significava a pacificação da população negra, parda e mestiça, pois este grupo populacional continuou ativo nos demais movimentos políticos do período, como no movimento comandado por Emiliano Benício Mundurucu um ano após a Pedrosada como também, nos que se seguiram no ano de 1831 denominados de Setembrizada e Novembrada. No primeiro percebe-se ainda nítido como tema central a etnicidade, enquanto nos dois últimos são mais enfáticos a condição social.

### 3.2.2 – LEVANTAMENTO GERAL DOS HOMENS NEGROS E PARDOS CHEFIADOS PELO MAJOR EMILIANO FILIPE BENÍCIO MUNDURUCU

Um ano e quatro meses depois do declínio da Pedrosada irrompe nas ruas do bairro de Santo Antônio outro conflito motivado por questões étnicas liderado pelo major Emiliano Filipe Benício Mundurucu comandante do batalhão de homens pardos. O movimento eclodiu no dia 22 de junho de 1824 e apresentava nitidamente o objetivo de “imitar em Pernambuco (...) os fatos ocorridos no Haiti”<sup>228</sup>.

As pretensões tornaram-se visíveis porque seu líder publicou uma proclamação incendiária que continha seus anseios, a qual não perdurou até aos dias de hoje, contudo, uma esquadra também divulgada em conjunto com a declaração que nos permite ter uma idéia do que ele queria implantar:

“Qual eu imito a Cristóvão  
Ésse mortal haitiano,  
Eia! Imitai ao seu povo,

<sup>226</sup> Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco. v. XIII, Dezembro de 1908, nº 74, p.582.

<sup>227</sup> Idem. Ibidem.

<sup>228</sup> COSTA, F. A. Pereira da. Anais Pernambucanos v. IX: 1824-1833. Recife: Arquivo Público Estadual, 1958, p. 61.

Ó meu povo soberano!”<sup>229</sup>

Para a execução deste intuito, Benício Mundurucu planejava atacar o bairro comercial do Recife e posteriormente executar os brancos.

Para arregimentar o apoio de outros militares como o de Agostinho Bezerra Cavalcante e Souza, comandante do batalhão dos homens pretos e responsável pelo policiamento da vila, justificava que seu objetivo era vingar-se da ação dos Morgadistas, os partidários do Morgado do Cabo, governador da província indicado pelo imperador D. Pedro I, por ter assaltado e assassinado os praças que estavam no posto de registro do porto pelas forças do bloqueio do porto do Recife comandado pelo almirante Tylor. Aquele militar, Agostinho Bezerra, ao saber dos verdadeiros fins se opôs ao plano de Benício Mundurucu afirmando que “enquanto eu comandar os meus pretinhos hei de opor-me a semelhante barbarismo, a semelhante atentado”<sup>230</sup>.

As duas forças, a de pardo e a de pretos e mais os populares, se encontraram na Rua Nova e sem conflito se dispersa a maior parte, fato decorrente da ação de Agostinho Bezerra, pois por meio da persuasão desmobilizou a maior parte dos amotinados e os que ainda continuavam com o intuito saíram ao longo do caminho no retorno para o quartel da Rua do Hospício atirando e alarmando a população. Nesta insurreição podemos destacar dois pontos: o primeiro corresponde a Emiliano Benício Mundurucu que durante a Pedrosada não teve participação e chegou a depor como a décima primeira testemunha dos acontecimentos na devassa elaborada pelo desembargador Antonio Jozé Ozório de Pina Leitão detalhando os nomes dos envolvidos bem como suas ações; o segundo corresponde à punição de pena de morte recebida por Agostinho Bezerra pelo envolvimento na Confederação do Equador, e mesmo tendo a junta de comércio do Recife tido apresentado uma súplica em seu favor.

A ênfase naquelas duas questões corresponde: a manutenção de implantação de um governo monárquico negro, enquanto as elites da província estavam em conflito, ou seja, desenrolava-se a Confederação do Equador republicanistas versus monarquistas e pelo fato da população negra e mestiça apoiar um líder, seja ele Pedro Pedroso ou Benício Mundurucu. A outra se refere a decisão do Imperador em executar rapidamente Agostinho Bezerra em contradição ao Conselho de Estado que opinou pelo perdão, neste caso

<sup>229</sup> COSTA, F. A. Pereira da. *Anais Pernambucanos v. IX: 1824-1833*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1958, p. 60.

<sup>230</sup> Idem. p. 60.

podemos concluir que foi uma decisão que refletia a postura absolutista de D. Pedro e principalmente a ação bem como a influência deste militar perante a população que naquele momento tomava partido do grupo contrário ao do imperador, ou seja, para o Estado com forte tendência absolutista deixar vivo um líder negro e militar significava deixar iminente a uma reação um inimigo da ordem prestes a agir e arregimentar uma poderosa força contra o sistema.

Assim a pena foi executada e Agostinho Bezerra foi enforcado no dia 21 de março de 1825, contudo antes sofreu a amarguras da prisão num calabouço escuro e incomunicável. Pereira da Costa insinua que foram proporcionados a este militar meios para fuga, entretanto, ele recusou “a tais favores para manter ilesa a sua honra e a sua reputação”<sup>231</sup>. E diferentemente do caminho seguido pelos chefes políticos pardos, o militar negro Agostinho Bezerra foi para o patíbulo situado no largo nas Cinco Pontas no bairro de São José de onde se atirou da escada praticando assim a ação de vítima e algoz.

### 3.2.3 SETEMBRIZADA

A setembrizada consistiu em um motim militar que irrompeu no Recife nos dias 14, 15 e 16 de setembro do ano de 1831, motivados por insatisfações concernentes aos rigores disciplinares como os castigos físicos e o toque de recolher. Segundo a pequena historiografia, que se limita a produção de Manuel Correia de Andrade<sup>232</sup>, alguns fatores contribuíram significativamente para o aumento da disciplinarização como: a abdicação de D. Pedro I, o atraso no pagamento dos soldos e a distribuição de moedas falsas.

A renúncia de D. Pedro I poderia estimular as animosidades entre brasileiros e portugueses tão freqüentes na província de Pernambuco, todavia para evitar a emergência desta inimizade foi necessário aumentar o controle, bem como, a vigilância da população que sofria mais diretamente com a dominação lusitana, os militares pardos e negros. A precaução foi imprescindível por causa do contexto que estava sendo vivenciado naquele momento, ou seja, a saída da cena política brasileira, do líder que representava aquele domínio português, as prisões, os castigos e os assassinatos recentes ordenados aos

---

<sup>231</sup>Idem. p. 158/159.

<sup>232</sup>ANDRADE, Manuel Correia de. *Movimentos nativistas em Pernambuco: Setembrizada e Novembrada*. Recife: UFPE, 1998.



pernambucanos que tinham se envolvidos nos movimentos políticos do início do século XIX.

Somados ao atraso e ao pagamento dos soldos em moedas falsas aqueles militares poderiam aglutinar forças para o aparecimento de conflitos ou manifestações de apoio ou repúdio aquele governante. Assim o governador das Armas, Francisco de Paula e Vasconcelos, imprimiu rigor no horário de revista à tropa e o fechamento dos portões dos quartéis às oito horas da noite, o não cumprimento resultava em castigos físicos e prisões.

De acordo com o Diário de Pernambuco do dia 19 de setembro de 1831 os soldados de todos os batalhões de primeira linha da praça do Recife haviam:

“sem premeditação, sem combinações, e só por princípios de infame vingança (...) se suscitou a desordem pelas nove horas da noite referida 14 do corrente no quartel do Batalhão 14, já distinto pelos seus atos de insubordinação”<sup>233</sup>.

Os soldados, de acordo com o capitão José Maria Idelfonso Jácome da Veiga Pessoa do quarto corpo de artilharia estavam: “amotinados, na mais terrível anarquia, e fazendo fogo avulso, gritavam: ‘Fora os colonos; Fora o castigo de espada; Fora o brigadeiro; Fora os marinheiros; Viva o Sr. D. Pedro segundo; Vivam os brasileiros”<sup>234</sup> assenhorearam-se do Erário e da munições lá contidas.

Numa narração publicada no Rio de Janeiro e presente na revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco os praças reuniram-se no bairro de Santo Antônio “aos gritos descompassados de diferentes vivas e morras, espalharam-se pela cidade, cujos pacíficos habitantes espavoridos por um sucesso repentino e inesperado nada obravam, e começaram a roubar com a maior desvergonha algumas lojas e vendas”<sup>235</sup>. Esta continua afirmando que eles passaram a noite dedicando-se a “consternação e susto”<sup>236</sup> e no dia seguinte juntaram-se a uma força que foi reunida em Afogados pelo governador das armas para reprimir a sedição e mais alguns escravos e populares e continuaram os assaltos as lojas.

<sup>233</sup>COSTA, F. A. Pereira da. *Anais Pernambucanos v. IX: 1824-1833*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1958, p. 427.

<sup>234</sup>Idem. *Ibidem.*, p. 427.

<sup>235</sup> *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco*. v. X, Março de 1902, nº56, p.79/80.

<sup>236</sup>Idem. p.80.

No terceiro dia, 16 de setembro, com grande parte dos soldados e dos populares debandando houve uma reunião de tropas favoráveis ao governador das armas em Boa Viagem e Boa Vista, foram assassinados e aprisionados muitos sediciosos. Assim, podemos perceber a setembrizada como um movimento picaresco<sup>237</sup> no sentido de que são espertos, ou seja, eles se aproveitam das oportunidades surgidas, com escassa ou nenhuma reflexão sobre as conseqüências uma vez que os azares e os imprevistos não podem ser evitados, para poder impor seu domínio nos momentos de insurreição direta, a qual por não ter tido um planejamento prévio teve pouca durabilidade.

Segundo pereira do Costa foram 300 sediciosos mortos, 800 presos em embarcações e enviados para Fernando de Noronha e um total de 9 lojas e 4 tavernas pilhadas no bairro do Recife, 33 lojas e 21 tavernas em Santo Antônio e 3 tavernas na Boa Vista. Uma agitação causada mais pelas condições sociais em que viviam aqueles soldados da tropa de linha.

### 3.2.4 NOVENBRADA

A novembrada foi uma quartelada militar que irrompeu na Fortaleza das Cinco Pontas no bairro de São José na vila do Recife em 1831. Assim como a setembrizada apresenta uma pequena historiografia que se limita a produção de Manuel Correia de Andrade<sup>238</sup>, este nos fornece uma interpretação de que o intuito dos amotinados reunidos naquela fortaleza consistia em fazer uso do direito de petição para realização de algumas exigências como: a expulsão da província e dos cargos públicos de pessoas consideradas absolutistas, a extinção de sociedades estrangeiras, banimento de portugueses solteiros considerados inimigos da pátria e por fim o recolhimento das armas de fogo que estivessem sob o poder de lusitanos.

Diferentemente de Manoel Correia de Andrade interpretamos que o objetivo dos militares consistia em utilizar a petição como um meio, ou melhor, um mecanismo para retirar da província seus opositores, os portugueses. A representação não consistia o fim

---

<sup>237</sup> THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das letras, 1998, p.21.

<sup>238</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. Op. Cit.

último, mas neste caso como nos anteriores a questão étnica era que estava no centro do conflito, pois em todos os seis pontos de reivindicação giravam em torno do afastamento dos portugueses do poder da província, ou seja, das funções públicas, do comércio e das armas.

O momento demonstrava-se ser o ideal, uma vez que o imperador abdicou do trono em nome do filho que era brasileiro. Contudo é importante destacar que no interior da província não convinha reascender os ânimos e instaurar a instabilidade porque ela estava sendo administrada justamente por Francisco de Carvalho Pais de Andrade que era associado ao grupo favorável ao federalismo, autonomia provincial e que já havia participado da revolução de 1817 e a Confederação do Equador.

Porém sem ser atendidos em suas reivindicações e a rápida ação do governo em promover a debelação do motim, o movimento enfraqueceu e seus líderes, o capitão Antonio Afonso Viana e o tenente João machado Magalhães foram presos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar a participação dos militares negros e pardos em parceria com os populares nos conflitos étnicos e sociais na província de Pernambuco no início do século XIX. O período foi marcado pelos últimos anos da estrutura militar fundada no período colonial e alicerçada no tripé: Topa de Linha, Milícias e Ordenanças. Nesse espaço de tempo, os governos que administraram a província, sejam eles rebeldes ou realistas, realizaram mudanças apenas a nível quantitativo com o objetivo de arregimentar pessoas para os seus partidos.

Em decorrência das transformações políticas vivenciadas pelo Brasil nesses primeiros trinta anos – a vinda da corte portuguesa para o Brasil, tornando-o o centro do império ultramarino lusitano, a elevação deste a categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves e a independência política brasileira – os conflitos étnicos e sociais que atingiam os diversos grupos sociais tornaram-se mais evidentes e possibilitaram a formação de uma identidade política nas camadas populares permitindo a elas ingressarem nos acontecimentos do período demonstrando suas insatisfações e amarguras. Por meio das descrições deixadas pelos viajantes europeus, como Henry Koster, Louis-François de Tollenare e Maria Graham, procuramos destacar a situação conflitual desta sociedade, bem como os elementos naturais que foram vistos por aqueles expedicionários como exuberantes e os quais contribuíram para a população como símbolos e meios para a contestação política.

Nos relatos provenientes daqueles viajantes percebemos que a condição étnica e social consistia num motivo para intensificar o controle e a vigilância por parte do governo lusitano sobre a população negra, mestiça e parda considerada como perigosa e até mesmo um inimigo interno em constante potencial de luta. No meio militar este controle e vigilância recebeu a denominação de disciplina, que buscava por meio do exercício e observação extrair do soldado a maior eficácia, submissão, no menor espaço de tempo, enquanto que no meio civil procurou dificultar os ajuntamentos deste grupo populacional nas tavernas, nas fontes d'água bem como vigiar e determinar os horários das feiras, ou melhor, o comércio da população livre, liberta e cativa, para impedir sua socialização e solidariedade nos momentos de confronto armado.

A disciplinarização almejou assim por meio de um método rígido, denso, constante e meticuloso transformar um aglomerado de pessoas confusas, dispersas, sem utilidade e ao mesmo tempo perigosa em um conjunto organizado e sistematizado. Todavia a tentativa implantação deste sistema não se deu de forma pacífica e submissa, pois a população negra, parda e mestiça resistiu por meio indiretos, ou seja, sem o uso da violência ou confronto armado como: a elaboração de poemas, do uso de símbolos da monarquia lusitana e no planejamento de revoltas.

Porém, a forma mais freqüente foram as revoltas, os motins, as sedições, os saques, pois mesmo estando a população negra, parda e mestiça sob forte controle e disciplina pôde se reunir, mesmo em curto espaço de tempo, para tentar colocar em prática seu projeto de futuro onde teriam maior participação, diferenciando-se assim do sistema vigente onde ficavam à margem. Assim, percebemos que este grupo populacional não esteve alheio as discussões nem tão pouco serviram como “massa de manobra” para as elites provincianas, muito pelo contrário, agiram, questionaram e principalmente fomentaram uma alternativa política própria.

## FONTES & REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### FONTES MANUSCRITAS E IMPRESSAS

AHU - Arquivo Histórico Ultramarino, caixa 230, **Documento nº 15556.**

**Atestação de Francisco de Campos Limpo.** Lisboa 04 de Janeiro de 1756. Arquivo Histórico Ultramarino. Minas Gerais. Cx. 79, Doc. 15. Apud: COTTA, Francis Albert. *Negros e mestiços nas milícias coloniais Ibero-Americanas: a serviço do rei, dos poderosos locais e de próprios.*

**Arquivo Nacional, códice 64, vol 21, f. 31v.** Apud: SALGADO, Graça (ORG.). *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial.* 2ªEd. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

APEJE - Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano. **Ofício de Caetano Pinto ao Conde de Aguiar.** Recife 02 de Julho de 1810. Correspondência da Corte 1808-1817, Livro 69, f. 47-48. In LEITE, Glacyra Lazzari. *Pernambuco 1817: estrutura e comportamentos sociais.* Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1988.

CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. **Obras políticas e literárias.** Tomo II Recife: Typografia Mercantil, 1972.

COSTA, F. A. Pereira da. **Anais Pernambucanos v. I: 1493 - 1590 .** Recife: Arquivo Público Estadual, 1958.

COSTA, Francisco Augusto pereira da. **Anais Pernambucanos v. VII (1795-1817).** Recife: Arquivo Público Estadual de Pernambuco, 1958, v. VII.

COSTA, F. A. Pereira da. **Anais Pernambucanos v.VIII: 1818 - 1823.** Recife: Arquivo Público Estadual, 1958.

COSTA, F. A. Pereira da. **Anais Pernambucanos v. IX: 1824 - 1833.** Recife: Arquivo Público Estadual, 1958.

Documentos Históricos. **Decreto do governo provisório regulamentando o soldo dos militares e capelães da tropa pernambucana,** 8 de março de 1817. v.CI.

**Documentos Históricos,** vol. 79 p. 62-64.

Documentos Históricos. **Carta de Bernardo Luiz Ferreira Portugal aos reverendos párocos do Bispado de Pernambuco remetendo-lhes pastorais e editais para serem publicadas,** Olinda 11 de março de 1817. v.CI.

ESTADO DE PERNAMBUCO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA. Pernambuco no movimento da independência: **correspondência oficial do Governo da Província de Pernambuco, entre agosto e outubro de 1821**. Recife 1973.

GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

KOSTER, Henry. **Viagem ao Nordeste do Brasil**. 12ª ed. Rio de Janeiro - São Paulo - Fortaleza: ABC Editora, 2003.

LEITÃO, Dr. Desembargador e Ouvidor Geral do Crime da Relação Antônio José Osório de Pina. **Auto da Devassa da Sedição de 1823**.v. XIV, nº 77 Recife: Revista do Instituto Archeológico Histórico e Geographico de Pernambuco, Setembro 1909.

**O Harmonizador**, de 31 de março de 1832 Apud: ANDRADE, Manoel C. de. Movimentos nativistas em Pernambuco: setembrizada e novembrada. Recife: UFPE.

MONTENEGRO, Caetano P. **Offício**. Apud: TAVARES, Francisco Muniz. História da revolução de Pernambuco de 1817. 3ªEd. comemorativa do 1º centenário. Recife: Imprensa Industrial, 1917.

**Regulamento para o Exército, disciplina dos Regimentos de Cavalaria dos Exércitos de Sua Majestade Fidelíssima pelo Conde Reinante de Schaumburg Lippe, Marechal General**. Anno de 1768.

**Relação das Instruções**, RIHGB,35, ptI, 1872, p. 227-236. Apud: MAXWELL, Kenneth: Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

**Revista do Instituto Arqueológico Histórico Geográfico de Pernambuco**. v. XI, ns. 61-64, 1904.

**Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco**. v. XIII, Dezembro de 1908, nº 74.

Soldado do Regimento de Artilharia, **Arquivo Histórico Ultramarino, 1806, código Nº1528, nº1**.

TAVARES, Francisco Muniz. **História da Revolução de Pernambuco em 1817**. 3ª Ed. Recife: Imprensa industrial, 1917.

TOLLENARE, Louis- François de. **Notas dominicais**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Cultura, 1978.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Movimentos nativistas em Pernambuco: Setembrizada e Novembrada**. Recife: UFPE, 1998.

BARREIRO, José Carlos. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência**. São Paulo: Editora ENESP, 2002.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da História: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador: e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BERNARDES, Denis Antonio de Mendonça. **O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822**. SÃO Paulo: HUCITEC: Fapesp; Recife: UFPE, 2006.

BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CARVALHO, Marcus J. M. de. O encontro da “soldadesca desenfreada” com os “cidadãos de cor mais levianos” no Recife em 1831. In **CLIO**, Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. N 18. Recife: UFPE, 1999.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850**. Ed. Universitária da UFPE, 1998.

CASCUDO, Luis da Câmara. Prefácio do tradutor: Henry Koster que sonhei. In KOSTER, Henry. **Viagem ao Nordeste do Brasil**. 12ª ed. Rio de Janeiro - São Paulo - Fortaleza: ABC Editora, 2003.

CHAOULOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, ROGER. A História hoje: dúvidas, desafios, propostas. In **Revista de Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 7, nº13, 1994.

COSTA, Edlúcia da Silva. **As agruras e aventuras dos recrutados no Recife (1822-1850)**. Recife: UFPE (tese de dissertação), 2002.

FERRAZ, Socorro. **Liberais e liberais: guerras civis em Pernambuco no século XIX**. Recife Editora Universitária UFPE, 1996, p. 177.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: História das violências nas prisões**. 30ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOMES, José Eudes Arrais Barroso. **As milícias D'el Rey: Tropas militares e poder no Cará setecentista**. Niterói: Dissertação (mestrado) Universidade Federal Fluminense, 2009.



HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-modernidade**. 11ªEd. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KRAAY, Hendrk. "Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos": o "recrutamento de escravos na guerra da independência na Bahia. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22 nº43 2002.

LEITE, Glacyra Lazzari. **Pernambuco 1817: estrutura e comportamentos sociais**. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1988.

LIMA, Oliveira. Notas In: TAVARES, Francisco Muniz. **História da revolução de Pernambuco em 1817**. 3ªed. Recife: Imprensa industrial, 1917.

MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. IN FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MACHADO, Teobaldo. **As insurreições liberais em Goiana**. Recife: FUNDARPE, 1990.

MAGALHÃES, João Batista. **A evolução Militar do Brasil**. 3ªEd. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2001.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo**. Rio de Janeiro Paz e Terra, 1996.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada: guerra e açúcar no nordeste, 1630-1654**. 2ªed. Rio de Janeiro: Topbookss 1998.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824**. São Paulo: Ed. 34, 2004.

MENDES, Fabio Faria. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX. In: **Nova, história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

MOTA, Carlos G. Idéias de Brasil: formação e problemas (1817-1850). In MOTA, Carlos G. (org.). **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500 – 2000)**. 2ªEd. São Paulo: SENAC, 2000.

MOTA, Carlos Guilherme. **Idéia de Revolução no Brasil 1789 -1801**. Petrópoles: Vozes, 1979.

O. , Eduardo Perez. **Guerra irregular em La América Meridional S.S. XVIII – XIX: ensayo de Historia Social Comparada com España y La Nueva Granada**. Tunja: Academia Boyacense de Historia Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia, 1994.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império relatos de viagem e transculturação**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatayh. **História e História Cultural**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PUNTONI, Pedro. A arte da Guerra no Brasil: tecnologia e estratégia militares na expansão da fronteira americana (1550-1700). In CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org.). **Nova, história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

QUINTAS, Amaro. A agitação republicana no Nordeste. In: HOLANDA, S. Buarque de (ed). **História Geral da civilização brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1965.

ROSAVALON, Pierre. **Por uma história conceitual do político**. Revista brasileira de História N15, Vol. 30, 1995.

SHARPEE, Jim. A História vista de baixo. In BURKE, Peter. **A escrita da História: nova perspectiva**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005.

SILVA, Kalina Vanderlei. **O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial: militarização e marginalidade na capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001.

SILVA, Luis Geraldo. O avesso da independência: Pernambuco (1817-24) In MALRBA, Jurandir (org.). **A independência brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro Editora FGV, 2006.

SILVA, Luiz Geraldo. Negros patriotas. Raça e identidade social, formação do Estado Nação (Pernambuco, 1770-1830) In JANCSÓ, István (org.). **Brasil: formação do Estado e da Nação**. São Paulo – Ijuí: Hucitec-Fapesp, 2003.

SOBRINHO, Barbosa Lima. **Pernambuco da independência à Confederação do Equador**. 2ª Ed. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1998.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

# **ANEXOS**

## ANEXO I



Imagem do busto de François-Louis de Tollenare. Fonte: TOLLENARE, Louis- François de. **Notas dominicais**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Cultura, 1978, p. 01.

## ANEXO II

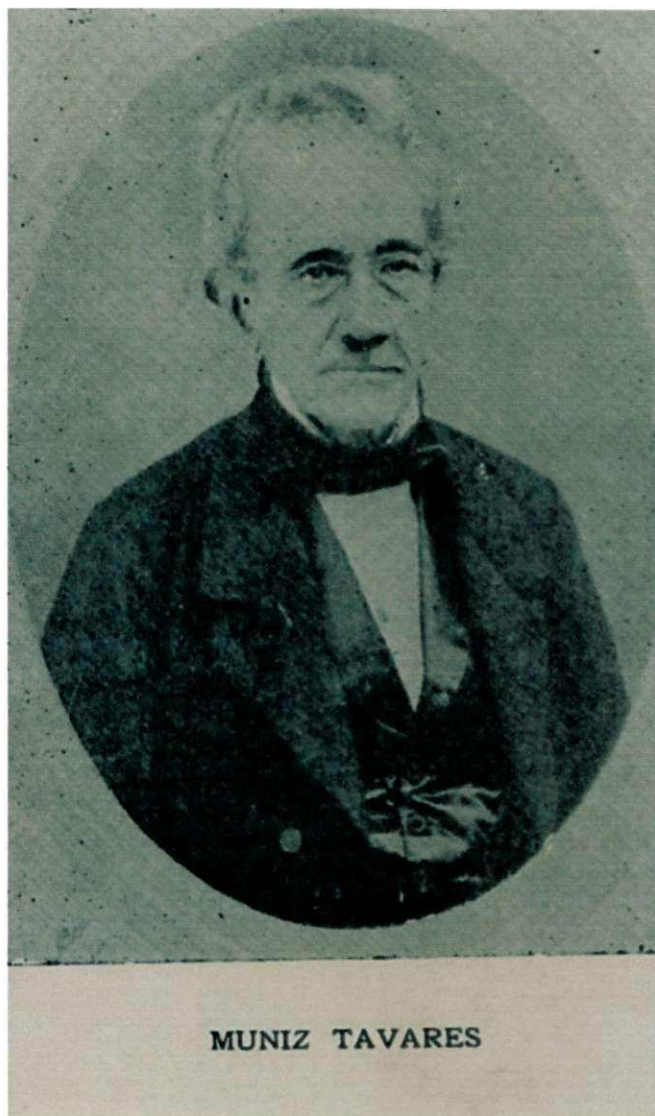


Imagem de Francisco Muniz Tavares. Fonte: TAVARES, Francisco Muniz. **História da Revolução de Pernambuco de 1817**. 3ªEd. Comemorativa do 1º centenário. Recife: Imprensa Industrial, 1917, p. 01.

## ANEXO III

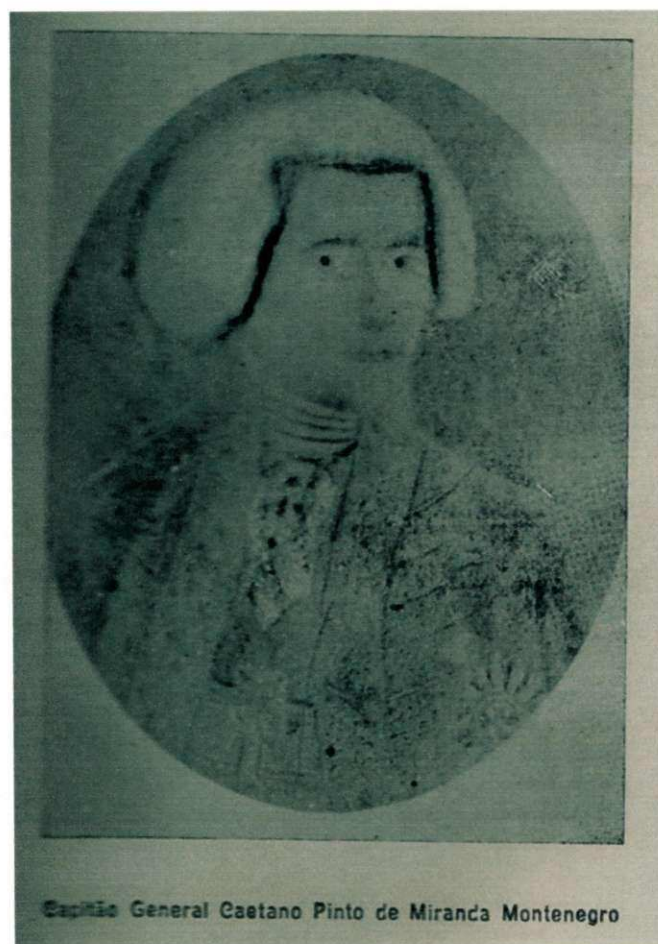
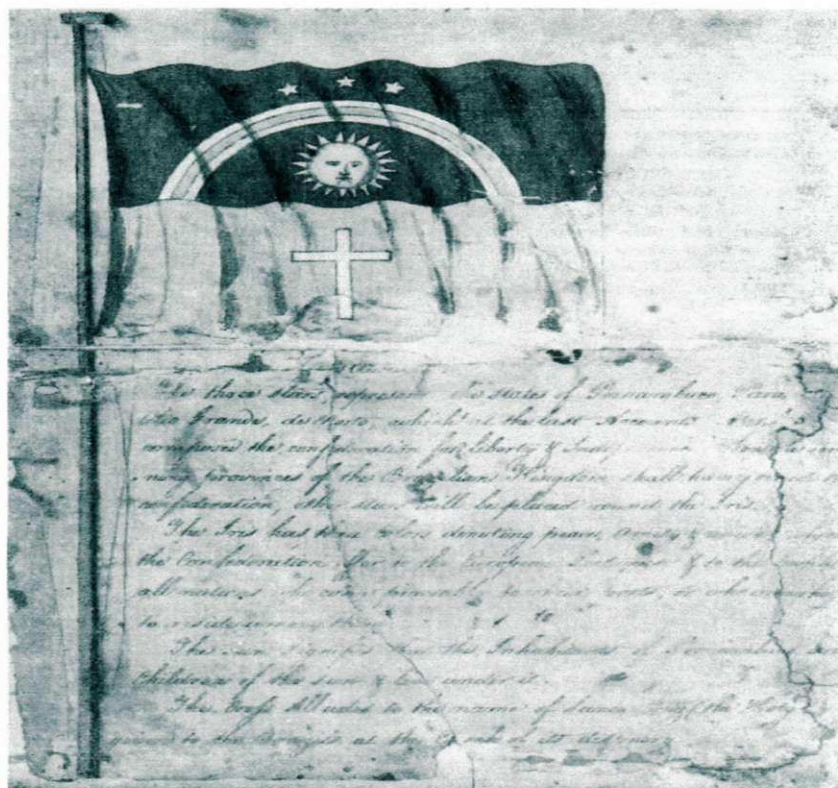


Imagem do Capitão General Caetano Pinto de Miranda. Fonte: LIMA, Oliveira. Anotações. In TAVARES, Francisco Muniz. **História da revolução de Pernambuco de 1817**. 3ªEd. Comemorativa do 1º centenário. Recife: Imprensa Industrial, 1917, p. 23.

## ANEXO IV



Bandeira da República Pernambucana de 1817 — Reprodução fac-similar do original enviado aos Estados Unidos da América, através do patriota Antônio Gonçalves da Cruz, o Cabugá, encontrado no Arquivo da Secretaria dos Negócios Estrangeiros de Washington, em 1886.

Bandeira da República Pernambucana de 1817 enviada aos Estados Unidos. Fonte: COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos (1795-1817)**. Recife: Arquivo Público Estadual de Pernambuco, 1958, v. VII p. 320.

## ANEXO V

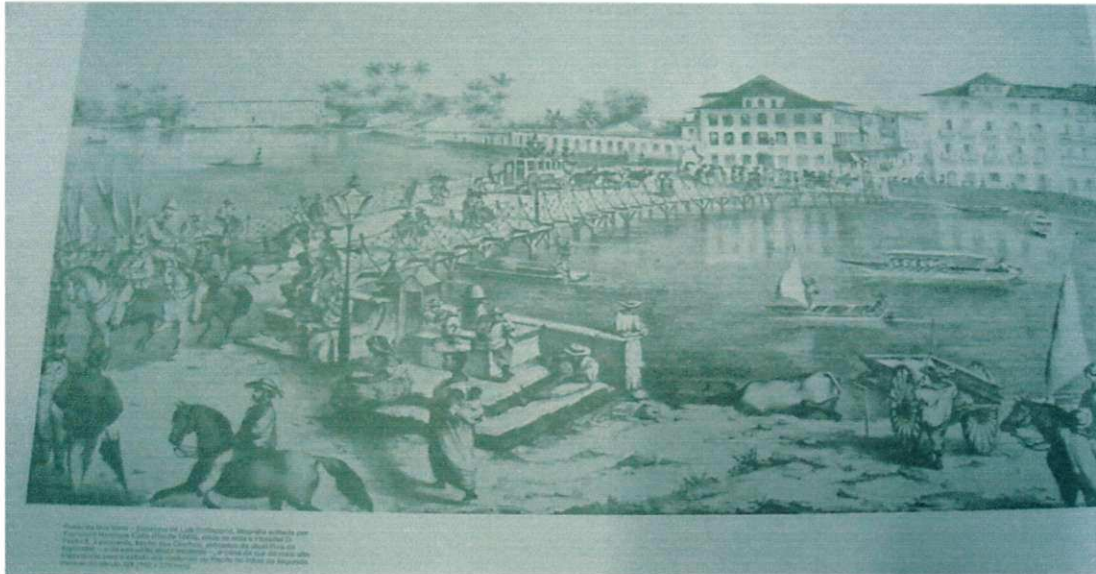
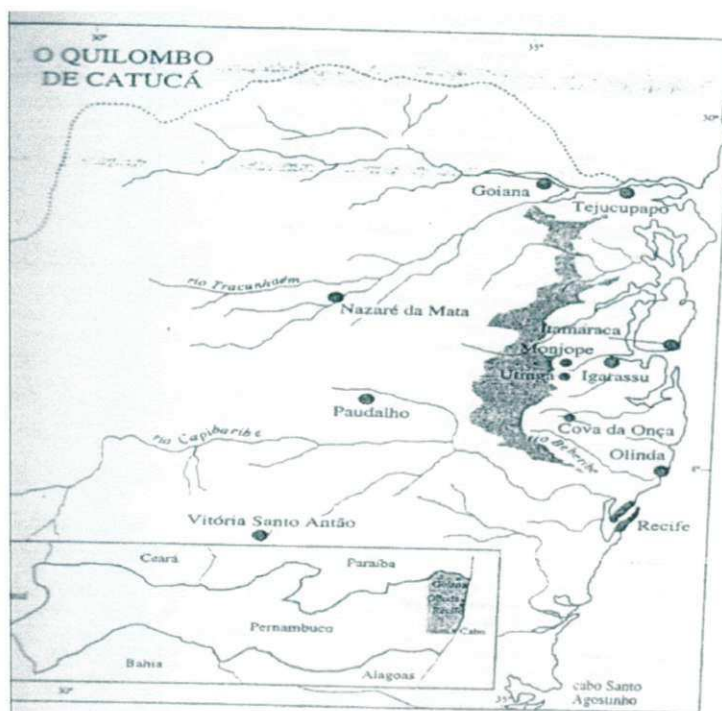


Imagem do rio Capibaribe nas proximidades da Ponte Velha, ligando o Bairro de Santo Antônio A Boa Vista. Fonte: MENEZES, José Luiz da Mota (org.). **Atlas Histórico Cartográfico do Recife**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 1988, p. 36.



## ANEXO VI



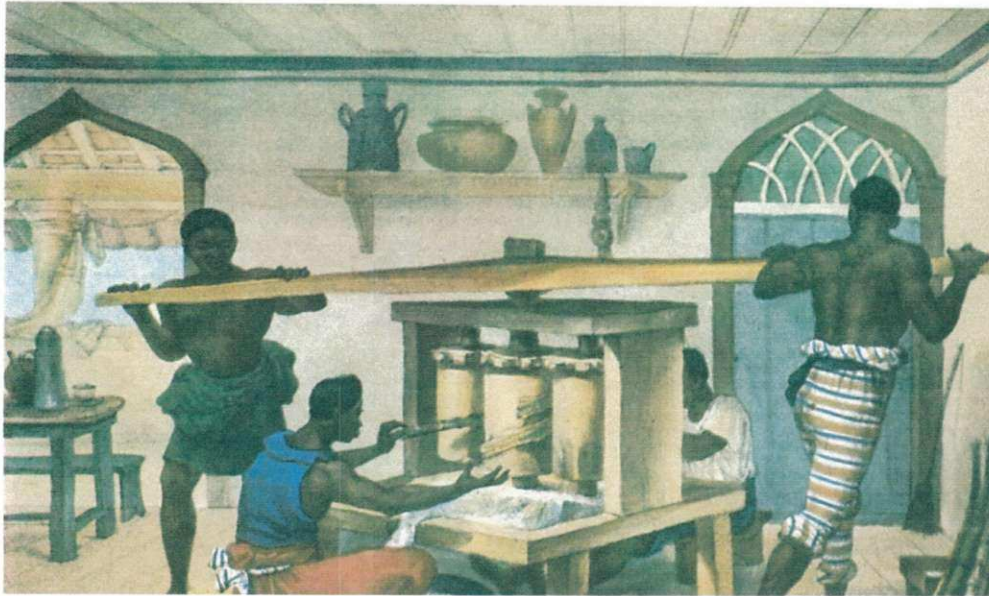
Mapa de que demonstra a extensão territorial do Quilombo do Catucá. Fonte: CARVALHO, Marcus Joaquim M. de. O quilombo de Malunguinho: o rei das matas de Pernambuco. In GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José (org.). **Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 409.

## ANEXO VII



Fonte: KOSTER, Henry. **Viagem ao Nordeste do Brasil**. 12<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro - São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2003, p.418.

## ANEXO VIII



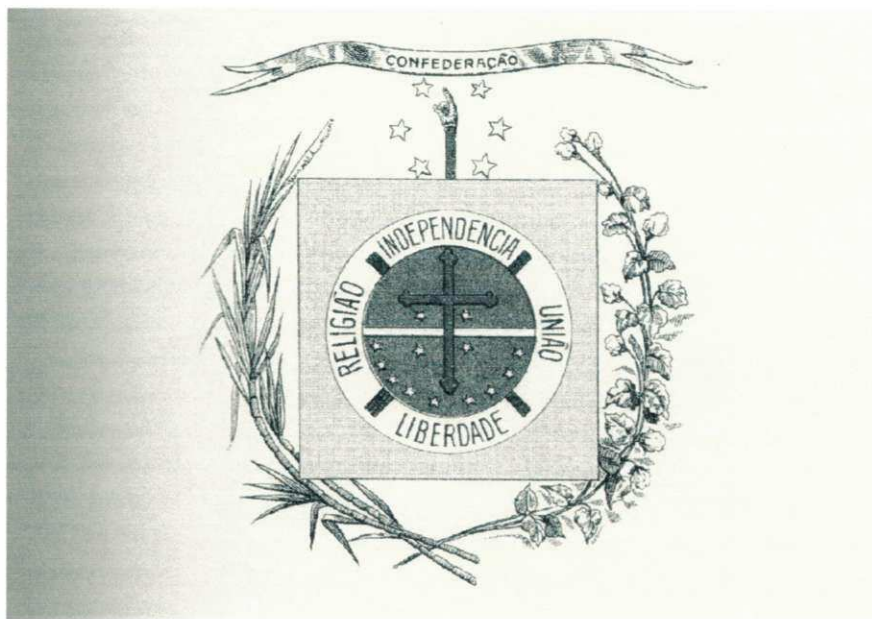
E. 74. P. 27. – Pequena Moenda Portátil. Fonte: DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e Histórica ao Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 2008, p. 27.

## ANEXO IX



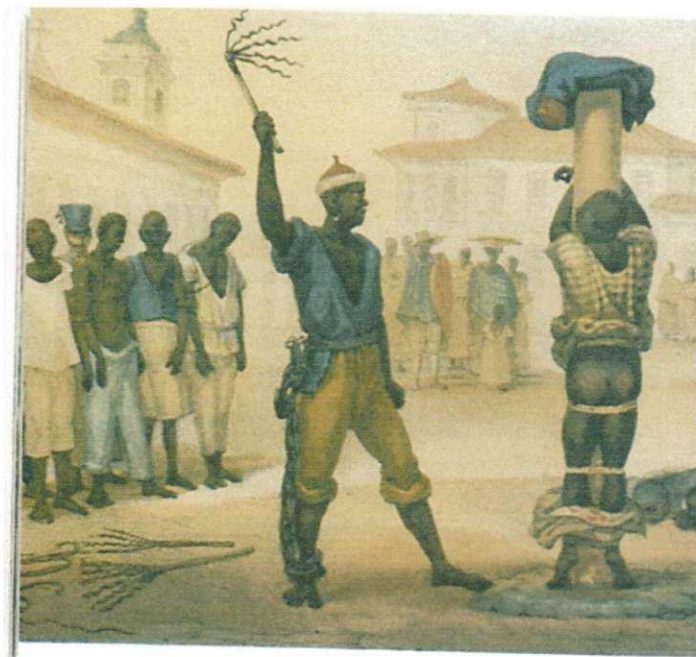
Carregador de algodão. Fonte: KOSTER, Henry. **Viagem ao Nordeste do Brasil**. 12ª ed. Rio de Janeiro - São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2003, p.451.

## ANEXO X



Bandeira da Confederação do Equador 1824. Fonte: MELLO, Evaldo Cabral de (org.). **Frei Joaquim do Amor Divino Caneca**. São Paulo: Ed. 34, 2001, p. 23.

## ANEXO XI



Aplicação do castigo açoites. Fonte: DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e Histórica ao Brasil.** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 2008, p. 263.

## ANEXO XII



Sapataria. Fonte: DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e Histórica ao Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 2008, p. 208.